

**Boletim do
Museu Paraense
Emilio Goeldi**

Série
Antropologia



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI



Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi

Série
ANTROPOLOGIA
Vol. 1 (1)

A P R E S E N T A Ç Ã O

O **Museu Paraense Emílio Goeldi**, em atendimento a recomendações especiais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, vem de reformular seu antigo BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, buscando garantir um padrão correto e de alto nível desta renomada publicação. As inovações introduzidas são :

- periodicidade determinada, com edições semestrais nas 4 séries tradicionais — Antropologia, Botânica, Geociências e Zoologia;
- formação dos Conselhos Científicos de cada série, constituídos de pesquisadores de reconhecida competência na comunidade científica nacional e internacional;
- aceitação de trabalhos não só na língua portuguesa, como também em inglês, francês ou espanhol.

Certos de que estas inovações contribuirão para o maior aprimoramento deste quase secular boletim, solicitamos a colaboração dos leitores no sentido de aumentar sua eficiência como veículo de divulgação de resultados de pesquisas científicas.

José Seixas Lourenço

Diretor

Museu Paraense Emílio Goeldi

C O N T E Ú D O

EXPEDITO ARNAUD — O comportamento dos índios Gaviões do Oeste face a Sociedade Nacional	5
LOURDES G. FURTADO — Alguns aspectos do processo de mudança na região do Nordeste Paraense	67

O comportamento dos índios Gaviões de Oeste face a Sociedade Nacional

Expedito Arnaud

Museu Paraense Emilio Goeldi

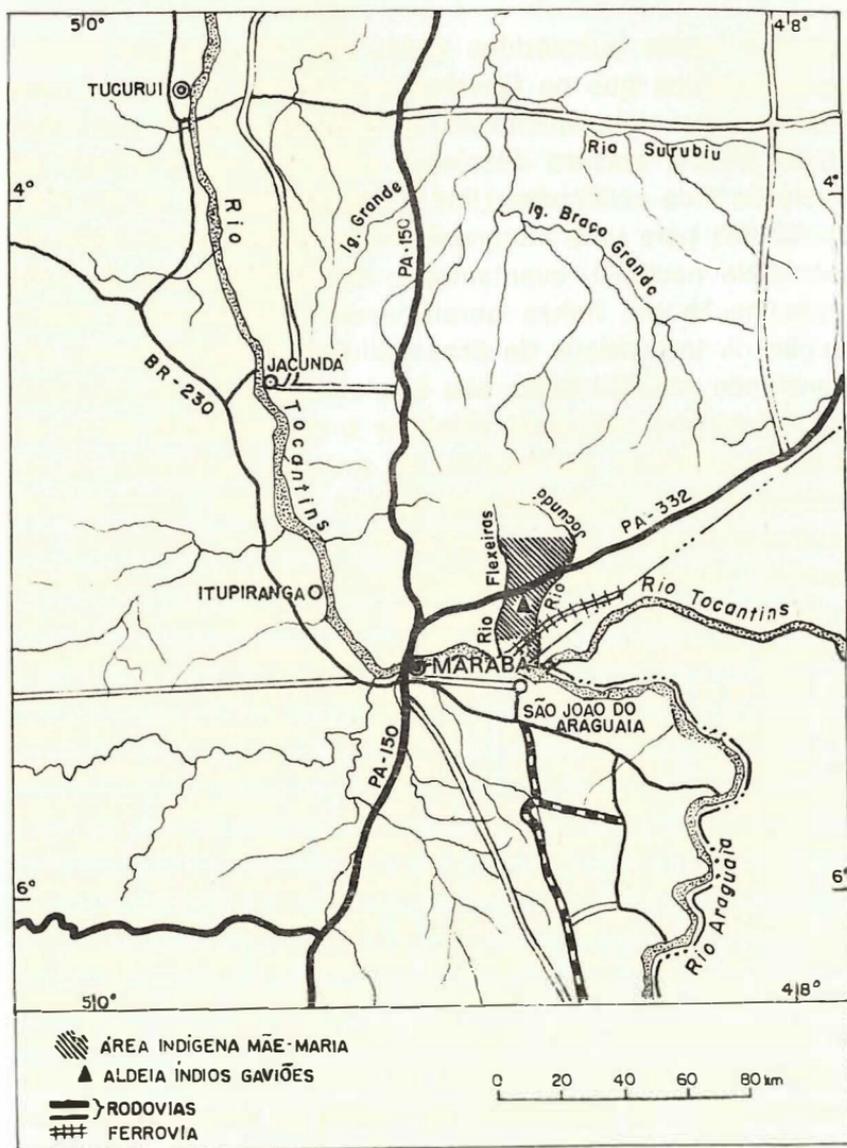
Resumo: Este trabalho focaliza aspectos do comportamento dos índios Gaviões de Oeste em seus contatos com a sociedade nacional, desde o início do século XIX até a fase atual. Na introdução, apresenta um retrospecto sobre situações apreciadas em duas publicações anteriores (Arnaud, 1964 e 1975). Em seguida, passa a desenvolver o tema através dos seguintes capítulos: 1) — A fase dos conflitos; 2) — Os Parkateyê após a pacificação; 3) — A localização em Mãe Maria; 4) — O projeto comunitário Gavião-Suruí; 5) — A plena autonomia; 6) — Os Gaviões, a ELETRONORTE e a Vale do Rio Doce; 7) — A situação atual.

INTRODUÇÃO

Com base em observações próprias, complementadas com dados bibliográficos e documentais, publicamos, em 1964, uma notícia preliminar sobre os índios acima referidos. Na parte introdutória, após relatarmos seus conflitos inter e extra-tribais, apreciamos a situação dos dois grupos locais já em contato permanente com a sociedade nacional, aldeados no lugar Praia Alta (Município de Marabá) e junto ao Posto do S.P.I. denominado *Montanha* (Município de Tucuruí), respectivamente. E registramos a provável existência de um terceiro grupo, ainda isolado, habitando a margem direita do Tocantins, nos limites do Pará com o Maranhão (Arnaud, 1964:1 - 11). Em instância final, escrevemos que, devido a natureza e a intensidade das relações

com os brasileiros e a ação do S.P.I. aqueles dois grupos, já então apresentando significativas mudanças sócio-culturais, estavam chegando à extinção (Ibid.: 31). Todavia, considerando que, tinham sido beneficiados com uma extensa área de terras (castanhal Mãe Maria), em caráter definitivo, sugerimos a sua remoção para o interior da mesma, onde, sob uma assistência oficial eficiente, talvez pudessem encontrar uma fórmula para coexistir pacificamente, reunindo-se num único grupo, recuperando-se populacionalmente e reorganizando-se, pelo menos em parte, nos moldes tradicionais (Ibid.: 32).

Em 1975, quando os Gaviões já se achavam instalados em Mãe Maria (inclusive o grupo cuja existência antes não fora confirmada), utilizando material colhido em pesquisas efetuadas entre 1967 e 1972, abordamos de modo mais amplo que, no trabalho anterior, a interação havida entre eles e a sociedade nacional — *frentes de expansão, núcleos regionais, administrações oficiais e missionárias* (Arnaud, 1975). Na conclusão, evidenciamos que, seu processo de Integração à sociedade nacional, vinha apresentando os seguintes aspectos: acentuada baixa populacional com desequilíbrio entre os sexos e desaparecimento das famílias extensas; redução das atividades de subsistência devido o interesse em produzir para fins lucrativos, mas sem conseguir excedentes capazes para provimento das novas necessidades adquiridas; modificações das lideranças, face ao ingresso em sistema de economia monetária e interferência da administração oficial; abandono, declínio e/ou alteração das práticas tradicionais, devido a depopulação e influências externas; desajustamentos sofridos pelos indivíduos apartados do grupo, ocasionados pela própria origem étnica; relaxamento no emprego da língua original, principalmente na comunicação dos adultos com as crianças; crises ocasionadas pelas mudanças de ambiente promovidas pelo órgão assistencial, sem as necessárias precauções, embora tais mudanças, basicamente, fossem justificada para garantir



Localização atual dos Gaviões de Oeste

a ocupação da área tribal, e melhoria das condições de vida do grupo; e instrução escolar insuficiente para enfrentar os problemas surgidos em decorrência da integração a que

estavam sendo submetidos (Ibid.: 79). Mas apesar disso acrescentamos que os Gaviões procuravam conservar uma relativa autonomia, mantendo os antigos valores e a identidade étnica, embora desejando cada vez mais atingir os níveis de vida **civilizados** (Ibid.). No sentido de serem eles conduzidos para uma integração mais harmônica no seio da sociedade nacional, aventamos o desenvolvimento de uma programação em linhas gerais assim apresentada: manutenção da integridade da área indígena, para utilização comunal não possibilitando seu fracionamento entre as famílias existentes; a fim de diminuir o desequilíbrio entre os sexos, possibilitar aos homens do grupo a realização de casamentos com mulheres de outros grupos Timbira (por exemplo-Pukupüe), preferivelmente que, com mulheres regionais, como vinha acontecendo; estimular o artesanato indígena, tendo em vista não só a produção para a venda como a continuidade de utilização, internamente; possibilitar os recursos suficientes para o desenvolvimento das lavouras e para a introdução da pecuária (especialmente a criação de bovinos); incentivar a realização das festas tradicionais, sobretudo as relacionadas aos ciclos de trabalho; ministrar instrução escolar embora sem caráter compulsório (incluindo a alfabetização na língua indígena); aplicar uma assistência sanitária permanente, com a participação de índios de ambos os sexos nos trabalhos básicos de enfermagem; introduzir um tipo de habitação semelhante ao tradicional (preferencialmente de madeira), em substituição às casas embarreadas de má qualidade, no estilo regional, que estavam construindo; remunerar os líderes ou outros indivíduos do grupo nos trabalhos relacionados à safra da castanha, mas não através das rendas individuais dos demais índios, como vinha acontecendo, porém, da produção global; e criar condições favoráveis para a criação de um **conselho tribal**, para discutir com os funcionários da FUNAI todos os assuntos relacionados aos interesses da comunidade (Ibid.: 80-81).

Ocorre que, em razão de um convenio firmado pela FUNAI com a Universidade de São Paulo e o Projeto Rondon, em agosto de 1974, logo no ano seguinte, surgiu o projeto Gavião-Suruí tendo como objetivo possibilitar a esses índios a exploração e a comercialização de sua produção de castanha-do-pará, sem interferência direta da administração oficial. Considerando que, na medida do desenvolvimento do projeto, novas significativas alterações passaram a ocorrer na vida comunitária dos Gaviões, bem como nas suas relações com a FUNAI, com outras instituições e com membros da sociedade nacional, de modo geral, julgamos oportuno reiniciar nossos estudos entre eles. Com tal propósito voltamos a realizar observações no âmbito das duas antigas aldeias situadas em Mãe Maria, no mês de outubro de 1977. E, mais recentemente (novembro de 1981), ao mesmo tempo que efetuamos levantamentos suplementares em Marabá e S. João do Araguaia, visitamos a nova aldeia recém-estabelecida. Entrementes, estivemos realizando entrevistas com índios do grupo e servidores da FUNAI, em Belém, e colhendo novos dados documentais, relacionados às situações ocorrentes. Os resultados obtidos, somados a outros divulgados anteriormente, aqui estamos apresentando, porém, desenvolvidos através de perspectiva diferente conforme o título indica.

A FASE DOS CONFLITOS

Escrevem Fromm & Maccoby (1972: 34) que, em sociedade primitivas, não raro o grupo inteiro se encontra participando do mesmo *caráter social* — *Uma síndrome de traços de caráter que se formou com a adaptação às condições econômicas, sociais e culturais comuns àquele grupo*. Em alguns casos, com no dos **Hopi** (índios dos EE.UU.) o caráter apresenta-se *pacífico, amistoso, cooperativo e não agressivo*; e em outros, como no dos **Kiukiult** (índios do

Canadá), o caráter apresenta-se *agressivo, destruidor, sádico e desconfiado* (Ibid.). Os Gaviões, quando ainda arreliados, face as atitudes que tomavam no decorrer de seus contatos com as frentes de expansão nacional e postos do S.P.I., eram geralmente conceituados pela sociedade maior como no segundo exemplo. Eles próprios, aliás, costumavam e ainda costumam dizer, que sempre foram mais predipostos a decidir seus antagonismos, interna e externamente, através da violência — *caboco é escroto e gosta mesmo de brigar*. Os brancos (**Küpen**), de quem se consideram ancestrais, desde os antigos tempos passaram a conceituar de modo extremamente negativo. De acordo com um de seus mitos, foram diversas crianças que abandonaram aldeia, assim transmutadas por um novo Deus que as tornou muito numerosas e, entre outras coisas, lhes ensinou a *fazer espingardas da conca do açai e balas dos caroços para matar os índios* (Arnaud, 1975: 33). A cremos em um dos elementos do grupo de maior destaque (Kinaré), os pais desde cedo procuravam transmitir aos filhos sua aversão contra os **kupen**, e relutavam em conduzi-los nas expedições, quando ainda meninos porque *os kupen além de maus eram muito feios e não deveriam ser olhados*. Ainda o mesmo informante, em uma oportunidade que lhe mostrávamos fotos de índios do seu grupo, apontou os *bons* e os *maus*, dizendo que, os últimos, constantemente, estavam brigando no âmbito tribal e estimulando ações de represália contra os **kupen** (Ibid.).

No início do século passado, quando ainda constituíam uma única unidade tribal (**Pukopüe = Pukobyé, Piocobgês, Ironkateyê** etc.) no território situado entre o alto Pindaré e o Grajaú (Maranhão), onde ainda permanecem os Gaviões de Leste ou do Campo (Pukopüe), já eram reputados como os mais belicosos entre os Timbira, embora pudessem ser assim motivados pela *má fé e tirania com que os colonizadores tratavam os selvagens desta Capitania* (Ribeiro, 1841: 315). Bem organizados e destruíssimos, entre 1804 e 1815, puseram em fuga e dizimaram pelo menos 3 bandeiras (me-

lhora chamadas *bandos de homens tumultuosos do que batalhões concertados*) que penetraram no seu território com intenções punitivas; e atacaram o porto de Chapada (hoje Grajaú), cujos habitantes dificultavam suas *costumeiras correrias*, queimando vivas 39 pessoas e incendiando casas e embarcações (Ibid.: 446-47). Pela década de 1850, a 6a. Diretoria de Índios reputou como tarefa importantíssima chamar à vida pacífica e hábitos sociais os numerosos bandos de índios das tribos *Gavião e Caractegés*, que desde *Tapara da Leopoldina até a Chapada*, salteavam e saqueavam as fazendas de criação e cultura (Sá, 1865: 157). Além dos numerosos grupos ainda bárbaros, em 1856, já existiam regularmente formadas *quatorze aldeias assás populosas* — uma dirigida pelo índio denominado Governador com mais de 1.000 indivíduos e 600 arcos; e a outra chefiada por Belisário, com 800 almas e 400 arcos; e em mais duas outras as populações se aproximavam de 600 pessoas (Ibid.:157). Todavia, ainda não perdiam eles *ocasião de furtar nas roças e fazendas de gado* (Ibid.). Em 1859, o diretor de Índios visitou as aldeias *Piacobiés, Cataansi, Caractegés e Caracaris* havendo encontrado *200 indivíduos que pareçam achar-se desde muito tempo pacificados... já em extrema miséria* (Ibid.). Com um interprete acompanhado do *maioral das referidas aldeias* visitou alguns grupos selvagens distantes cerca de 3 dias de viagem, os quais concordaram em *assentar a sua residência entre os já domesticados* (Ibid.).

Ocorre que, por essas alturas, uma parte da tribo preferiu não estabelecer relações permanentes com os brasileiros que penetraram no seu território, havendo *se internado na mata para escapar da civilização* (Nimuendajú, 1946:20). No novo ambiente, situado entre a margem direita do Tocantins e as cabeceiras do Capim (Pará) expulsaram e/ou exterminaram os grupos Tupí aí existentes. Em seguida, entraram em conflitos internos e passaram a constituir duas divisões distintas — Parkateyê e Kuikateyê, localizando-se a primeira entre os rios Moju e Capim, e a segunda no

Tocantins, nos limites do Pará com o Maranhão. A princípio, de modo geral, no decorrer de suas incursões procuravam evitar contatos com os **brancos**. Já em 1895, conviveram amistosamente com Raimundo Liarte na boca do rio Tauari, havendo 3 índios visitado Belém do Pará. E, em 1912, estiveram em contato com Manoel da Matta, na mesma localidade, neste último caso provavelmente por haver o bando sido obrigado a abandonar a aldeia maior em consequência de luta interna (Laraia & Matta, 1967:94). Posteriormente, excetuando as relações de amizade que durante certo tempo mantiveram com Messias de Souza (posseiro da gleba Mãe Maria), os Gaviões sempre reagiram de forma violenta contra os coletores de castanha-do-pará que ousavam penetrar nas terras que ocupavam. As expedições punitivas enviadas contra seus acampamentos tornavam mais séria a situação, pois, em revide, atacavam eles não só castanheiros como os povoados da margem do Tocantins.

Com os Postos do S.P.I., durante largos anos procederam de modo mais ou menos semelhante. Logo após a fundação do Posto do Ipixuna (Marabá), em 1937, no decorrer de 12 visitas tendo sido fartamente supridos com farinha e ferramentas, mostraram-se de tal forma amistosos que conseguiram captar a confiança dos empregados do Posto. Entretanto, por ocasião de uma outra visita, havendo encontrado o Posto desprovido de mantimentos, convidaram um trabalhador braçal para acompanhá-los até a orla da mata, a fim de presentear-lo com arcos e flechas, mas aí o mataram, não mais retornando ao local. A chefia a 2a. Inspeção Regional do S.P.I., já em 1944, houve por bem transferir o Posto para a gleba Ambaua (Tucuruí), designando como agente o posseiro Aurélio dos Santos, que, desde algum tempo, vinha sendo amistosamente visitado pelos Gaviões. Entretanto, 6 meses mais tarde, eles mataram Aurélio e feriram mais 2 outros servidores do S.P.I., segundo informante do Posto, provavelmente por não haverem encontrado um roçado de milho existente por ocasião da visita anterior, o

qual, o referido Agente tinha negociado, supondo que eles não retornariam mais no decorrer do ano em curso. Em 1946, surgiram novamente no Posto em número de 60 (incluindo mulheres e crianças), saquearam o barracão mas não praticaram danos físicos. Dois meses mais tarde, retornaram com o propósito de buscar mais ferramentas, mas não satisfeitos com o que lhes foi ofertado, após haverem arditosamente escondido as armas de fogo encontradas no barracão, manietaram 2 trabalhadores que se haviam afastados dos demais e os abateram a golpes de borduna (Arnaud, 1975:38-39).

O primeiro dos grupos Parkatêyê que veio estabelecer relações permanentes com os regionais do médio Tocantins (Município de Itupiranga), em 1956, assim procedeu por ter sido compelido a abandonar a antiga aldeia, no Moju, em consequência de um conflito intergrupalo. O grupo adversário, continuou incursionando pela região e, em 1958, visitou duas vezes o Posto do Ambaua. Na primeira visita, somando 70 indivíduos (homem, mulheres e crianças) permaneceu cerca de 40 dias acampado pacificamente junto ao Posto; mas na segunda, conforme mais tarde revelaram, vieram 12 homens com o propósito de vingar-se, face as numerosas mortes sofridas, em seguida à visita anterior, provocadas por gripe, pois julgaram ter sido *enfeitados*. No dia da chegada, conforme presenciamos, mostraram-se alegres, cantaram, dançaram e trocaram brindes com os empregados do Posto. Já no segundo dia, desde cedo começaram a comportar-se de modo hostil: provocavam constantemente esses empregados para lutas corporais, cuspiam-lhes nos rostos, arrancavam-lhes das mãos os pratos de comida etc. No terceiro dia, assim que os mesmos retornaram ao trabalho, não tendo conseguido emboscá-los, dispararam contra eles de longa distância numerosas flechas, destruíram uma cerca de arame farpado e mataram diversos animais de carga, internando-se em seguida na mata. Entretanto, em 1961; vieram estabelecer-se definitivamente junto ao Posto,

face a situação crítica que atravessavam, pois tendo tido a sua população diminuída acentuadamente (de 70 para 31 indivíduos) estavam com receio de serem exterminados pelos componentes do grupo adversário, os quais, já portando armas de fogo, haviam feito uma tentativa nesse sentido cerca de 2 anos após a cisão (Ibid.: 41-42). Por fim o grupo Kuitateyê, após largos anos de hostilidades com castanheiros e, posteriormente com **gateiros** (caçadores de felinos), encontrando-se imprensado numa estreita faixa de terra por frentes de expansão agropastoris, efetuou contatos pacíficos com a turma da FUNAI, a partir de 1968, chefiada pelo sertanista Cotrim. Mas não tendo sido a área que habitavam evacuada pelas citadas frentes, conforme lhes fora prometido, realizaram um ataque contra os colonos, havendo incendiado numerosas casas, matado 3 homens e provocado a evacuação da área de aproximadamente 600 famílias. Posteriormente, uma nova expedição da FUNAI realizada com a participação de 5 índios Parkateyê, conseguiu convencer os componentes do grupo a se mudarem para a gleba Mãe Maria, onde já se encontrava um dos grupos desta última divisão, como sendo a melhor alternativa para sua sobrevivência (Ibid.: 43-44).

OS PARKATEYÊ APÓS A PACIFICAÇÃO

Os Parkateyê, após terem iniciado relações permanentes com a nossa sociedade, a não ser nos momentos mais críticos em que estiveram atingidos pela doença e pela fome, em seus juízos de valor e atitudes sempre se caracterizaram por um bem marcado etnocentrismo. Geralmente consideravam, e ainda consideram, poder viver em boas relações com quem quer que seja, uma vez não sendo contrariados em seus interesses. Principalmente, os componentes do grupo do Cocal liderados pelo índio Kohokrenum, costumavam, e ainda costumam, exigir dos visitantes **civilizados**, brindes ou dinheiro como tributo pelas suas estadas

na aldeia, dando a impressão de estarem cobrando uma dívida que não pretendem nunca considerar completamente resarcida. Trata-se, aliás, de uma atitude também comum entre os Ramkokamékra-Canelas (igualmente Timbira), em cujo meio, segundo revelou Crocker (1979:17), nenhuma pessoa estranha pode permanecer sem pagar alguma coisa, pois, do contrário, consoante a própria mitologia, ficariam com *uma grande vergonha*. E tomando-se como base a interpretação de Da Matta (1973:43, *apud* Diniz 1982:10), a respeito do mito Auké (herói cultural Timbira), isso provavelmente acontece porque se tornaram os **brancos** devedores dos Timbira por serem estes os *responsáveis pela sua criação*.

Os membros do primeiro grupo Parkateyê que, em 1956, entraram em relações com os habitantes regionais do médio Tocantins (Itupiranga), tendo sido logo atingidos por enfermidades e carentes de meios próprios para prover a subsistência, aceitaram, passivamente, a assistência que lhes foi oferecida pelos referidos regionais. E na impossibilidade de criarem seus **órfãos** passaram a entregá-los às famílias com quem estabeleceram boas relações. Todavia, assim que melhoraram suas condições de saúde, já reduzidos de 84 para 37 indivíduos, sob a direção de um novo líder (Kohokrenum) recuaram para o lugar Praia Alta (Cocal), distante cerca de 40 quilômetros da margem direita do Tocantins, na tentativa de escapar a uma total extinção conforme mais tarde revelaram. No novo local, a princípio aceitaram ser orientados por frei Gil Gomes e pelo funcionário do S.P.I. Jaime Pimentel, nas transações comerciais relacionadas à venda de peles de animais silvestres, excedentes agrícolas e castanha-do-pará. Porém, a partir de quando começaram a comunicar-se razoavelmente na língua portuguesa e a familiarizar-se com o uso do dinheiro, cada qual procurou assumir a direção de seus negócios. Com os proprietários ou arrendatários das terras situadas em torno da aldeia, pas-

saram a entrar em constantes atritos, pois, não se conformando com os preços inferiores às cotações regionais que eles comumente atribuíam aos seus produtos, sempre que possível iam vendê-los *clandestinamente* para outros eventuais compradores. Ao mesmo tempo, procuravam amen-drontar os coletores e caçadores regionais que penetravam na área, tomando-lhes não raro os gêneros que porventura conduzissem. Em 1961, impediram que um pretense *dono das terras*, onde se achava a aldeia, as demarcasse; e expulsaram *alguns brasileiros que se haviam instalados em castanhais situados no lugar Jacundá* (Laraia & Matta, 1967:123). Tal estado de coisas perdurou até por volta de 1966, quando aceitaram ser transferidos para a gleba de propriedade da tribo (Dec. Estadual 4.503 de 21/12/1943), pelo sertanista Antônio Cotrim, após um reconhecimento prévio da área levado a efeito pelo líder Kohokrenum.

Os componentes do segundo grupo Parkateyê, vieram instalar-se em caráter permanente junto ao Posto Indígena de Ambaua/Montanha (Tucuruí), como vimos anteriormente, numa fase em que atravessavam uma situação de crise (1961). No novo local encontraram condições bem mais favoráveis que aquelas enfrentadas pelo grupo anterior, pois, além da assistência sanitária fornecida pelo S.P.I., em cooperação com a Estrada de Ferro do Tocantins, existia no posto um roçado com 9 ha. plantado com milho, mandioca e outras espécies tuberosas, em condições de suprir as necessidades do grupo durante um ano, aproximadamente. Acontece que, assim que chegaram, na forma do costume começaram a saquear e a depredar o Posto, sendo que, as mulheres, somente foram extrair lenha na mata, após terem usado todas as tábuas do barracão existente. Em seus contatos com a população de Tucuruí, os adultos de ambos os sexos, a princípio tiveram constantes atritos, pois, não raro penetravam nas residências para apossar-se de utensílios domésticos e ferramentas. Todavia, tendo sido conscienci-

zados pelo Agente do Posto, através do interprete Piaré (oriundo do outro grupo), que poderiam obter os objetos que desejavam, se trouxessem para vender na cidade, carnes, peles de animais silvestres, castanha e outros gêneros, passaram a caçar e a coletar intensamente para tal fim. E a partir de quando se familiarizaram com o uso do dinheiro, começaram a fazer diretamente suas transações, com exceção das relacionadas à venda da castanha-do-pará, que continuaram realizando com a presença do agente do Posto, em razão de sua maior complexidade. Com respeito às lavouras, assim que chegaram ainda plantaram algumas espécies tradicionais, cujas sementes haviam conduzido da antiga aldeia. Porém, a partir do segundo ano de instalação, começaram a suprir-se unicamente no roçado do Posto, recusando-se participar dessa atividade, juntamente com os trabalhadores do S.P.I., sob a alegação de que precisavam continuar trazendo produto da mata para vender em Tucuruí. Alguns anos mais tarde, tendo o Posto ficado com a lotação reduzida a apenas um trabalhador braçal, inicialmente protestaram junto a 2a. Inspetoria Regional contra essa carência, porém, não tendo isso surtido efeito, preferiram associar-se a lavradores regionais do que trabalhar sob o controle da administração oficial.

Com os padres da paróquia de Tucuruí, seus contatos sempre foram esporádicos e geralmente apenas para batizar as crianças. Durante cerca de cinco anos (1965-70), estiveram sendo catequizados por missionários protestantes da Missão Novas Tribos do Brasil, os quais, além da doutrina cristã, lhes ministraram o ensino na língua portuguesa. Com exceção de Kinaré, mais adiante melhor focalizado, costumavam os índios comparecer assiduamente às práticas religiosas, e os jovens e as crianças às aulas de alfabetização. Após o último missionário haver deixado o Posto, continuaram freqüentando os serviços religiosos ministrados por um **pastor** da cidade de Tucuruí. Porém, o entusiasmo pela nova

doutrina foi arrefecendo e, por volta de 1972, todos já haviam deixado de freqüentar a igreja protestante.

O antigo líder do grupo (Krotí) cedo perdeu essa posição, face a uma individualização acentuada do trabalho, em razão dos contatos com a sociedade envolvente. Seu sobrinho **Kinaré** passou então a ser reconhecido como líder e, inicialmente, tentou incentivar os demais homens para um trabalho mais produtivo com vistas a obtenção de maiores excedentes econômicos para comercialização por cada qual. Mas por fim deliberou Kinaré tratar dos próprios interesses. indo trabalhar na safra de castanha com elementos regionais, e em turmas de pacificação da FUNAI até que incorporou-se ao grupo Kuikateyê e assumiu a chefia do mesmo. Seu primo Payaré, com pretensões à liderança, inclusive porque havia adquirido uma elementar instrução escolar, a partir do momento em que passou a freqüentar o culto protestante e se juntou com uma mulher civilizada, tornou-se negligente no trabalho, havendo em conseqüência se desinteressado em assumir aquela posição. E, quando a FUNAI deliberou transferir o grupo para a propriedade Mãe Maria (1972-75), resolveu Payaré incorporar-se à sociedade civilizada, após ter conseguido uma recompensa da ELETRONORTE na importância de Cr\$ 70.000,00. Acontece que, durante a fase em questão, a figura de maior evidência da comunidade foi a índia Pahukré (Mãe Grande), irmã de Kroti e mãe de Payaré, a qual, além de uma marcante autoridade interna, conseguiu influenciar-se junto ao agente do Posto do S.P.I., promovendo, em conseqüência, modificações no tipo da habitação, mobiliário, hábitos alimentares, regras de higiene e nas técnicas relacionadas à subsistência. No momento que a FUNAI extinguiu o Posto, ela reagiu o mais que pode contra a mudança para Mãe Maria, por não querer admitir a reconciliação com os elementos do outro grupo e porque desejava que seus filhos menores continuassem estudando em Tucuruí.

A LOCALIZAÇÃO EM MÃE MARIA

A situação dos Gaviões de Oeste no que respeita à ocupação territorial, comparando-se com a de outras tribos situadas no Estado do Pará, mostra uma certa singularidade. Ainda pelo início da década de 1920, o Governo Estadual (Lei n. 2035 de 09/11/1921) reservou uma área de terras com duas léguas de fundos, entre os igarapés Ressaca e Ipixuna (Marabá), para a *catequese das tribus selvagens dessa região e sua localização e posse...* Já pelos idos de 1937, como vimos anteriormente, aí instalou o S.P.I. um Posto de Atração, o qual, desde logo começou a ser visitado pelos Gaviões. Em 1943 (Dec. 4.503 de 28/12/1943), o Interventor Federal do Estado concedeu de *modo definitivo aos índios "Gaviões", um lote de terras devolutas...* limitada lateralmente pelos igarapés Fleixeiras e Jacundá de Cima, pela frente *pelos travessões de propriedades demarcadas sob as denominações de Mãe Maria e Jacundá de Cima* e aos fundos por uma linha imaginária entre os dois igarapés, medindo a dita concessão 2 léguas de frente por 4 de fundos. A concessão foi originada pelo requerimento promovido pelo então chefe da 2a. Inspeção Regional do S.P.I. (José Maria da Gama Malcher), o qual, tomou tal iniciativa, visando garantir a futura sobrevivência do grupo indígena e por ser um dos raros locais da margem do Tocantins, onde os Gaviões ainda não tinham entrado em conflito com os castanheiros (gleba Mãe Maria possuída por José Messias de Souza). Em 1945 (dec. 252 de 09/03/1945), obteve aquela Chefia, da Interventoria Federal, a permuta da reserva do Ipixuna pela do Arumateuazinho (atual Município de Tucuruí), com dimensões semelhantes, no sentido de melhor prosseguir na atração dos Gaviões, uma vez que o Ipixuna havia se tornado uma zona de garimpagem e isto dificultava os serviços de atração. Ainda em fins da década de 1940, a fim de possibilitar o acesso à área de Mãe Maria pela margem do Tocantins, a 2a. Inspeção Regional do

S.P.I. obteve a concessão, dos proprietários da gleba limítrofe (herdeiros de João Anastácio de Queiroz), de uma faixa de terra com 1 km de frente e 8 km de profundidade, em troca da exploração do castanhal indígena durante três anos consecutivos. E considerando que, os Gaviões, continuavam obstinadamente hostis e incursionando em pontos distantes, prosseguiu a Inspetoria arrendando o castanhal Mãe Maria para os Queiroz, inclusive com o escopo de impedir que **posseiros** fossem situar-se no seu interior.

Ocorre que, em 1964, quando se iniciava a abertura da rodovia PA-70 (atua! PA-332), ligando Marabá à rodovia Belém-Brasília, através da área indígena em questão, a 2a. Inspetoria do S.P.I. aí instalou um Posto, mas sem cogitar logo em fazê-la ocupar pelos índios proprietários. Não mais arrendou o castanhal e preferiu, inicialmente, explorar a reserva de mogno existente, mas, tendo se associado para tal fim com um empresário inescrupuloso, os resultados colhidos foram os mais desastrosos. Além disso, diversos posseiros começaram a invadir a área, entre os quais coletores de castanha que vinham trabalhando para os antigos arrendatários. O S.P.I. conseguiu obter um mandato judicial para desalojar esses invasores, mas não alcançou resultados positivos, inclusive com a cooperação da polícia estadual.

Em 1966, o sertanista Antônio Cotrim, então dirigindo o Posto Mãe Maria, conseguiu convencer o líder Kohokrenum a transferir seu grupo da aldeia da Praia Alta (Cocal) para a propriedade tribal após uma visita prévia efetuada. Uma vez aí instalados, os Parkateyê começaram logo demonstrando que estavam dispostos a manter a integridade de suas terras, e assumir atitudes, pelo menos de igualdade com os membros da sociedade nacional. Assim que tomaram conhecimento da existência de posseiros na área, não desmentindo as tradições guerreiras, logo organizaram uma expedição contra os intrusos, desalojando-os em apenas dois dias e apossando-se de todas as benfeitorias e pertencen-

ces encontrados. O líder Kohokrenum, ao revelar mais tarde os resultados da expedição, vangloriou-se por terem realizado *tudo sozinho* sem auxílio da polícia e da FUNAI. Aos passantes e aos visitantes da aldeia, continuaram a exigir presentes, tal como em Praia Alta, especialmente para aqueles que reputavam como **ricos**. Nas suas relações com os regionais, não mais aceitaram ser designados pelos **apelidos** pejorativos que haviam recebido em Itupiranga, ou serem menosprezados em razão da origem indígena. E por ocasião de uma festa na localidade S. Felix (Itaguatins), na qual participavam vários rapazes do grupo, em discussão havida com trabalhadores do Departamento Estadual de Rodagem, havendo um destes exclamado — *Índio não tem direito a nada*, — foi imediatamente abatido pelo índio Mahiti (já habitara com **civilizados**) com um tiro de espingarda. Em inferioridade numérica, ao pressentirem que os companheiros do morto pretendiam uma ação de represália, penetraram rapidamente na mata conseguindo alcançar a aldeia ilesos (Arnaud, 1975:56-57).

Em Mãe Maria, as relações entre os Parkateyê e o Posto do S.P.I. começaram sob bons auspícios, pois o Agente anteriormente referido e seus auxiliares dispensavam-lhes muita atenção, sobretudo ao líder, que, desde então, passaram a tratar como **capitão**, e antes de iniciar qualquer serviço o Agente costumava pedir sua opinião. Também lhe explicou o agente que, como proprietário das terras, cabia a todos os membros do grupo o direito de usufruir o que nelas existia, e que, sendo os empregados do Posto pagos pelo Governo, para trabalhar em benefício dos índios, poderiam também fazer uso de tudo que fosse produzido por eles (Ibid.: 48-49). O castanhal ficou sob o controle do **capitão**, tendo lhe sido atribuído pelo Agente o direito de descontar da produção dos índios casados *1/3 para sua administração*, e aplicar os resultados líquidos originados pelos trabalhos dos solteiros e dos castanheiros regionais, *pela* forma julgada mais conveniente.

Na fase de transição entre o S.P.I. e a FUNAI (1967-68), a 2a. Delegacia, através de um novo Agente, procurou imprimir sobre os Gaviões uma administração paternalista, tal como vinha ocorrendo em vários outros Postos. Entretanto, desde cedo mostraram eles que não estavam dispostos a submeter-se docilmente à tutela oficial. Inicialmente, recusaram os índios participar conjuntamente com os trabalhadores do Posto nos serviços de lavoura, e continuaram realizando independentemente suas plantações. Mais tarde concordaram em permutar dias de serviço, mas após aqueles trabalhadores terem cumprido sua parte, recusaram retribuir alegando que precisavam caçar para comer. E numa fabricação de farinha, feita com mandioca colhida no roçado do Posto, com a participação de ambas as partes, não permitiram que o Agente recolhesse toda a produção para posterior distribuição de acordo com as necessidades de cada família do grupo, havendo conduzido a maior parte da mesma para a aldeia, porque *eram os donos das terras*. Com respeito a extração da castanha a 2a. Delegacia da FUNAI estabeleceu logo o sistema de **barracão**, vigorante em toda a Amazônia (Ibid.: 13-14), ficando sob o controle do **capitão** apenas a parte colhida pelos índios (e com a obrigação de vendê-la totalmente ao Posto), passando a dos castanheiros regionais, que era a mais elevada (ex: 1967=índios 553 hl, regionais 654 hl., 1968=índios 1.042, regionais 3.380), a ser diretamente negociada pela administração sem a mínima participação da comunidade indígena nos lucros. A princípio aceitou o **capitão** tais condições, porém, ao verificar que, o preço estipulado pelo Posto para a castanha indígena, era inferior ao que estavam pagando os comerciantes de Marabá, juntamente com outros homens do grupo, dirigiu-se ao Posto, onde acabou por conseguir um reajuste de aproximadamente 60% no valor antes estipulado, após uma séria discussão com o Agente. Este então que, segundo suas expressões, já havia trabalhado entre vários grupos

indígenas *sem maiores problemas*, considerou-se sem condições de continuar junto aos Gaviões e pediu transferência para outro setor.

Apesar desse incidente a 2a. Delegacia manteve as bases monopolistas antes esboçadas, não só com respeito aos Gaviões como aos demais grupos sob sua jurisdição, relacionadas a produção da castanha, através de *projetos integrados* aprovados na instância superior, nos quais os lucros porventura apurados eram distribuídos entre as respectivas unidades, de acordo com as próprias necessidades, sem levar em conta, em regra, os resultados apresentados por cada qual. A cotação do gênero, para efeito de pagamento aos extratores, passou a ocorrer no início da safra, com validade para todo o período, sem serem consideradas as oscilações do mercado, e tendo como base os contratos previamente feitos entre a 2a. Delegacia e as firmas exportadoras de Belém. No caso dos Gaviões, a administração oficial começou estipulando para os índios uma cotação mais elevada, cerca de 50% que a atribuída aos coletores regionais, ocorrendo os aviamentos de mercadorias para ambas as partes por preços semelhantes. E, para o **capitão**, foi estabelecido o pagamento de um percentual, pelo seu trabalho de incentivo à produção e abastecimento da aldeia com animais silvestres durante a safra, o qual deveria ser de 40% sobre a produção dos índios.

Através de um outro agente com experiência no mister, pôde a 2a. Delegacia Regional controlar totalmente a extração da castanha de Mãe Maria. Os índios e os regionais foram distribuídos estrategicamente entre os castanhais, cujas vias de acesso passaram a ser rigorosamente vigiadas por ocasião das safras. Os proprietários das embarcações e das tropas de burro que costumavam operar na região, bem como os comerciantes, foram cientificados quanto às sanções legais a que estariam sujeitos se efetuassem qualquer tipo de transação, de compra ou de transporte, re-

lacionada à castanha coletada na propriedade indígena, que não fosse diretamente com a FUNAI. Os Parkateyê, a princípio, aceitaram, passivamente a situação e continuaram coletando o gênero em consonância com as normas estabelecidas, pela Delegacia da FUNAI, pois, segundo ouvimos de vários deles, não tinham condições de produzir excedentes de lavoura e sobretudo de caça e de peixe, para compensar as perdas que iriam sofrer com a não participação nas safras da castanha. Entretanto, tanto quanto possível, passaram a reagir contra essas normas, através de constantes reivindicações dirigidas, de modo cada vez mais candente, a partir do âmbito do Posto até o mais alto escalão da FUNAI, geralmente por iniciativa do **capitão**, mas sempre com o apoio dos demais índios. Com respeito a comissão estipulada para o **capitão**, logo foram este e os produtores índios protestar contra o critério anteriormente estabelecido, por considerarem como prejudicial aos seus interesses. A Delegacia Regional então houve por bem modificá-lo e passou a pagar o **capitão** à conta de produção global, mas não tendo estabelecido um percentual definido novos atritos foram ocorrendo. Em um destes atritos assim teria se expressado Kohokrenum: *um não sou teu filho não, e também não sou empregado de vocês não. Se eu sou empregado, tá certo. Vocês pode dar mixaria, eu pode pegar calado. Mas eu não tou trabalhando pra vocês não* (Cupen não engana...: S.N.I.). Em Brasília, sobre suas pretensões em gerir as transações da castanha, revelou Kohokrenum haver tido com um funcionário da FUNAI o seguinte diálogo: *Eu não quero saber mais de gente velha que trabalhou no S.P.I. e na FUNAI que estava acostumada a gritar com índio. Lá mesmo eu falei: Tu acha que só vocês trabalhando, vendendo castanha. Eu fica quieto, fica besta todo o tempo?. Nós precisa trabalhar também, precisa aprender fazer as coisas. Então a gente compra qualquer coisa que nós precisa; se nós precisa contrato, a gente também pode fazer. Ele disse: Não! Não! A FUNAI que tem direito fazer isso.*

Eu digo: Não para quê? Rapaz, tu acha que nós vamos ficar quieto, assim não aprende nunca! (Ibid.).

Em Mãe Maria, conforme presenciámos, por ocasião de uma visita feita pelo presidente do órgão protetor com numerosa comitiva (1972), Kohokrenum dirigiu-se a ele acompanhado de seu irmão Jonkorenum, para formular reclamações contra o preço baixo que a 2a. Delegacia Regional lhes estava pagando pela castanha, pois *não era suficiente para sustentarem suas famílias*. Replicou o presidente que a castanha estava muito bem paga, uma vez que *o regime era paternalista*, haja vista que haviam recebido vários benefícios e apontou o novo prédio da enfermaria ainda em conclusão e a própria casa residencial do **capitão**, em alvenaria, havendo acrescentado que, outras casas semelhantes, iriam ser construídas para os demais índios. Kohokrenum e o seu irmão nada mais falaram, mas retiraram-se com as fisionomias visivelmente contrafeitas. Acontece que, não havendo a aludida autoridade cumprido a promessa, por ocasião de uma nova visita feita ao Posto, dois anos mais tarde, foram os índios em conjunto lhe fazer veementes críticas, havendo a discussão se caracterizado pela violência da linguagem, segundo nos revelou um ex-agente do Posto, já aposentado.

A incorporação no seio do grupo, dos Parkateyê do Posto da Montanha que, desde algum tempo, já vinha ocorrendo gradativamente, acabou por completar-se tranquilamente, pois, os remanescentes eram apenas rapazes solteiros (na maioria **órfãos**), que não haviam participado das lutas que ocasionaram a cisão, em 1956. Como vimos, apenas Pahukré e Kinaré, que pertenciam à velha geração, é que preferiram incorporar-se aos Kuikateyê. Os componentes deste último grupo, tão logo foram removidos para Mãe Maria (1969), procurou Kohokrenum absorvê-los, tendo em vista não só melhor equilibrar seu contingente populacional, formado na maioria por elementos do sexo masculino, como por motivos econômicos, relacionados sobretudo à explora-

ção da castanha. Entretanto, o ciclo foi interrompido logo no início, quando apenas haviam se transferido uma família elementar e mais uma jovem, por imposição da 2a. Delegacia Regional, alegando motivos de saúde, tendo nisso desempenhado papel relevante o índio Kinaré.

Os Kuikateyê, após terem sido localizados em Mãe Maria (1969), tiveram sua população reduzida de 54 para 45 indivíduos, ou seja, de modo menos acentuado como acontecera com os dois grupos Parkateyê. Entretanto, ao contrário destes últimos, que, desde cedo, ganharam uma significativa experiência no trato com os **civilizados**, em razão dos assíduos contatos, ficaram mantidos em um semi-isolamento face a sociedade regional, sem falar o português e quase totalmente sujeitos a ação paternalista do Posto, no que respeita à economia, havendo mais uma vez assumido um papel importante no processo o índio Kinaré, a partir de quando assumiu a liderança do grupo, face seu interesse em manter essa posição. Em conseqüência, foram os índios engajados nos trabalhos de lavoura com os trabalhadores do Posto nos mesmos horários (8 horas diárias), ao mesmo tempo que a administração passou a orientar suas atividades de caça e sobretudo da coleta da castanha, com vistas a obtenção de excedentes comerciais. A aplicação dos resultados apurados ficou sob o controle da 2a. Delegacia Regional, por intermédio do líder do grupo, só sendo possibilitada a utilização pessoal, pelos produtores, do dinheiro obtido na venda de artefatos (flechas, arcos, adornos etc.). Tal era a situação, ainda em 1970, quando travamos o primeiro contato com o grupo.

O PROJETO COMUNITÁRIO GAVIÃO-SURUI

O projeto referido, surgiu em razão de um convênio firmado em agosto de 1974, entre a Universidade de São Paulo, Projeto Rondon e Fundação Nacional do Índio, com objetivos

assim expressos: promover a participação e o ajustamento das comunidades indígenas ao esforço do desenvolvimento na micro-região de Marabá, Estado do Pará, incrementando o condicionamento sócio-econômico e cultural das referidas comunidades, assim como a melhoria de seu padrão de vida. Surgiu o projeto numa fase que o Ministério do Interior vinha enfatizando a necessidade de promover, quanto antes, a emancipação dos grupos indígenas do território nacional, através de sucessivos pronunciamentos, entre os quais aqui apresentamos os seguintes: 19 de abril de 1974 — ... *a orientação que transmitimos à FUNAI e que constitui ponto básico da política indigenista do Sr. Presidente da República...* é a da efetiva execução de um programa que tenha por único objetivo beneficiar as comunidades indígenas e, em circunstâncias recomendáveis, conceder-lhes a emancipação, assegurada assistência técnica e social adequada em projetos agrícolas, agro-industriais e artesanais. (A Marcha da emancipação... 1979: 7-8); 27 de janeiro de 1975 — ... *o Estatuto do Índio poderá ser alterado, para permitir a emancipação de comunidades indígenas...* tendo como conseqüência a *instituição de um sistema de tutela sobre os índios, aproximadamente igual a exercida pelo INCRA sobre seus colonos, os quais, além de um salário mensal, recebem assistência técnica, de saúde e educacional* (Ibid.: 9); 14 de abril de 1975 — *Nas áreas habitadas por tribos em adiantado estado de aculturação, a meta é conduzi-las a uma auto-suficiência econômica, por meio de aplicação de projetos especiais orientados pela FUNAI* (Ibid.). Por sua vez, o Presidente da FUNAI provavelmente em decorrência das diretrizes acima, após dizer que o órgão não estava ainda *capacitado para a grande tarefa de integração (faltam técnicos, faltam recursos e um planejamento adequado)*, também defendeu a reformulação do Estatuto do Índio por considerar como *perigosa a existência de uma legislação única para todos os índios... pois eles não são iguais e estão nos mais variados níveis de aculturação*

(7/01/1975) (Ibid.: 7-9). Em seguida (07/01/1975), provavelmente com base no Estatuto do Índio (Artigo 2º, VIII), declarou que a FUNAI pretendia *dar condições à comunidade indígena para participar da economia regional através de projetos agrícolas ou pecuários voltados para a subsistência do grupo e comercialização dos excedentes; e capacitar os índios para assumirem as responsabilidades da execução dos próprios projetos através dos conhecimentos adquiridos* (Notícias . . . , 1976: 62).

O projeto Gavião-Suruí, teve como base elementos colhidos pela autora (antropóloga Yara Ferraz), durante um estágio realizado, em 1975, que, aliás parece não ter decorrido em bom clima, no que tange às relações havidas entre ela e o chefe do Posto Mãe Maria, pois este dirigiu um ofício a 2ª Inspeção Regional dizendo que aquela estava causando problemas para sua administração. (Cf. Brasil. Leis . . . 1975-76). Entretanto, como vimos anteriormente, tais *problemas* desde algum tempo que estavam ocorrendo, e a referida estagiária, quando muito, poderia ter tornado os Parkateyê mais ativos nas suas reivindicações. Conforme observou Spaeti (1976:21-25) que, na mesma fase estagiou entre eles, a castanha os absorvera de tal forma que não deixava *muito espaço nas suas atividades e nos seus cérebros para outra coisa diferente e menos palpável*, aparecendo a FUNAI como *um gigantesco freio de todas as aspirações individuais e coletivas do índio*. E na expectativa de uma possível mudança de situação *independentemente de qualquer influência branca local*, já se desenhou *um forte movimento intertribal com vistas a preencher mediante a utilização dos funcionários indígenas, pré-requisitos para poderem eles tomar conta efetivamente de todas as operações jurídicas e administrativas da safra* (Ibid.). Entre os Kuikateyê, o chefe *quase um empresário na sua capacidade de planejar e realizar*, também já vinha mostrando *tendência de autogestão* — Não quero mais nada da FUNAI eu vou fazer tudo por conta própria (Ibid.: 32-38).

De qualquer modo, o presidente do órgão prestigiou a antropóloga Ferraz, designando-a para dirigir o *plano integrado de desenvolvimento comunitário Gavião-Suruí e para elaborar projetos dele decorrentes* (Portaria de 07/11/1975); autorizou o Departamento de Patrimônio Indígena (DGPI) alocar ao referido plano o recurso disponível de sua renda, transferiu para o Departamento Comunitário (DGPC) a coordenação da safra de castanha de 1976 dos Gaviões e Suruí; determinou a 2a. Delegacia Regional e a Ajudância de Marabá que prestassem apoio técnico e administrativo ao projeto; e autorizou a abertura de contas bancárias específicas para o desenvolvimento do mesmo (Portaria 27/11/1975) (BRASIL. Leis ... 1976/78). O antigo chefe do Posto Mãe Maria foi logo transferido para outra unidade, assumindo seu lugar o técnico Saulo Peteam, ao mesmo tempo que era admitida uma auxiliar de ensino (Edileusa Ferreira), ambos procedentes de São Paulo, assim como a coordenadora do projeto. Assim que assumiu, o novo chefe do Posto obteve a remoção da atendente de enfermagem aí existente, mediante as seguintes justificativas: negligência no atendimento dos índios e administração inadequada de antibióticos; falta de higiene na enfermaria; relacionamento não satisfatório com os índios; e, principalmente, porque a *atuação das equipes de medicina ligada ao Campus Avançado da USP em Marabá, com visitas quinzenais ao Posto, vinha sendo satisfatório* (Ibid.). A 2a. Delegacia Regional e a Ajudância de Marabá, embora com obrigação de prestarem *apoio técnico e administrativo*, ficaram desde então sem nenhuma ingerência no desenvolvimento do projeto nem sobre o Posto Mãe Maria, que ficou diretamente subordinado ao DGPC da FUNAI.

Segundo os termos contidos no projeto, *os Gaviões vivem sendo submetidos pela 2a. Delegacia Regional, à mesma forma de exploração regional econômica vigorante no Estado, consistindo no regime de trabalho servil do barcão controlado pelo patrão*, assim como os Parakanân,

Asuriní do Trocará e os índios fixados no médio Xingu (Ibid.). Além de estarem sendo privados da iniciativa própria, vinham tendo restringidas *suas atividades tradicionais de subsistência diante dos objetivos de maximização de produção*. Como já apresentavam condições favoráveis para a *solução final de determinados problemas cruciais que se apresentavam como entraves para suas alternativas de desenvolvimento comunitário*, a safra da castanha de 1976, deveria ser *coordenada para e pelos próprios índios de Mãe Maria* (Ibid.). Na fase de transição que se iniciava, deveriam ser estimulados na *passagem de submissão do sistema de patronato pela própria FUNAI para a ação própria dinâmica do grupo tendo em vista sua autonomia* (Ibid.). E a despeito de começar o empreendimento pela esfera econômica, não deveria ser considerado *um projeto econômico de caráter financeiro . . . ao nível da renda indígena, mas como início de promoção da comunidade indígena em todos os seus aspectos sociais* (Ibid.).

No início do desenvolvimento do projeto surgiram dificuldades de ordem financeira: primeiro, porque o DGPC retardou a remessa da verba prometida; e segundo, porque os suprimentos enviados de Cr\$ 4.476,00 para diversas despesas, e de Cr\$ 30.000,00 como adiantamento, em dezembro de 1975, não foram suficientes. A cremos no vice-líder do grupo (Kutia) esses suprimentos foram logo absorvidos nos trabalhos preliminares, ficando um saldo de apenas Cr\$ 7.000,00, insuficiente para aviar os índios e cerca de 40 castanheiros regionais, e, conforme suas expressões, *Yara ficou sem saber que fazer*. Todavia, a situação pôde ser contornada, no início de 1976, por meio de um empréstimo de Cr\$ 33.000,00 de *um amigo de S. Paulo*, e mediante obtenção de fornecimentos, a crédito, de firmas comerciais de Marabá, para pagamento no fim da safra.

Desde então os trabalhos prosseguiram sem maiores embaraços até o fim da safra, sendo que, na medida do seu desenvolvimento, os Parkateyê foram demonstrando que, atra-

vés da nova orientação, estavam mesmos decididos a afastar-se tanto quanto possível da FUNAI e assumir totalmente a direção do empreendimento. Os antigos talonários do Posto foram logo substituídos por outros impressos com os seguintes dizeres: *Comunidade Indígena Parakatejê (Gaviões) — Km 30, PA-70, Marabá, Pará-Recibo ...; Comunidade Indígena Parakatejê: Nota de Produção-NP; Parakatejê-Kaikature-Relatório de Despesa; Comunidade Indígena Parakatejê-Kaikaturé-Nota de Aviamento-NA*. Conforme fora aventa do no projeto, dois *funcionários indígenas (Jimokre... Kutia e Krúa)*, ambos procedentes do grupo da Montanha e com razoável instrução escolar, sob a orientação da coordenadoria, assumiram as operações jurídicas e administrativas da safra (Ibid.). O primeiro, além das pesquisas de mercado, contratações com firmas comerciais e ajustes de contas com os castanheiros regionais ficou incumbido da escrituração do livro Caixa; e o segundo, assumiu o controle do entreposto comercial (cantina) incluindo o recebimento e embarque da castanha, e ficou com a responsabilidade de fazer os lançamentos no livro Contas Correntes. Este último, sobre o trabalho que realizou, fez um relatório contendo, entre outros, os seguintes trechos: *Este relatório vai falar sobre um índio que trabalhou na cantina. O trabalho de conta corrente então gostei demais, então foi o serviço melhor que encontrei. Tinha de fazer o estoque das mercadorias que chegavam e de outras que saíam... E outra coisa, sendo encarregado do depósito da castanha, eu fazia vales dos tropeiros e castanheiros. Encaminhava os caminhões para Belém carregados de castanha, todo esse serviço era este índio que fazia ... (Ibid.).*

Nem todas as orientações e sugestões da coordenadoria do Projeto e/ou do chefe do Posto, consoante vários informantes do grupo, eram aceitas pela liderança indígena, que acabava por fazer prevalecer as próprias idéias. Por exemplo, uma sugestão da coordenadoria no sentido de ser a castanha negociada em Marabá, por estar situada bem pró-

xima à Mãe Maria (cerca de 35 km de distância) não foi aceita pelo líder e vice-líder que decidiram pela venda em Belém do Pará (e assim levaram a efeito) considerando que, nesta praça, poderiam obter preços bem mais elevados. E porque, embora não possuíssem veículos próprios e não desajassem solicitar o veículo da 2a. Delegacia Regional, não teriam dificuldades em transportar a produção como *carga de retorno*, pelos caminhões que conduziam mercadorias de Belém para Marabá. Uma outra sugestão da coordenadoria, a fim de que, pelo menos nessa primeira fase do projeto, a produção dos Kuikateyê continuasse sendo considerada distintamente, também foi rejeitada pelo líder, sob pretexto de que *Kinaré era analfabeto e não estava capacitado a resolver todos os seus negócios*.

Com respeito às operações internas, perdurou com os castanheiros **civilizados** o conhecido sistema de barracão. recebendo cada qual um aviamento de mercadorias no início da safra para ressarcimento no momento da conclusão do trabalho, ocorrendo a cotação do gênero para efeito de ajuste de contas, de acordo com os níveis regionais. Entretanto, os extratores Parkateyê tiveram supridas suas contas pessoais e passaram a trabalhar coletivamente como já vinha acontecendo entre os Kuikateyê (a idéia teria sido do chefe do Posto), ficando sob o critério arbitrário do **capitão** Kohókrenum a aplicação dos resultados auferidos, inclusive no pagamento de gratificações aos produtores.

De qualquer modo, a safra de castanha de Mãe Maria de 1975-76 pôde ser concluída auspiciosamente, assim declarou a coordenadora do projeto *apesar do boicote sistemático da Delegacia Regional de Belém e do Departamento de Operações da FUNAI, em Brasília, envolvendo o boicote, desde a tentativa de duvidar de prestações de contas, processos caluniosos, até alegações de que os antropólogos eram maus administradores* (Maria, 1978). A produção atingiu 1.800 hectolitros, com uma renda bruta de Cr\$ 900.000,00

e um saldo líquido de Cr\$ 350.000,00 já deduzido o *prejuízo de Cr\$ 5.000,00* ocasionado pela participação dos índios Suruí no projeto. Após a compra de mercadorias para o abastecimento da cantina, pagamento de gratificação e efetuação de outras despesas, foi o saldo restante depositado na Agência Bradesco de Marabá, para ser movimentada pelo chefe Kohokrenum e subchefe Kutia, respectivamente, acompanhados pela coordenadora do projeto ou pelo chefe do Posto. Acontece que, ainda em 1976, a referida coordenadora foi afastada dessa atribuição por exigência do diretor do Departamento de Operações da FUNAI, sob a alegação de indisciplina, porque estava *jogando os índios contra a FUNAI*, mas que, segundo o órgão que noticiou o fato, *a indisciplina* dizia respeito ao trabalho que o projeto vinha realizando *com pleno êxito junto a esses dois grupos, há quase dois anos . . . ao contrário do que ocorria antes quando apenas parcela ínfima da renda obtida revertia em benefício das comunidades coletoras . . .* (Antropóloga . . . 1976).

A despeito do afastamento da coordenadora, o presidente da FUNAI possibilitou a continuidade do projeto pelos próprios Gaviões, havendo autorizado a agência do Banco do Brasil, em Marabá, abrir *uma conta conjunta ou separada*, para ser movimentada pelo chefe e subchefe do grupo, assistidos pelos servidores do Posto Saulo Petean e Edileusa Ferreira, com atribuições para participar de *todos os atos necessários à sua movimentação, inclusive a proceder depósitos e retiradas de valores* (Brasil. Leis . . . 1975/76). Já melhor familiarizados com as operações relativas ao complexo da castanha, com a aplicação das suas reservas financeiras complementadas com adiantamentos conseguidos de firmas de Belém mediante compromissamento de parte da produção, não tiveram dificuldades os Parkateyê em levar a cabo com êxito a safra de 1976-77. Uma vez concluída, foram constatados terem sido os resultados melhores que os do ano anterior, pois, de uma renda bruta de Cr\$ 1.500.000,00, originada pela venda de 2.853 hectolitros

de castanha, ocorreu um lucro de Cr\$ 950.000,00 (informação do subchefe Kutia), o qual foi assim aplicado: Gratificações — Capitão Kohokrenum — Cr\$ 30.000,00, Kutia Cr\$ 24.000,00, Kinaré — Cr\$ 12.000,00, demais homens casados Parakateyê — Cr\$ 3.500,00 cada, solteiros Cr\$ 2.000,00, produtores Kuikateyê — apenas suprimentos em mercados. Foram adquiridos dois veículos — 1 camionete C-1 por Cr\$ 84.000,00 e 1 Toyota por Cr\$ 174.000,00, 1 máquina de calcular, 15 cabeças de gado vacum, para aumentar o criatório já iniciado com 5 cabeças doadas pelo Dr. João Paulo, e letras de câmbio — Cr\$ 100.000,00. O saldo restante foi depositado em conta bancária com retiradas livres, para aplicação no abastecimento da cantina, pagamento de salários de 1 motorista, 1 vaqueiro e 1 auxiliar de administração, que foi contratado pelo **capitão** em Brasília, segundo soubemos, por recomendação de um de seus amigos de S. Paulo.

Desde quando receberam as credenciais do presidente da FUNAI acima referidas, os Parkateyê procuraram cortar, em definitivo, os raros vínculos que ainda os ligavam a 2a. Delegacia Regional. Assim, uma equipe médica dessa Delegacia enviada nessa fase ao Posto, foi compelida pelo **capitão** a se retirar imediatamente da área indígena, pois *não precisava mais de seus serviços*. O agente, a auxiliar de ensino e o trabalhador braçal da FUNAI passou o **capitão** a tratar como simples empregados seus, havendo *dispensado* os dois primeiros em meados de 1977, o agente por não haver cumprido os horários que lhe haviam sido determinados, na condução de índios para serem vacinados em Marabá. Segundo Pinto (1977a), essa atitude de Kohokrenum deveria ser interpretada *não como represália ao chefe do Posto* que saiu como amigo, mas sim como o desejo dos índios de terem uma vida independente da fiscalização ou da assessoria da FUNAI... *seria... segundo informantes uma efetiva demonstração da autoridade do capitão, que já em outras ocasiões percebera alguns arranhões na sua liderança, devido a*

simples presença de outras pessoas assumindo tarefas de direção entre o grupo (Ibid.).

Contra a cúpula da FUNAI e a própria autoridade ministerial, também reagiram os líderes Parkateyê, não atendendo ao convite que lhes foi formulado no sentido de irem à Brasília assinar no Gabinete do Ministro do Interior, um contrato de financiamento com o Banco do Brasil, o que conforme comentário do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), seria uma *tentativa do Ministério e da FUNAI de capitalizarem para si, os méritos de um projeto que se tornou vitorioso sem receber um efetivo apoio oficial...* (Rangel, O Núncio..., 1977:10). Teriam os índios receado que, seu comparecimento, fosse servir a *campanha de emancipação defendida pelo Ministro*, já que não se consideravam preparados para viver em igualdade com os brancos e também por não gostarem de não ter sido apenas um convite mas *uma ordem expressa* — disse Kutia — o índio não é funcionário da FUNAI, índio pode ser convidado, não mandado — e ainda mais por intermédio da Delegacia de Belém com quem não tinham boas relações (Pinto, 1977b). Em contraposição, declarou o presidente da FUNAI que havia apenas convidado e não intimado, pois não costumava *compelir o índio a fazer aquilo que não fosse de sua vontade*; apenas desejava mostrar ao branco que os índios tinham capacidade não só de *gerir seus negócios mas assumir responsabilidades como ocorria como esses do empréstimo* (Ibid.). Acrescentou que não estava pensando em emancipar a comunidade do Posto Mãe Maria e somente os índios, quando se julgassem capacitados para dirigir seus destinos é que poderiam decidir (Ibid.).

A PLENA AUTONOMIA

Uma vez consumada a extinção do Projeto Gavião-Suruí (Projeto da Castanha) com o afastamento do Posto, do agente e da auxiliar de ensino anteriormente mencionados, os

Parkateyê passaram a viver como desejavam sem qualquer supervisão ou assessoramento oficial.

Em outubro de 1977, encontramos as construções do Posto em mau estado de conservação, principalmente a enfermaria que desde algum tempo, passara a ser utilizada como depósito de castanha e de mercadorias diversas, encontrando-se seu equipamento acumulado numa das salas em franca deterioração. Na sede do Posto, restavam apenas uma mesa, um banco e uma cadeira, em precário estado. Afora isso, numa construção contígua, existia um conjugado elétrico, uma estação de radiofonia e uma Toyota, os quais, entretanto, necessitavam de sérios reparos.

A população Parkateyê havia aumentado entre 1972-1977, de 38 para 65 indivíduos (39 sexo masculino e 26 sexo feminino), face não só ao crescimento vegetativo como pelo retorno de uma menina do grupo que se achava no colégio da Prelazia do Araguaia, e pela agregação de duas mulheres regionais por motivo de casamento e de uma família de índios Guarani, que perambulava pelas imediações à procura de parentes. A aldeia, situada confronte ao Posto, mostrava ainda uma feição semelhante àquela que registramos anteriormente (cf. Arnaud, 1975:61), ou seja, com as casas dispostas atrás e à esquerda de um campo de futebol, todas de chão com cobertura de palha paredes de palha ou de taipa, excetuando a do **capitão**, construída pela FUNAI, que era de alvenaria. A água para consumo continuavam os índios colhendo no poço existente na sede do Posto, ou num pequeno igarapé de fraca correnteza, situado nas imediações, também usado para lavagem de roupas, utensílios de cozinha etc. Para a iluminação das casas eram empregadas lamparinas e candieiros inclusive na do **capitão**, devido a paralisação do conjugado elétrico do Posto. Todavia, já existia no interior da maioria dessas residências, sofisticadas peças de mobiliário, rádios, fogões a gás, máquinas de costura, filtros etc., e na casa do **capitão** também geladeira, bateria de cozinha, completos de louças e de talheres, estes

últimos raramente ou nunca utilizados. De modo geral, os indivíduos de ambos os sexos exibiam boas roupas e calçados, sobretudo os familiares do **capitão** e dos elementos ligados à sua administração. Vários homens possuíam bicicletas. A cantina achava-se bem suprida de mercadorias importadas — farinha, arroz, feijão, café, açúcar, leite, óleos, bolachas, materiais de caça e pesca, sabão, sal, tabaco, fósforos etc. A crermos em informantes do grupo, logo após o término da safra da castanha, as compras eram ainda mais variadas, pois incluíam também, bombons, carnes e peixes em conserva, refrigerantes etc.

A divisão e o desenvolvimento dos trabalhos entre os sexos relacionados à subsistência, bem como à produção de excedentes para comercialização, prosseguiram cada vez mais distanciando-se dos moldes tradicionais. Ao contrário de antigamente, nenhum dos grupos domésticos funcionava mais como unidade básica de produção. Os serviços de lavoura vinham sendo executado de modo coletivo, com a participação não só dos homens do grupo como de elementos regionais contratados para tal fim. Os homens casados continuavam caçando e pescando para o consumo da própria família, mas já participavam juntamente com os solteiros, em atividades idênticas programadas pelo **capitão**, para distribuição dos resultados colhidos segundo os critérios do mesmo, estendendo-se não raro as perambulações, até fora do limite da área indígena, com o emprego dos veículos da comunidade. As mulheres vinham se aplicando quase que exclusivamente em atividades domésticas, não mais participando dos trabalhos de plantio e colheitas dos roçados, e raramente coletando frutos silvestres. Na aldeia existia uma plantação com aproximadamente 30 tarefas (7,1/2ha) da qual já tinha sido colhido quase todo o arroz, parte da mandioca e de outras espécies tuberosas; e havia mais 3 pequenos bananais, mas em franca decomposição. Um novo roçado de 40 tarefas (10 ha.) estava sendo preparado no sentido, principalmente, de possibilitar à comunidade uma pro-

dução de farinha suficiente, para atender à próxima safra da castanha, algo que desde vários anos não acontecia. O certo era que, aquilo que estava sendo obtido através da caça, pesca, coleta e agricultura, não vinha sendo suficiente para suprir as necessidades alimentares da comunidade, cuja suplementação ocorria por meio das mercadorias adquiridas com os resultados auferidos na venda da castanha. A criação de aves e suínos, continuava insignificante; e a de gado vacum, recém-iniciada, ainda destinava-se somente à formação de patrimônio. Na confecção de artefatos, para fins comerciais, ao contrário do que acontecia na fase anterior à do Projeto, empenhavam-se apenas os menos favorecidos através dos lucros obtidos na venda da castanha. Em sua extração, afora os 4 homens que atuavam na administração, já havia o **capitão** também isentado de participar, mais outros 4 parentes seus, sem prejuízo dos benefícios correspondentes — 3 irmãos (1 verdadeiro e 2 classificatórios) e 1 cunhado. Os demais homens de ambos os grupos (Parkateyê e Kuikateyê) continuavam, por determinação do **capitão**, trabalhando coletivamente tal como passara a ocorrer tão logo foi implantado o Projeto.

Dentre os rituais e outras práticas relacionadas ao **ciclo de vida**, que desde vários anos vinham sendo modificados ou abandonados, não mais se realizava a **couvade**, pois, em dois nascimentos havidos no momento, os pais não observaram dieta alimentar e continuaram trabalhando normalmente. Entretanto, naquilo que julgavam poder reafirmar melhor suas características tribais procuravam mostrar-se os Parkateyê de forma bem ostensiva. Por exemplo, tinham voltado a usar os cabelos longos com o conhecido sulco Timbira, a pintar o rosto e o busto com urucu e a usar ornamentos de penas e de palha, não só nas festas como na rotina diária. Os cânticos e as danças tradicionais, assim como as corridas de toras e as competições com o arco e a flecha, que haviam voltado a fazer logo após a chegada dos Kuikateyê, estavam realizando com muito mais freqüência.

E o dialeto tradicional, cujo emprego já se verificava somente entre os adultos, alguns já estavam procurando igualmente estender aos filhos pequenos.

Apesar da euforia que, de modo geral, demonstravam pelas satisfatórias condições de vida então desfrutadas e pela conquista da autonomia, os Parkateyê não pareciam dispostos a modificar seus antigos sentimentos e valores negativos em relação à nossa sociedade. Salvo em raríssimas ocasiões, nos seus pronunciamentos continuaram não considerando que, em qualquer tempo, tivessem recebido favores ou ajudas de **civilizados**, ou que tivessem sido orientados nos seus empreendimentos, como no caso do projeto da castanha, admitindo quando muito terem recebido apenas sugestões.

Entre todos os componentes do grupo, continuava-se destacando o próprio **capitão** Kohokrenum, o qual, como vimos anteriormente, numa fase crítica sob as condições às mais adversas, pôde iniciar a recuperação do grupo. Em seguida, ainda na aldeia da Praia Alta, a despeito de ter ficado, em termos tribais, a *instituição da chefia... esborroada pelos contatos*, continuou fazendo prevalecer sua autoridade, especialmente na exploração da castanha, pois, além de utilizar a *força de trabalho dos rapazes solteiros do grupo, a maioria seus parentes*, possibilitava a si mesmo, a seu irmão e a um seu sobrinho (*filho da irmã*) a posse para cada qual de *dois pontos de castanha*, enquanto para os demais homens apenas um só (Laraia & Matta, 1967; 115-120). A remoção do grupo para Mãe Maria se concretizou em razão de sua própria decisão final. E durante a fase compreendida desde o surgimento da FUNAI (1967) até a criação do Projeto da Castanha (1975), em que sofreu sanções da administração oficial, com respeito a sua liderança, na exploração do aludido gênero, sempre esteve à frente de todas as atitudes reivindicatórias tomadas pelo grupo, ao mesmo tempo que mantinha sua posição no âmbito social.

No momento desta nossa observação (1977), face principalmente ao controle que passara a exercer sobre a renda indígena, encontrava-se Kohokrenum exercendo poderes quase totais sobre a vida do grupo Parkateyê, de uma forma ainda não observada no decorrer de sua já longa gestão. Além da utilização da força de trabalho dos homens adultos pela forma julgada conveniente, independentemente de remuneração a lhes ser atribuída, intervinha nos âmbitos familiares em caráter disciplinar, mais comumente entre os casais cuja consorte era uma **civilizada**, havendo interrompido duas dessas uniões em razão de incompatibilidades ocorridas. As saídas dos membros da comunidade da aldeia passara a fiscalizar, sobretudo em se tratando de rapazes solteiros que desejavam participar de festas nas localidades próximas. Alguns elementos chegavam a fazer comentários sobre essas restrições, como também pelo tratamento desigual que recebiam, no aspecto material, em relação àqueles da cúpula administrativa. A expressão **rico** antes aplicada apenas a certos **civilizados** de quem pretendiam obter dádivas, também passaram alguns índios e estender a Kohokrenum e, de uma feita, um deles a escreveu num dos veículos da comunidade. Todavia, apenas um desses descontentes, aliás, não muito afeito ao trabalho, chegou a esboçar reação quando o **capitão** lhe determinou retirar da aldeia sua mulher **civilizada**, sobre a qual mantinha um arraigado ciúme. Vendeu o descontente a maior parte dos pertences e viajou até Brasília, a fim de reivindicar o direito de permanecer em Mãe Maria com a mulher, levando uma vida independente. Havendo retornado sem conseguir o que desejava, dirigiu-se ao **capitão** no sentido de tentar um acordo, pois, segundo suas expressões, *todos são agora escravos do meu tio, mas eu não vou ser escravo dele como aqueles que estão ali trabalhando*. Mas nada de favorável conseguiu no decorrer da entrevista que teve com o **capitão** que, mais tarde, lhes permitiu retornar ao seio da comunidade com a mulher, mas até quando não gerassem mais complicações, ficando ele

com a obrigação de trabalhar igualmente aos outros homens, e ela com a incumbência de ministrar alfabetização às crianças. Sobre os Kuikateyê a autoridade de Kohokrenum ainda ocorria com restrições, pois, embora absorvesse sua mão-de-obra na produção de castanha, e os engajasse de quando em vez nos demais trabalhos sob sua jurisdição, isso exercia por intermédio de Kinaré que ainda continuava liderando o grupo. Entretanto, continuava Kohokrenum com o firme propósito de promover a incorporação dos Kuikateyê no próprio grupo. A crermos em informantes locais, no sentido de atingir tal objetivo, procurava Kohokrenum dificultar a ida de veículos a aldeia Kuikateyê (distante 6 km) e aplicava uma certa parcimônia na liberação de mercadorias da cantina para o consumo dos mesmos.

Com a 2a. Delegacia Regional da FUNAI e Ajudância de Marabá, passou o **capitão**, inopinadamente, a aplicar uma nova estratégia. Restabeleceu as relações, mas no sentido de exigir uma cooperação unilateral da Delegacia *porque isso constituía obrigação do governo*, não transigindo quanto a autonomia conquistada. Assim, por ocasião de um ligeiro surto de gripe ocorrido na aldeia, enviou as crianças e as mulheres atingidas para serem medicadas através da Ajudância de Marabá, cujo chefe diligenciou, prontamente, o alojamento e a medicação dos doentes. E, após contatos mantidos com o Delegado Regional o chefe da Ajudância, foi à aldeia Parkateyê solicitar permissão ao **capitão** para estender o tratamento até o âmbito local. Tendo o **capitão** concedido permissão, duas equipes sanitárias foram enviadas à Mãe Maria, aí permanecendo um atendente de enfermagem sob as ordens do **capitão**, juntamente com o trabalhador braçal que havia restado da última lotação do Posto. Este último, segundo nos revelou, via-se obrigado a trabalhar, não raro, fora dos horários normais de serviço, inclusive para caçar, sendo que, de uma feita, teria recusado abrigo num dos barracões do Posto para uma família com crianças, que caminhava à noite sob chuva torrencial, com

receio de que o **capitão** fosse saber do ocorrido e por isso o repreendesse. Em seguida, obteve Kohokrenum por intermédio da Ajudância de Marabá, com a cooperação da Polícia Federal, o desalojamento da área indígena de um fazendeiro vizinho. E também foi requisitar a assistência jurídica, da Delegacia Regional, com respeito a um caso em que a comunidade havia sido ludibriada por um empreiteiro, tendo conseguido em decorrência dessa intervenção uma solução favorável.

No decorrer dos vários diálogos que mantivemos com Kohokrenum, verificamos que, geralmente, mostrava certa insatisfação nos momentos que falávamos de pessoas que haviam proporcionado benefícios ao seu grupo, e invariavelmente apresentava qualquer tipo de contestação. Por exemplo, quando referimos que a rica área de terras que possuíam lhes tinha sido doada graças a iniciativa de um antigo dirigente do S.P.I. (José Maria Malcher), assim falou — *Todas essas terras desde o Tocantins ao Moju eram nossas, pois aqui caçávamos, pescávamos, colhíamos castanha, flecheiras e pau d'arco. Os cristãos primeiro passavam apenas pela beira do rio, depois é que começaram a invadir tudo.* No momento em que nos mostrou as cabeças de gado existentes no pasto confronte à aldeia, ao citarmos o nome do benfeitor que tinha possibilitado o início do criatório (Dr. João Paulo), respondeu: *Sim, mas antes eu já havia pensado nisso, adquirir mais cabeças e estou mandando fazer pastagens e cercas.* Nos comentários havidos em torno do êxito do Projeto da Castanha, tal como outros indivíduos do grupo, de modo nenhum admitia que fossem atribuídos méritos a quem quer que fosse a não ser a si próprios: *As idéias foram nossas, nos fizemos tudo, apenas recebemos sugestões e alguma ajuda.*

As relações com os extratores de castanha regionais, tropeiros e peões que costumavam trabalhar na área indígena (tratavam Kohokrenum cerimoniosamente como **Sr. Capi-**

tão), estavam ocorrendo sem problemas, pois, concluídas as operações os pagamentos eram feitos por ele sem delongas, de acordo com preços ajustados. Dele próprio e seus principais assistentes, ouvimos a respeito expressões como estas: *Nós aviamos os castanheiros civilizados por preços mais baixos que a FUNAI, com apenas 15% de acréscimo sobre o custo das mercadorias; pagamos o hectolitro da castanha por preços mais altos que a FUNAI; e também pagamos melhor os tropeiros.* Os ocasionais visitantes (sobretudo jornalistas) que chegavam a aldeia desde algum tempo passara Kohokrenum a tratar com restrições, não lhes permitindo tirar fotografias *para ganhar dinheiro a nossa custa.* Certa ocasião, impediu que 2 repórteres do sul do país que se diziam credenciados pela FUNAI, operassem na aldeia, tendo assim lhes respondido: *Não adianta dizer que está autorizado pois não vou permitir mesmo.*

Enfim, na aferição de seus antigos mitos e tradições, em comparação com a dos cristãos, continuava Kohokrenum considerando os seus como os verdadeiros, a despeito de desejar cada vez mais, assim como seus liderados, a desfrutar dos benefícios materiais proporcionados pelos **civilizados**.

A segunda pessoa em importância no seio dos Parkateyê, ou seja, o subchefe Kutia (Pirkre Jimokre Hirãre-cerca 35 anos) pertencera ao extinto grupo da Montanha (Tucuruí). Aí obteve instrução escolar em língua portuguesa, bastante proveitosa, com os missionários protestantes. Trabalhou, em seguida, fora da aldeia com seu irmão Kinaré na extração da castanha, atuou em turmas de atração da FUNAI e, já em 1969, foi enviado com outro índio Parkateyê (Kupu) para receber instrução militar na Polícia de Minas Gerais, havendo ambos pertencido a 1a. Turma da Guarda Rural Indígena, formada pela aludida corporação. Após ter retornado ao Pará foi enviado para servir juntamente com aquele seu companheiro no posto Mãe Maria. Mas aí passou a atuar, assim como Kupu, servindo os interesses da comu-

nidade, nos atritos havidos com a administração. Uma vez extinta a Guarda Indígena, cuja duração foi efêmera, ainda atuou Kutia numa turma de atração da FUNAI, antes de incorporar-se novamente ao seu grupo. No âmbito deste, com a experiência e instrução escolar adquiridas, foi ganhando prestígio na medida em que tomava corpo a **revolução** que culminou no Projeto da Castanha, acabando por assumir a posição em que se encontra. Espontaneamente, mostrou-nos toda a documentação relacionada ao desenvolvimento do Projeto e explicou a forma como vinha trabalhando. Elogiou um antigo agente do Posto da Montanha (Matias de Aguiar) porque os orientava no trabalho e nas transações; em contraposição, fez críticas acerbas a um outro, porque não lhes ensinava nada e fazia tudo sozinho. Sem ser temperamental como Kohokrenum, sempre se mostrou enérgico e decidido na defesa dos interesses da comunidade. Com respeito a **índios** e **brancos** assim relatou suas concepções :

Nunca gostei de crente, só na escola obedecia. Eu nunca pensei em Deus, pode ser ele ajuda, mas quem sabe se ele ajuda só pode ser ele o Deus. Eu só posso pensar no Deus quando eu estou velho. Nada adianta a você pela leitura. Eu penso que, quando morrer, pode ser que acaba tudo, porém não sei se está certo. Os **Kupen** acreditam no Deus deles, mas não sei dizer se é um só, pode ser que seja separado. Até hoje nós estamos separados, branco e índio, pode ser que em espírito seja a mesma coisa. O espírito do branco, uns pensa que um dia acaba o mundo em geral. O pai é um só, a gente morre e vai morar com ele. Não é bem certeza a história. Nossa idéia — nunca nós pensamos em céu e inferno. A gente nem sabe que tem isso. Aqui sofre mais que no céu. Quando morre não tem mais doença. E é por ver que estamos sofrendo, o pai da gente, ele leva mesmo a família da gente. Não é a doença que mata é o próprio pai da gente, quando está vendo nós está sofrendo. Aqui mesmo um bocado de gente, falando a respeito de Deus diz: vocês vão atrás dessa conversa dos **Kupen**, eu sempre na história que nosso avô e pai contava, não vou pensar direito nesse Deus que o branco conta. Em pensar assim, até hoje nos somos separados dos brancos, assim o espírito do índio pode ser separado do branco. Sobre esse negócio de pajé. Até o branco diz, pajé é bom, que o pajé

cura. Sobre que espírito é mais forte e qual o mais fraco, um pajé branco que procurei informou — o espírito de vocês, disse o pajé civilizado, é mais forte que o nosso, tem gente ruim fazendo coisa má, matando mãe filho, filha, tudo isso o branco faz. Vocês índios só são maus porque é para se defender mesmo. Espírito de vocês não topa com a gente, como vocês mesmos. Se vocês está com raiva pode ajudar até a nos enfraquecer. Por isso todo o mundo respeita vocês, vocês anda mais direito que o branco, assim pajé disse. Antigamente nós vivia na mata, só mesmo defendia porque pensava que o branco ataca primeiro. Hoje ainda muita gente pensa com medo do índio, eu dou razão. Mas o que é mais certo — se o índio faz medo pro outro ou está bonzinho? Muito branco faz medo ao índio, mas depois morre do parente mesmo.

Três outros elementos devem também ser destacados no grupo: Kruá-Gavião, Jontap (Raimundo) e Jonkorenum (José). Krúa (28 anos — solteiro) igualmente como Kutia procedeu do grupo da Montanha onde também adquiriu instrução escolar com os missionários protestantes. Dentre os elementos do grupo é quem melhor lê e escreve em português, sendo o índio que então se encontrava perfeitamente documentado em consonância com as leis brasileiras, pois possuía certidão de idade, título de eleitor, carteira de identidade, inscrição no CPF e certidão de alistamento militar. A posição que havia adquirido na comunidade, devido os conhecimentos possuídos esteve prestes a perder, pelo fato de haver se alistado para o serviço militar por conta própria sem a anuência do capitão. Além de haver atuado como encarregado da cantina, acompanhava Kutia nas operações bancárias e, desde algum tempo, vinha atuando como motorista, na ausência do profissional contratado. Nos seus pronunciamentos, geralmente procurou colocar-se em destaque em relação aos demais naquilo que sabe executar, como no caso do relatório que fez quando dirigia a cantina. *Este relatório vai falar sobre um índio . . . Todo esse serviço era este índio que fazia . . . O mesmo índio fez.* E também quando se exprimia verbalmente, conforme ouvimos — *Sou eu quem joga melhor futebol, Sou eu o único que se interessa*

pela leitura, Sou eu quem escreve melhor. Dizia permanecer solteiro mais pela circunstância de que ainda não havia decidido se deveria continuar na comunidade ou se optaria pela vida em meio **civilizado**, uma vez encontrasse condições para tal.

Jontap (Raimundo) — Solteiro — 24 anos) — brincho do capitão começou a destacar-se após ter sido designado pela 2a. Delegacia Regional para realizar um estágio numa fazenda da FAB, e de aí haver adquirido instrução escolar em nível elementar. Conforme o ouvimos falar pretendia melhorar seus conhecimentos para ingressar no meio civilizado, porém, tendo sido convidado para ajudar na safra da castanha acostumou-se no trabalho da cantina e *acabou ficando*. Trata-se de um dos elementos de temperamento mais agressivo, sendo talvez por isso geralmente designado pelo **capitão** para fazer parte das delegações organizadas para defender os interesses do grupo. No momento não possuía ainda documentos de identificação, mas declarou em voz alta, em frente ao **capitão**, que sabia estar necessitando, mas quando desejasse obtê-los *não iria pedir opinião de ninguém*. Um funcionário da FUNAI nos revelou ter assistido ele, em Conceição do Araguaia, convencer um rapaz Kayapó a beber cachaça até cair, apesar da relutância inicial deste, dizendo-lhe que *precisava provar que era homem e quem não bebia cachaça não era homem*. Situa-se entre os que mais costumam criticar a FUNAI. A respeito da doutrina cristã assim uma vez expressou-se :

Vamos para a igreja, a gente reza, o que eu vou aprender lá? **Eu não vou a Kinaré também não.** Eu não penso o que vai acontecer quando eu morrer. É isso, no momento não penso nada. penso em trabalhar, em aprender.

Jonkorenium (José) — cerca 45 anos viúvo, irmão consanguíneo do **capitão**. Ainda na aldeia da Praia Alta foi destacado pela *acuidade de suas observações* (Laraia & Matta, 1967: 109). Após a transferência para Mãe Maria, além desse parentesco, pôde alcançar um prestígio como a segunda

pessoa mais importante da comunidade, por haver aprendido rudimentos de leitura e escrita em português e aprendido a fazer conta de somar com um professor improvisado que transitou pelo Posto, até a chegada dos rapazes com melhor instrução do grupo da Montanha. Por ocasião de suas discussões com os agentes do Posto chegava a insinuar ser uma espécie de *eminência parda*, o que evidentemente constituía um exagero. Entretanto, segundo expressou-se um funcionário da FUNAI que esteve bastante tempo em contato com os Parkateyê, com apoio de outros presentes, *nasciam do cérebro do José todas as maquinações e intrigas levadas a efeito contra a FUNAI*. Na ocasião desta nossa estada, já começava José a recuperar a posição perdida pela insuficiência de instrução escolar. Estava sendo incorporado nas delegações do grupo, inclusive nas enviadas à Brasília. Com satisfação nos declarou que, por determinação do **capitão**, não mais participava da coleta da castanha. E acrescentou que, quando ainda o Posto monopolizava a comercialização do gênero, de tão enfesado passou três safras sem atuar na coleta do mesmo.

Os Kuikateyê, em 1977, somavam 48 indivíduos (30 do sexo masculino e 18 do sexo feminino), estando incluído nesse total a índia Pahukré com seus dois filhos menores, oriundos do grupo da Montanha. Seu crescimento vegetativo tinha sido insignificante desde 1972, pois neste último ano existiam na aldeia 41 indivíduos (Cf. Arnaud, 1975:75). Encontrava-se aquela população em 12 famílias elementares, existindo 6 homens adultos (3 solteiros e 3 viúvos) sem possibilidade de contrair casamentos, a curto prazo, no âmbito do grupo.

A aldeia (Ladeira Vermelha) mostrava o mesmo aspecto descrito por Spaeti (1976: anexo 7), ou seja com as casas dispostas circulamente, de acordo com o padrão Timbira, tendo no centro uma praça. Na parte frontal existiam 3 casas construídas pela Missão Novas Tribos. E na parte pos-

terior existiam 3 barracões do Posto, servindo como depósito de mercadorias, 1 casa de farinha, e 1 campo de futebol. As casas indígenas já obedeciam ao estilo regional e tinham paredes de taipa, palha ou madeira, destacando-se a do capitão **Kinaré**, reputada por Spaeti (Ibid.: 9) como *altamente funcional e de padrão estético aceitável*, mas que não satisfiz as exigências de Kinaré, o qual, nos declarou *quase haver brigado por isso com o Agente do Posto*. A água para consumo continuava sendo colhida no igarapé situado nas proximidades da aldeia, o qual mostrava melhores condições que o utilizado pelos Parkateyê. Nas habitações as peças importadas consistiam de redes, malas e alguns utensílios de copa e cozinha, de qualidade inferior e em muito menor quantidade que as existentes nas residências dos Parkateyê. Somente na residência do **capitão** é que havia radiola, máquina de costura, cama, mesa, cadeiras, bicicleta e variados utensílios de copa e cozinha. Todos os componentes do grupo andavam habitualmente vestidos, porém, precariamente, comparando-se com os do outro grupo, também com exceção do **capitão** que era o único que possuía sapatos. No que diz respeito às demais mercadorias que eram consumidas e/ou utilizadas para suprir as necessidades adquiridas, as quais eram fornecidas pela cantina Parkateyê, verificava-se também uma flagrante desigualdade entre as duas aldeias, uma situação que, aliás, antes já havia sido observada por Spaeti (Ibid.: 32) quando ainda se achavam os índios sob a jurisdição do Posto.

As atividades de subsistência (caça, pesca, coleta e agricultura) ocorriam com mais regularidade que entre os Parkateyê, sendo de modo geral os resultados colhidos, distribuídos equitativamente entre as famílias elementares, sob a orientação do **capitão**. Continuavam os índios confeccionando artefatos (arcos, flechas, cestos, adornos) tanto para uso pessoal como para venda, com direito cada qual a aplicar o dinheiro apurado pela forma conveniente. A antiga divisão de trabalho entre os sexos, basicamente, perdurava

nos moldes tribais, embora fosse menor a participação das mulheres nos serviços de lavoura. Em regra, todos os serviços eram orientados pelo **capitão**, porém, sem a rigidez de horários que fora imposta pela FUNAI assim que o grupo foi removido para Mãe Maria. Em se tratando das mulheres, a liderança dos trabalhos coletivos tinha passado à índia Pahukré desde quando ela se incorporou ao grupo. Os cerimoniais referentes ao ciclo de vida ainda perduravam assim como os cânticos, as danças tradicionais e as competições esportivas (corrida de toras e jogo de arco-flecha), estas geralmente realizadas com a participação do outro grupo. O xamanismo, segundo as indicações obtidas, parecia não mais persistir através do único xamã existente (*Roberto Carlos*) já bastante idoso.

Na interação com a sociedade envolvente, incluindo a administração oficial, ao contrário do que aconteceu com ambos os grupos Parkateyê, pouco haviam mudado os Kuitateyê no decorrer de 8 anos de contatos (1969-77), face ao semi-isolamento em que foram mantidos pela 2a. Delegacia Regional, tendo à frente um líder já bastante experiente, falando com desembaraço o idioma português, e praticamente presente em quase todos os contatos externos ocorridos com os membros do grupo. Vários homens e algumas mulheres já começavam a se expressar precariamente no idioma português, porém, pelo que verificamos, apenas um deles já em condições de estabelecer uma comunicação verbal satisfatória. Também eram raros os que começavam a fazer uso correto do dinheiro, nas mínimas transações que realizavam e nas quais eram, invariavelmente, assistidos quando não por Kinaré por um elemento do outro grupo.

O **capitão** Kinaré, apesar das pressões exercidas por Kohokrenum, vinha conservando sua antiga autoridade sobre o grupo, mantendo-o ainda como uma comunidade distinta dos Parkateyê. Vinha sujeitando-se incondicionalmente a Kohokrenum na parte relacionada a castanha, porém, no

engajamento dos seus liderados em outros serviços ordenados por ele, somente atendia as requisições quando não necessitava dos mesmos para as atividades internas. Mas com respeito as atitudes tomadas por Kohokrenum em relação à FUNAI, Kinaré o apoiava plenamente. Na defesa da integridade da área indígena empenhava-se também decididamente, sendo que, segundo suas expressões, qualquer que fosse o número de cristãos que a invadissem, reagiria. Não poderia era deixar tomar aquilo que lhes pertencia. Sabia que um dia tinha de morrer e por isso não tinha medo.

Com os missionários da Missão Novas Tribos do Brasil, a cujo proselitismo não se havia submetido, ainda quando no Posto da Montanha, suas relações se tornaram logo tensas desde quando eles começaram trabalhando entre os Kuikateyê, em 1973, autorizados pela FUNAI. Conforme observou Spaeti (Ibid.: 35) os registros médicos do missionário indicavam *muitos casos de atendimento cuidadoso...* Entretanto, com respeito a instrução escolar, a despeito de estarem os índios motivados para recebê-la, era ministrada de modo *muito deficiente*, havendo o professor missionário sofrido mais de uma agressão física durante a aula dos homens (Ibid.: 26-35). E o aprendizado da língua indígena iniciado por um dos missionários, provocou transtornos na rotina diária da comunidade. Também instalou a missão fora de sua *principal casa e orientado em direção ao centro da praça principal e cerimonial da aldeia, um alto falante-megafone, pelo qual a aldeia era periodicamente irrigada com cânticos religiosos artificiais em idioma Krikati* (Ibid.: 7). E ainda mais, passaram os missionários a tentar modificar certos usos e costumes indígenas.

Contra esse estado de coisas foi reagindo Kinaré até ter sido consumada a retirada de ambos os missionários da aldeia, sem a anuência da FUNAI, mas por deliberação dele próprio. Sobre a forma de agir de um desses missionários assim falou Kinaré para Spaeti (Ibid.: 34-45):

Eu não sei o que eles queriam aqui, só falavam mal da gente, diziam que os índios não têm filhos é porque ele não presta. Quando a pessoa ia lá pedir remédio contra a gripe, eles não davam, diziam que era tudo por causa fumo, que fumar não prestava. Eles não trabalha com a gente, nunca vai pro mato, só come e dorme. Não ajuda não, só fala em Deus o tempo todo. Nos últimos dias o F. (o missionário que foi embora), queria tirar muito retrato na aldeia, disse que era para lembrar, aí o pessoal falava que ele devia primeiro falar comigo, aí ele disse que eu não era o pai deles e não mandava neles... eu perguntei a ele se ele era pai dos índios, aí ele começou a chorar muito, a mulher e o filho dele... pensavam que nós ia brigar com eles, mas eu mandei meu pessoal embora mas disse para o F... que o retrato ele não ia tirar mesmo. Não gostei nada desse pessoal não. A gente pediu para eles dar aula... eles muitas vezes diziam que não podiam... não ajudavam nada. Uma vez a gente matou uma anta, aí o missionário veio me pedir um pedaço... aí eu disse... só comprando, vocês também não ajudam nada para nós.

Os diálogos que travou Kinaré com o último missionário (R.) e que culminaram com sua expulsão da aldeia, para nós assim relatou :

K. — Ele me deu trabalho. Todo o pessoal pega para conversar com ele para estudar a língua. Eu vai trabalhar na roça, quando eu saía ele mandava buscar o pessoal. Quando eu voltava todo o pessoal estava em cima dele, escrevendo e falando. Eu falei com ele, eu não pode ficar com tanto serviço, logo entra daqui a pouco a castanha. Nós tem que trabalhar, se você quer estuda com qualquer um deles fala comigo, não fica fora de mim falando.

R. — Falei com a FUNAI para estudar com todo o mundo.

K. — Eu não pode ficar parado. Se você quiser estudar com qualquer um deles, pega só um, tu vai estudar na língua. Você pega tanto pessoal, fica só um falando e o outro sentado, você está muito atrasando pra mim, daqui a pouco agente vai para a castanha, fica apertado o serviço não se pode fazer nada.

R. — Se você não gosta assim, eu vou falar para a FUNAI ver o que ela vai fazer comigo.

K. — Não precisa falar com a FUNAI, quem toma conta sou eu, se você quiser alguma coisa fala comigo. Eu saí, ele pegou todo mundo. Pessoal estudou até as 6 horas, de manhã cedo ele chamou de novo. Quando cheguei minha mulher me contou. Olha

disse para o pessoal, não vai ninguém, eu quero ver ele mandar buscar vocês. Eu mandei o pessoal para o trabalho. Ele mandou o filho chamar mas não foi mais ninguém.

R. ficou danado

R. — Você não pode mandar trabalhar no domingo e sábado, tem de descansar. Não pode trabalhar no domingo porque Deus não quer.

K. — Então você fala com ele, mas nós estamos trabalhando. Quando você quiser vai com ele, nós precisa trabalhar para aumentar legume pra todos. O mundo não é para ficar só parado, quem vai dar comida.

Só se você dá comida, só si você compra coisa, mas você não está dando nada. Eu quero vê você estudar, com eles, agora eu não dou mais ninguém. Disse, eu não quero mais vocês nem aqui. Se você quiser vai embora.

R. — Mas eu vim com ordem da FUNAI, não pode sair daqui, eu quero estudar.

K. — Vai embora eu não quero mais nem te ver aqui. Você pega o pessoal. Então eu toco fogo na casa de vocês. Eu quero vê você tira tudo que tem aí. Aí a mulher dele começou a chorar. R. também.

R. — Eu falei com ajudante da FUNAI, ele disse que eu não podia sair agora.

K. — Não, vai embora, eu que estou mandando. Você atrasa, você vai embora, não quer é trabalhar. A aula para estudar não dá certo, pode vai embora.

OS GAVIÕES, A ELETRONORTE E A VALE DO RIO DOCE

Tão logo foi noticiado, em 1976, que ELETRONORTE pretendia passar uma linha de transmissão, através de Mãe Maria, a fim de ligar as subestações de Marabá e Imperatriz, a coordenadora do Projeto Gavião-Suruí dirigiu um ofício à presidência da FUNAI (21/09/76), sugerindo que fosse exigida daquela empresa uma indenização de Cr\$ 1.678.362,40, pelo desmatamento que iria ocorrer na área indígena num trecho de 19 km de extensão por 100m de largura, sendo

Cr\$ 1.189.862,40, pelas castanheiras e Cr\$ 488.500,00 pelas demais árvores (Índios Gaviões e FUNAI, 1979). Ocorre que, logo após ter sido a ELETRONORTE autorizada, pelo decreto federal 80.100 de 08/08/77, a cruzar a referida linha (185 ha), cabendo a FUNAI estabelecer o valor da indenização, entregaram os Gaviões uma outra proposta elaborada com a cooperação de *amigos* (assim informaram), na qual já pediam Cr\$ 4.000.000,00 pela indenização (Gaviões querem... 1977). Essa atitude foi considerada como precipitada pelo Delegado Regional de FUNAI em Belém, pois, tudo teria de ser resolvido através da sua Repartição, a partir de um expediente a ser recebido da ELETRONORTE (FUNAI sem posição... 1977). Não tendo sido o assunto solucionado, já pretendiam os Gaviões receber, em 1978, três vezes mais, ou seja Cr\$ 12.000.000,00, conforme ouvimos do subchefe Kutia. O impasse perdurou, mas, em 1979 (06/04), surgiu uma proposta firmada pelos Gaviões (Kohokrenum, Kutia e Krúa), 2a. Delegacia da FUNAI e ELETRONORTE, na qual foi estabelecido que, mediante o desvio da linha de transmissão para uma área com menor incidência de castanhais, os Gaviões aceitariam uma indenização, a ser a seguir apresentada. A referida indenização, cujo valor não foi mencionado no supra citado documento, seria de Cr\$ 3.038.200,00 pelas castanheiras, e a ELETRONORTE entregaria à comunidade indígena toda a madeira a ser abatida, avaliada em Cr\$ 3.812.000,00, com acréscimo de mais 50% sobre aquele total pelo alargamento da faixa de desmatamento de 100 para 150m (Índios Gaviões... 1979). Arrependeu-se porém o **capitão** Kohokrenum de haver logo concordado com isso e, em companhia dos três outros índios subscritores da proposta, viajou até S. Paulo onde na Comissão de Justiça e Paz, obteve a elaboração de uma contra-proposta estipulando a indenização em Cr\$ 40.000.000,00 pela derrubada de 1.150 castanheiras, cuja produção foi calculada durante 50 anos com juros e correção monetária, a qual não foi aceita pela ELETRONORTE. Mas quando esta,

em 1980, pretendeu reiniciar as negociações, já desejavam os Gaviões Cr\$ 83.000.000,00 (40 milhões em casas, animais, pastos, veículos e 43 milhões em dinheiro) com base na recente elevação do preço do hectolitro da castanha.

Havendo os ministros do Interior e de Minas e Energia, exigido da FUNAI, uma solução imediata para o impasse criado, o delegado e o advogado da 2a. DR da FUNAI foram travar entendimentos com o capitão Kohokrenum, em Mãe Maria, o qual, no entanto, declarou que só aceitaria conversações com o ministro ou os presidentes da FUNAI e ELETRONORTE, e na própria aldeia. Na oportunidade Kohokrenum teria assim se expressado: *Eu só trato aqui. Ministro vem aqui; eu espero um grande do governo vir aqui; eles podem me machucar, me matar, mas não saio daqui; a FUNAI... fala que a gente vai gastar tudinho, mas só quando o dinheiro estiver no banco a gente decide* (Gusmão, 1980). Por sua vez, o vice-líder Kutia teria assim falado: *Isto é o mínimo de indenização pelos lucros cessantes. Se o governo fosse dar energia de graça para o povo todo, a gente não fazia caso. Mas o governo vai cobrar, vai ganhar muito dinheiro, e Tiu, o potiguara, bem-informado que estudou em Brasília (alegam na FUNAI que ele insufla os índios), concluiu: E nem estamos pedindo indenização pela flora, casa e frutas, que a ELETRONORTE vai derrubar e espantar* (Ibid.). Face a intransigência dos Gaviões, os presidentes da FUNAI e ELETRONORTE resolveram ir a Mãe Maria, havendo o segundo apresentado a seguinte proposta: *Três milhões de cruzeiros pelas madeiras de lei, 10 milhões pelas castanheiras e 17 milhões em bens... , podendo os índios vender as árvores derrubadas, o que lhes proporcionaria um total de 30 a 36 milhões*. Acrescentou que, a maior parte do estipulado, seria como auxílio social porque, perante a lei, não tinha porque pagar tudo isso; e que, se adotasse o mesmo procedimento havido com os particulares a indenização seria somente de Cr\$ 3.700.000,00 (Pinto, 1980a). Os índios não abriram mão dos 83 milhões, aceitando

30 milhões em auxílio social e exigindo o restante em dinheiro... (Ibid.). Tendo sido advertidos pelas citadas autoridades, que o Governo poderia simplesmente desapropriar as terras necessárias, mediante pagamento de uma indenização que, no caso Mãe Maria, seria de apenas Cr\$ 3.700.000,00, os índios passaram a acusar o presidente da FUNAI de não defendê-los, até que pediram aos dois dirigentes que se retirassem, acrescentando que, responsabilizariam o governo por tudo o que vier ocorrer, e assim como já haviam atacado os invasores de suas terras passariam a ter nas torres e nos fios... seus inimigos também (Ibid.). Finalmente, por ocasião de uma visita subsequente dessas autoridades, após uma explanação do presidente da ELETRONORTE, no qual foi acentuado que os Gaviões estavam recebendo *um tratamento que não era então dado a nenhum dos particulares...*, acabaram eles por aceitar como indenização a importância de Cr\$ 40.000.000,00 pelo seguinte: utilização de uma área de 19.500 x 108m (cerca de 290 ha) compreendendo cerca de 1.152 castanheiras e mais 7.140 árvores, barracos e 1 casa de alvenaria a serem derrubadas, ficando a comunidade com o direito de vender toda a madeira derrubada (Índios e a ELETRONORTE... 1980).

Com a Companhia Vale do Rio Doce, pela passagem da ferrovia Carajás-Itaqui através da área indígena, num percurso de aproximadamente 20 quilômetros, as negociações começaram por volta de 1981, quando os Gaviões embargaram a continuação da abertura da linha férrea que já atingia 10 quilômetros, porém, foram encerradas satisfatoriamente sem maiores complicações, ao contrário do que havia ocorrido com a ELETRONORTE. Os Gaviões pediram inicialmente 65 milhões de indenização, tendo sido finalmente estipulada a importância de Cr\$ 56.500.000,00, por ocasião de uma reunião ocorrida, em abril de 1982, da qual participaram o chefe e subchefe dos Gaviões, o Delegado Regional da FUNAI e um representante da Vale do Rio Doce. (Rio Doce paga..., 1982).

Ainda na fase que eram realizadas as negociações com a ELETRONORTE, tomando como base a indenização pleiteada (Cr\$ 83.000.000,00), o **capitão** Kohokrenum e seus assessores indígenas elaboraram um plano de aplicação do dinheiro, em linhas gerais assim estabelecido: construção de 32 casas de alvenaria, cada uma delas com cinco cômodos, formando um círculo conforme a tradição Timbira, dotadas de recursos modernos — fossas, instalações sanitárias e luz elétrica; uma escola, a casa do professor, uma enfermaria-farmácia, uma oficina, um armazém, a casa do chefe do Posto e duas casas de farinha; aquisição de um trator de esteira, dois caminhões, um jipe, dois barcos, 500 rolos de arame para cerca, formação de 100 ha de pastagens, 30 burros para o transporte de castanha e 200 cabeças de gado bovino (Pinto 1980b).

A despeito de não haver a primeira indenização atingido o valor solicitado, assim que o dinheiro foi recebido, procurou Kohokrenum iniciar o desenvolvimento do plano acima, a começar pelas construções. Logo foi a Brasília efetuar contrato com um casal de arquitetos (V.S.), que o costumavam hospedar, os quais nada lhes teriam cobrado pelo projeto (*não iam cobrar de amigos*) e somente 100 mil cruzeiros mensais pela *administração técnica das obras* (Pimenta, 1981), tendo em seguida, conforme soubemos, um outro arquiteto passado a participar do projeto. Ainda em Brasília, contratou o **capitão** cerca de 40 peões para trabalhar nas construções, os quais foram conduzidos até a aldeia em ônibus especialmente fretado; e adquiriu materiais diversos, incluindo telhas da melhor qualidade, cujo transporte ocasionou o pagamento de fretes na importância de 80 mil cruzeiros cada viagem. Ao mesmo tempo que as casas da nova aldeia iam sendo construídas, de acordo com o plano estabelecido, adquiriu o **capitão** diversas cabeças de gado vacum, dois caminhões para o transporte de castanha e 1 automóvel Fiat.

Entrementes, tendo tomado conhecimento do teor de uma carta dirigida, ao engenheiro responsável pela construção, pelo Presidente da FUNAI, advertindo-o quanto à irregularidade da contratação do trabalho, por não ter havido a anuência do órgão, Kohokrenum, *gravou em fita uma resposta à FUNAI... fala dura e orgulhosa*, contendo entre outros os seguintes trechos: *Quem vai falar aqui é Kohokrenum Jopaipaire. A comunidade não gostou que o presidente mandou carta para o engenheiro R... mandando parar a obra da nossa aldeia nova. O presidente da FUNAI, se quiser parar a obra, tem que vir na aldeia e falar na minha frente como homem... FUNAI não pode mandar parar... serviço, porque não são FUNAI que está fazendo... Eu não gostei... A FUNAI não ajuda, por que mandar parar a obra? Eu preciso morar casa bonita. A comunidade mora nestes barracos como porco... Eu quero usar também coisas boas... O kupê (branco) mora bem... Eu não gostei da carta, não me respeitou. Somos nós que estamos fazendo, se quiser pode vim aqui, me matar, mas vou construir, vou até o fim, eu quero serviço pronto. Ninguém está botando na minha cabeça, eu quero por minha conta contratar gente particular amiga. Ninguém me manda, eu faço... o dinheiro da indenização é pra viver bem, comer, se vestir bem. Não é para ficar rico... sou Kohokrenum, estou gastando dinheiro no serviço, direitinho certo... A FUNAI tem que cumprir sua obrigação de ajudar, botar enfermeiro, professor só. Só não meter a mão no serviço que a comunidade está tocando* (Pimenta, 1981). Os gastos à conta da indenização, em curto espaço de tempo, atingiram uma soma avultada chegando a absorver cerca de metade do valor recebido, sobretudo no que se relacionava às construções. Em conseqüência, deliberou Kohokrenum paralisar as obras, dispensando toda a equipe empenhada no trabalho, cujos componentes, na maioria teriam logo iniciado ação contra a FUNAI na Justiça do Trabalho em Brasília.

Entretanto, varios meses após a dispensa da referida equipe, deliberou o **capitão** prosseguir no acabamento das construções, por intermédio de operários contratados no meio regional. A FUNAI, por sua vez, em razão de um convênio firmado com a Vale do Rio Doce, passou a implantar na aldeia um sistema de esgotos com fossas sépticas e banheiros externos privativos, bem como um sistema de abastecimento d'água com fonte de captação (poço), rede adutora com 50 metros de extensão e castelo d'água com bateria de 10 caixas de 1 metro cúbico cada. Ao mesmo tempo, iniciou a FUNAI a construção de um conjunto de casas para o Posto, nas proximidades da aldeia: sede do Posto, enfermaria, escola e garagem. Acontece que, quando essas obras já se achavam bastante adiantadas, decidiu Kohokrenum embargá-las, a crermos em informantes, *influenciado por um seu amigo que transitou por Mãe Maria*, exigindo que antes fosse concluída sua própria residência de 2 pavimentos, pela FUNAI. Em seguida, reconsiderou a atitude, face entendimentos havidos com a 2a. Delegacia Regional, porém, após esta haver concordado beneficiar a comunidade com mais o seguinte: 1 quadra de esportes polivalente, 1 reservatório d'água com capacidade para 25.000 litros e 1 rede de iluminação elétrica para o conjunto da aldeia.

A SITUAÇÃO ATUAL

Como vimos, em razão das atitudes reivindicatórias que assumiram (sobretudo o líder Kohokrenum), e do êxito havido no desenvolvimento do Projeto da Castanha, conseguiram os Gaviões de Oeste, com a anuência do órgão tutelar, alcançar uma plena autonomia (até o momento conservada), passando auspiciosamente de uma economia de subsistência para uma economia de mercado. Entretanto, salvo melhor apreciação, a prosperidade alcançada por eles, tão decantada através da imprensa, parece que já não pode ser

vista sob perspectivas tão otimistas. Situada a área de propriedade tribal (atualmente mede 62.488 ha) numa região de acentuada expansão agropecuária, cortada por uma ferrovia (Carajás-Itaqui) e por uma rodovia (PA-332, ex-PA-70), e ameaçada lateralmente por uma outra (PA-150-Marabá-Be-lém), vem sendo ela ultimamente invadida por fazendeiros vizinhos e por posseiros, lateral e frontalmente, a partir principalmente das terras dos herdeiros de Anastácio de Queiroz. Em vista disso, passaram os Parkateyê a procurar, freqüentemente, a interferência da FUNAI contra esses invasores, de modo geral com êxito, porém, no trecho onde os limites de sua propriedade vêm de ser retificados, ainda permanecem diversas famílias aí instaladas pelo GETAT (Grupo Exec. de Terras do Araguaia-Tocantins).

As construções do conjunto habitacional, que ainda não foram concluídas, brevemente não serão mais suficientes para abrigar todas as famílias da comunidade, sendo assim necessárias outras casas, que irão certamente exigir a aplicação de novas somas avultadas, desde que preterdam os Gaviões manter o mesmo padrão das atuais, e com ramificações das redes de água e de esgotos. Dentre os três veículos adquiridos, dois já se acham inutilizados, estando o terceiro (caminhão) em estado precário, e para a aquisição de outros terão de aplicar somas bastantes elevadas. O criatório de gado *vacum*, com aproximadamente 200 cabeças, ainda não possui pastagens suficientes na área indígena, provocando isso o aluguel de pastagens particulares. As famílias elementares não voltaram a funcionar, pela forma tradicional, como unidades básicas de produção, pois, a força de trabalho dos homens continua de modo geral sob o controle de Kohokrenum. Em conseqüência, as atividades de subsistência relacionadas a caça e a coleta (a pesca é insignificante), as quais, não raro são realizadas coletivamente, não vêm sendo suficientes para atender ao próprio consumo interno, ocorrendo freqüentemente, a aquisição de alimentos nos mercados regionais (carnes, peixes

etc.). E as lavouras, trabalhadas predominantemente por peões regionais pagos pela renda indígena, igualmente não estão se processando de molde a atender ao consumo interno, principalmente com farinha. E como despesas igualmente significativas, custeadas também pela renda indígena, ocorrem aquelas relacionadas ao consumo de combustíveis, bem como ao pagamento de vaqueiros, motoristas etc.

Ocorre que, a produção da castanha-do-pará, que oscilava entre 1.500 a 2.000 hectolitros por safra, caiu acentuadamente nos últimos anos, havendo atingido em 1982 apenas cerca de 400 hectolitros, possivelmente, devido a *extinção dos insetos polinizadores da castanheira, decorrente dos desmatamentos e queimadas que se verificam em grande escala*, agravando o declínio entre os Gaviões pelas derrubadas de castanheiras para a passagem da linha elétrica de transmissão a da ferrovia (Cf. Ferraz, 1982: 25). Assim, passa a comunidade a viver cada vez mais somente com os lucros proporcionados pelos seus depósitos bancários (juros e correção monetária) provenientes das relativamente avultadas indenizações recebidas. A atual situação, porém, salvo melhor apreciação, ao que tudo indica não poderá perdurar durante muito tempo, a não ser que os Gaviões venham a obter novas indenizações semelhantes ou passem a produzir outros excedentes econômicos, além da castanha-do-pará, ou que a FUNAI pretenda arcar com o onus dessa manutenção.

A parte sanitária, no âmbito da comunidade, voltou a ser proporcionada pela FUNAI de modo satisfatório, por intermédio do mesmo enfermeiro que estacionou no Posto faz cerca de 4 anos, solicitado novamente por Kohokrenum por ele já estar acostumado a receber ordens suas. Quanto ao ensino, sob a justificativa de que a falta duma escola na aldeia, vinha ocasionando um consumo avultado de combustível, pois, as crianças tinham de ser transportadas para a escola estadual situada no Km 25 da rodovia, conseguiu o

capitão persuadir a 2a. Delegacia Regional a contratar o principal professor desse estabelecimento, com vencimentos de Agente do Posto, e sem prejuízo de sua função anterior. Isso, entretanto, segundo um elemento da FUNAI, teria sido mais um pretexto de Kohokrenum para aumentar seu *status*, manobrando mais um elemento da sociedade **civilizada**, procedente do sul do país e com instrução de nível superior, pois, os veículos da comunidade, continuaram trafegando indiscriminadamente. O fato é que, decorrido algum tempo, foi o próprio **capitão** que solicitou a dispensa do professor *porque não ensinava nada e só gostava de estar passeando*. Um auxiliar de ensino foi então enviado pela 2a. Delegacia Regional, mas a deficiência continua face o número elevado de alunos para um único professor, pois os índios matriculados, desde os 7 até 20 anos, aproximadamente, já somam mais de 40.

Logo que promoveu a mudança da aldeia em meados de 1981, para o novo local onde se acha ela estabelecida agora (proximidades Igarapé Pernambuco), tratou logo Kohokrenum de reunir os Kuikateyê aos Parkateyê, satisfazendo por fim seu antigo desejo. Conseqüentemente, perdeu Kinaré a posição de liderança que ocupava entre os Kuikateyê, ficando apenas com uma das duas mulheres que possuía, mas continuou desfrutando das outras regalias, igualmente os elementos da cúpula Parkateyê, face a seu parentesco próximo com o vice-líder Kutia (seu irmão classificatório e compadre), sem ser obrigado a efetuar qualquer trabalho de natureza braçal. O índio Krúa que, conforme evidenciamos em capítulo anterior, não havia ainda decidido se permanecia na aldeia ou optava pela vida em meio **civilizado**, havendo se juntado com uma mulher regional, que desejava ter uma posição semelhante e até superior a mulher do **capitão**, e ele por pretender um ordenado definido como motorista, viu-se compelido a optar pela permanência sem a mulher e a remuneração pretendida, ou pelo abandono da aldeia. Decidiu então retirar-se e foi re-

sidir na vila do Km 25 com a mulher, exercendo a profissão de motorista, mas decorrido pouco mais de um ano abandonou a mulher e voltou para a aldeia, sujeitando-se às condições imposta pelo **capitão**. Entre outros índios apartados do grupo (Cf. Arnaud, 1975: 56 a 59), um deles, que se achava no Posto Tembê (Guamá), onde havia contraído matrimônio, acaba de retornar com a família aí constituída. Duas famílias indígenas (Karajá e Xerente) foram admitidas no grupo, porém, somente a primeira permanece. A segunda foi compelida a retirar-se devido um caso ocorrido entre um de seus membros com a filha mais velha do Kohokrenum que ocasionou o nascimento de uma criança. Apesar de desejar o rapaz o casamento, preferiu Kohokrenum permanecer com a filha e o neto em seu poder, para decidir depois sobre o futuro de ambos. Um índio Krikatí, e mais três índias Pukopüe da aldeia Governador (cada qual com uma criança) ingressaram também no grupo, já havendo elas se consorciado com elementos locais.

Pela década de 1960, os Gaviões de Oeste dividiam-se em três grupos (2 Parkateyê e 1 Kuikateyê). Os dois primeiros em 1962, em franco processo de extinção, totalizavam apenas 42 indivíduos; e o último, quando foi atraído pela FUNAI, em 1968, somava 54 indivíduos (Cf. Arnaud, 1964: 15; Id., 1975: 25). Em 1972, haviam aumentado os Parkateyê para 48 e os Kuikateyê diminuído para 41 (Ibid.; 60-70-75). Presentemente, de acordo com o último levantamento efetuado pelo Posto Mãe Maria (junho de 1983), já reunidas as duas mencionadas divisões num único grupo, e após aquelas alterações acima apresentadas, somam os Gaviões 159 indivíduos, sendo 95 do sexo masculino (46 maiores de 15 anos) e 64 do sexo feminino (31 maiores de 15 anos), distribuídos entre 35 grupos domésticos, formados por famílias elementares e agregados, com residências distintas, existindo 9 homens maiores de 20 anos sem mulheres.

Conforme apreciamos, acha-se essa população sob a liderança de um único líder com poderes nunca alcançados na fase tribal e semitribal, adquiridos, principalmente, em razão do controle que exerce sobre o dinheiro proveniente das rendas obtidas através das terras pertencentes à comunidade. Esta pode-se julgar como dividida em duas classes: a superior, formada pelo líder, com os **burocratas** responsáveis pelo funcionamento do sistema, e alguns parentes mais próximos do líder e vice-líder, desfrutando de privilégios quase semelhantes aos daqueles, e a inferior, formada pelos demais componentes da comunidade, situando-se na camada mais baixa os Kuikateyê, aplicados nos trabalhos braçais e recebendo como retribuição quase que somente o essencial para a sobrevivência. Mas apesar de alguns descontentamentos esboçados contra esse estado de coisas, pode-se considerar a atual unidade funcionando ainda como um todo na preservação da própria identidade étnica e em oposição à sociedade nacional. Internamente, tudo indica que tal situação poderá em linhas gerais ser mantida, mesmo que venha a ocorrer a substituição do atual líder pelo vice-líder Kutia, ou por um outro elemento também representativo do grupo, como Kinaré, pelo menos até quando a instrução escolar, em nível acima da alfabetização, não alcançar um número significativo de indivíduos. Externamente, os sentimentos e as atitudes contrárias que vêm os Gaviões assumindo com respeito aos membros da sociedade envolvente, principalmente para com aqueles do órgão de assistência governamental, provavelmente deverão prosseguir, a não ser que, em decorrência de novos tipos de relações que porventura venham a surgir, acabem por reformular seus antigos valores. Enfim, se considerarmos que, os líderes de uma determinada sociedade, são geralmente aqueles cujo caráter individual representa *uma intensa e completa manifestação do caráter social, se não de toda a sociedade, pelo menos de uma classe poderosa dentro dela...* (Fromm & Maccoby, 1972: 34). E que *grupos etno-*

cêntricos parecem sobreviver melhor que grupos tolerantes (Horton & Hunt, 1946: 80), talvez Kohokrenum e os Gaviões de Oeste possam ser mostrados como exemplos.

SUMMARY

This paper focuses on the apparent social behavior of the "Gaviões de Oeste", with the Brazilian national society. from the early 19th century to modern times. The introduction, a retrospective summary, derived from two earlier publications. Subsequent aspects treated are: (1) the phase of the conflicts; (2) the Parkateyê after pacification; (3) the settlement in Mãe Maria; (4) the community project "Gavião-Suruí"; (5) the granting of autonomy; (6) the Gaviões and ELETRONORTE eletrification company and the Vale do Rio Doce mining project; and (7) the present situation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A MARCHA da emancipação.

1979 — *Bol. CIMI*, Brasília, 8(54): 5-13, mar.

ANTROPÓLOGA acusada por valorizar os índios Gaviões.

1976 — *O Liberal*, Belém, 3 de dezembro.

ARNAUD, Expedito

1964 — Notícia sobre os índios Gaviões de Oeste — Rio Tocantins, Pará. *B. Mus. Para. Emílio Goeldi*, 20, n. sér. Antrop., Belém, 35 p. il.

1975 — Os Gaviões de Oeste — Pacificação e Integração. *Pub. Avulsas Mus. Para. Emílio Goeldi*, 28: 1-85. il.

BRASIL. Leis, decretos etc. Assuntos Indígenas

1975/78 — *Documentação da comunidade Paraketeyê-Gavião*.

1975/76 — *Documentação do arquivo do Posto Indígena Mãe Maria*.

CROCKER, William H.

1979 — *Relatório a respeito de uma expedição etnológica entre os índios Canelas*. Belém, 48 p. Cópia datilografada. (Inédito).

CUPEN não engana mais Gavião
S.N.T.

DA MATTA, Roberto

1973 — Mito e autoridade doméstica. In: *Ensaio de Antropologia Estrutural*. Petrópolis, Vozes, p. 19-62.

DINIZ, Edson Soares

1982 — *Auki-Ré: Mito e realidade — Explicação Krikati* Marília, Univ. Estadual Júlio de Mesquita Filho. 12 p. (Etnologia, 3).

FROM, Eric & MACCOBY, Michael

1972 — *O caráter social de uma aldeia*. Rio de Janeiro, Zahar, 378 p.

FUNAI sem posição definida sobre terras dos Gaviões.

1977 — *O Liberal*. Belém, 11 de outubro

GAVIÕES querem indenização pelas terras que vão ser inundadas

1977 — *O Liberal*, Belém, 10 de julho.

GUSMÃO, Sérgio Buarque de

1980 — Esses Gaviões estão bem de vida. *Isto é*. Rio de Janeiro, 4 de junho, p. 30-32.

HORTON, Paul B. & HUNT, Chester L.

1964 — *Sociology*. New York, Mc Graw-Hill Book Co. 582 p.

ÍNDIOS e ELETRONORTE concluem acordo.

1977 — *O Liberal*. Belém, 20 de julho.

ÍNDIOS Gaviões e FUNAI esperam solução de Brasília.

1979 — *O Liberal*. Belém, 20 de junho.

LARAIA, Roque de Barros & MATTA, Roberto da

1967 — *Índios e castanheiros*. São Paulo. Difusão Europ. do Livro. 146 p. il. mapa (Corpo e Alma do Brasil, 21).

NOTÍCIAS

1976 — *Inf. FUNAI*. Brasília, (17): 61-63. Junho.

MARIA, J.

1978 — Gaviões: emancipação por conta própria. *Resistência*. Belém, 7: 11. Dezembro.

NIMUENDAJÚ, Curt

1946 — The Eastern Timbira. *University California*. Pub. Arch. Ethnol. Berkeley, 357 p. il. mapa.

PIMENTA, Rolan

1981 — Os Índios Gaviões fazem a sua Brasília. *Isto é*. Rio de Janeiro, 8 de março, p. 28-31.

PINTO, Lúcio Flávio

1977a — Posição dos Índios. *O Liberal*. Belém, 3 de março.

1977b — Gaviões: autonomia e não emancipação. *O Liberal*. Belém, 22 de abril.

1980 — Gaviões ainda não aceitam linhas de Tucuruí na reserva. *O Liberal*. 01 de junho.

RANGEL, O Núncio e os Gaviões.

1977 — *Bol. CIMI*, Brasília, (6/43): 1-10. Jan./fev.

RIBEIRO, Francisco de Paula

1941 — Memórias sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasileiro*. Rio de Janeiro, p. 184-197; 297-322; 422-456.

RIO DOCE paga aos Gaviões 56 milhões de indenização.

1982 — *O Liberal*, Belém, 22 de abril.

SÁ, Jesuino Marcondes de Oliveira

1865 — *Relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado da Agricultura à Assembléia Legislativa*, Rio de Janeiro, 162 p.

SPAETI, Fred

1976 — *Relatório de estágio no Posto Indígena Mãe Maria* Fundação Nacional do Índio — Curso de Indigenismo, Brasília, 43. p. mimeo. (Inédito).

(Aceito para publicação em 02/03/84)

Alguns aspectos do processo de mudança na região do Nordeste Paraense (*)

Lourdes Gonçalves Furtado
Museu Paraense Emílio Goeldi

Resumo: Apresenta-se aqui alguns dos indicadores de mudança que vêm se verificando na chamada região do Nordeste Paraense. Inicialmente se faz uma correlação entre as atividades ocupacionais dessa área com as peculiaridades do meio ambiente regional para mostrar a diversificação dos segmentos sociais segundo a base econômica que lhes serve de suporte. Posteriormente, em caráter preliminar, se apresentam duas situações em que aparecem a *autonomia* e a *subordinação* nas relações de trabalho entre pequenos produtores locais como evidência das transformações pertinentes. De um lado, a parceria na pesca e de outro, o trabalho-volante na agricultura de exportação exercida pelos chamados peões, *outrora* pequenos produtores autônomos. Dados bibliográficos e sobretudo a observação direta e entrevistas, fundamentam estas notas, cujos principais pontos de referência são os Municípios de Marapanim, na Zona do Salgado e de Igarapé-Açu, na Zona Bragantina.

INTRODUÇÃO

Sob este título pretende-se aqui abordar um dos aspectos do processo de mudança numa região do Estado do Pará a qual apresenta peculiaridades em relação às suas congêneres amazônicas. Trata-se da chamada região do Nordeste Paraense, área que medeia entre as terras-firmes da Zona

(*) — A versão original deste trabalho foi apresentada no 44th International Congress of Americanists no Simpósio **Change in the Amazon Basin**, na University of Manchester School of Geography, Inglaterra, em setembro de 1982.

Bragantina e a orla marítima desse Estado (Zona do Salgado), onde estão presentes fatores que são capazes de gerar alterações no modo de vida da população, tais como sistema viário, empresas agro-pecuárias e extrativistas, agências do governo, sistema bancário e, possivelmente, outros.

A presença de tais fatores nessa região, cujo povoamento data da segunda metade do século XVII fazendo dela um *locus* onde grande parte de sua população depende substancialmente da pesca e/ou da lavoura tradicional, nos faz indagar sobre quais têm sido os efeitos desses fatores sobre essas populações. Essa questão tem origem na hipótese geral de que as transformações que se vêm percebendo no Nordeste Paraense tais como: a intensificação das migrações internas e no sentido campo-cidade, o declínio das atividades lúdico-religiosas, um certo atrofiamento nas relações societárias, o enfraquecimento de determinadas instituições como o mutirão, a perda da terra, o aparecimento do trabalho-volante etc., estão relacionados à presença dequeles fatores.

Para buscar respostas elucidativas para esta questão elaborou-se um projeto de pesquisa intitulado **Aspectos sociais e econômicos do "campesinato" no Nordeste Paraense** visando, num sentido amplo, levantar as características sócio-culturais dessa área, analisar o processo de mudança nela verificável e identificar seus determinantes. Num sentido mais específico, esse projeto através de uma série de pesquisas *in vivo* tem procurado mostrar os efeitos desses fatores, que aqui passamos a *chamar de fatores de perturbação* (Candido, 1971: 91) ou seja, como eles estão agindo sobre os hábitos alimentares, o processo terapêutico, a mobilidade espacial, as estratégias de **meios de vida**, a organização da produção e as relações de mercado dos segmentos sociais da área.(1)

(1) — Por ordem de assunto as pesquisas estão sob as responsabilidades de: Arian Nery, Ruth Cortez de Souza, Ivete Herculano do Nascimento e Lourdes Gonçalves Furtado.

Este artigo tenta mostrar *a priori*, de modo mais impressionista do que propriamente conclusivo, dados que evidenciam a existência de um processo de mudança na região do Nordeste Paraense através de o aparecimento de uma *subordinação*, isto é, de sujeição no trabalho que vem se contrapondo à *autonomia* nesse setor, reinante em largo período da vida econômica das populações que nela habitam. Ver até que ponto esse fato está relacionado aos fatores que foram mencionados, é o foco das pesquisas que se vêm realizando. Inicialmente apresenta-se aqui uma correlação entre as atividades ocupacionais da área com as peculiaridades do meio ambiente regional para mostrar a diversificação dos segmentos sociais segundo a base econômica que os sustenta. Posteriormente se mostrará, em aspectos gerais, as duas situações em que se revelam *autônomas* e *subordinadas* as relações de trabalho na região como evidência das transformações à ela pertinentes.

Os dados são resultantes de algum tempo de observação sistemática na região, especialmente em municípios das zonas do Salgado e Bragantina, integrantes da área inclusiva, abrangendo populações que vivem, umas basicamente da atividade pesqueira na orla marítima e outras da agrícola que se intensifica à medida que se interioriza em direção às terras firmes da Bragantina. As observações feitas nas excursões realizadas pelo projeto já comentado, somam-se à nossa experiência acumulada nas excursões realizadas no litoral do Pará entre grupos de pescadores para um outro projeto anterior(2). Excursões foram realiza-

(2) — Em 1971 visitamos as **comunidades** de Boa Vista, no Município de Primavera, e Marudá, na Zona do Salgado. De 1973 a 1979 várias excursões foram feitas nas **comunidades** litorâneas de Tamaruteua, Curuçá, Camará e Marudá, coletando dados para um estudo sobre organização e mudança em **comunidades** pesqueiras do litoral paraense o que resultou em nossa tese de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), em 1980, com o título *Curralistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará*.

das em **comunidades** onde a agricultura é a base da vida econômica local como na vila Maú, Marudazinho, Matapiquara, no Município de Marapanim (Zona do Salgado) e em Igarapé-Açu, São Luís, São Jorge do Jabuti, no Município de Igarapé-Açu (Zona Bragantina), Augusto Corrêa, Vila Nova e Aturiaí, no Município de Augusto Corrêa, antigamente chamado Urumajó (Zona Bragantina).

Tomamos como ponto de referência para a análise, os municípios de Marapanim na Zona do Salgado e o de Igarapé-Açu, na Zona Bragantina. O primeiro foi escolhido em razão de nele habitarem segmentos sociais que tipificam a noção corrente do que podemos chamar de trabalho autônomo, isto é, do trabalho cujo exercício não contém as implicações do trabalho assalariado efetivo e no qual o controle dos meios de produção não é exterior ao indivíduo. No primeiro município em sua orla marítima distribuem-se os segmentos de pescadores e na porção interior segmentos de lavradores os quais ainda podem ser considerados como vivendo num regime de trabalho autônomo quer como proprietários e/ou como parceiros.

A seleção do segundo município deve-se à presença de trabalhadores-volantes na agricultura que exemplificam uma forma de trabalho subordinado no qual o indivíduo está sujeito a um salário na categoria de diaristas ou empreiteiros e desprovidos do controle dos meios de produção, manifestando assim uma tendência à proletarização a qual vem atingindo contingentes cada vez maiores no meio rural brasileiro como resultante da expansão do capitalismo nessa área, da mecanização da lavoura. Com relação a esse processo assim se expressa Brant (1977: 39) *é o resultado do desenvolvimento simultâneo ou sucessivo das formas de apropriação das terras e dos níveis de acumulação de capital, esse processo implica não só na radical separação entre os trabalhadores e os meios de subsistência como também uma crescente instabilidade do emprego*. Acrescenta ainda:

a mobilidade dos trabalhadores "volantes", "bóias-frias" ou "clandestinos" de uma propriedade rural a outra, do trabalho rural para o urbano e vice-versa, alternando dias de emprego, torna-se corriqueiro (Ibidem). Os trabalhadores-volantes ou peões de Igarapé-Açu expressam essa noção de trabalho subordinado e de proletarização, ou seja, representam um momento na vida econômica regional em que a perda da terra, de modo geral, tem encaminhado o lavrador, neste caso, para uma subordinação do trabalho.

Os segmentos sociais aqui abordados como exemplos de trabalho autônomo (pescadores) e de trabalho subordinado (lavradores-peões), não devem ser encarados aqui como estágios ocupacionais evolutivos e também não quer dizer que os concebemos como situações estáticas, ou seja, irreversíveis.

Com o exemplo dos "peões" de Igarapé-Açu poder-se-á avaliar a marcha de expansão das frentes econômicas e de outras variáveis como sistema viário e urbanização em direção ao meio rural e suas conseqüências sobre o trabalho produtivo dos habitantes regionais.

O NORDESTE PARAENSE: LOCALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS

Para efeito de planejamento regional e execução do Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense (PRONOPAR), a área que corresponde às zonas Guajarina, Salgado, Bragantina e Vizeu⁽³⁾ foi denominada de Nordeste Paraense, abrangendo uma extensão total de 9.350 km. Situa-se entre os paralelos 0° 30' a 3° de latitude Sul entre os meridianos de 46°30' de longitude Oeste (Amaral Filho *et al.*, 1975:2 *apud* Furtado, 1980:30).

(3) — Estas regiões ou "zonas", segundo os critérios de regionalização do IBGE são hoje definidas como "micro-regiões homogêneas".

Em 1970 essa região possuía uma população de 566.259 hab. dos quais 399.213 habitavam a zona rural(4) dos municípios da região, sendo que 167.046 habitantes se encontravam nas sedes municipais que configuram os polos urbanos imediatos do contexto inclusivo. No conjunto, os centros populacionais do Nordeste Paraense aparecem exibindo funções diferenciadas. Uns como centros comerciais, outros como centros pesqueiros, outros basicamente como produtores agrícolas de caráter extensivo e/ou intensivo(5) e ainda outros como locais de veraneio de acordo com a ênfase atribuída ao setor de serviços.

Os 6,20 hab./km atestam que o Nordeste Paraense é uma das regiões mais densamente povoada do Estado do Pará. É a mais rica em infra-estrutura de transportes, rodovias e comunicações não obstante experimentando, desde há alguns anos, um sério processo de depressão na sua vida econômica com reflexos negativos nas atividades produtivas, na composição, no relacionamento do homem com o meio natural, nas formas de solidariedade, na estabilidade populacional e como não poderia deixar de ocorrer, no plano ecológico.

A importação de produtos agrícolas e hortigrangeiros(6) de outras regiões através da CEASA por parte dos comerciantes locais para revenda nos centros do Nordeste Paraense; a definição da participação efetiva do grupo fami-

(4) — Dados do PRONOPAR (SUDAM, s/d).

(5) — A expressão centros produtores agrícolas de *caráter extensivo* está atribuída àquelas localidades onde a atividade agrícola é praticada de modo itinerante, isto é, baseada no cultivo tradicional da *derrubada* e *queimada* e na rotatividade da terra em contraposição à atividade mecanizada ou semimecanizada que utiliza implementos modernos (tratores para arar a terra, burrifadeiras, fertilizantes inseticidas, herbicidas, fungicidas, etc.). rotulada com a expressão *atividade agrícola de caráter intensivo*.

(6) — Ovos, tomates, couve, pepino, chuchu, jerimum, melancias, bananas, pimentão e feijão do sul e outros são frequentemente encontrados em centros populacionais como Igarapé-Açu e Castanhal.

liar na atividade produtora básica(7), a expropriação dos meios de subsistência (terra, implementos agrícolas e peesqueiros) que a cada passo atinge maiores contingentes humanos; o desaparecimento de gêneros alimentícios facilmente encontrados e fabricados na região, especialmente na época em que ela era servida pela Estrada de Ferro de Bragança, tais como: broas, beijus, pés-de-moleque, beijos-de-moça etc, são indicadores que atestam essa depressão na região. Sobre ela assim se expressa um articulista especializado de um dos jornais de Belém :

...esta região vem experimentando, há alguns anos, um processo de depressão com perigosos reflexos nas atividades econômicas, na infra-estrutura social e no bem-estar da população, registrando elevadas taxas de sub-emprego e mesmo de desemprego.

E continua o articulista :

...é quase certo que o processo de valorização do Nordeste Paraense, como de resto de todo o Estado, especialmente em áreas de dinamismo econômico, vem sofrendo os efeitos perniciosos da multiplicidade de problemas macroeconômicos, tais como, a forma não igualitária da distribuição da renda, os problemas de desemprego, as migrações desordenadas no sentido campo-cidade, que provocam o "inchamento" dos centros urbanos e com isso desequilibrando o processo de ocupação de espaço. Por sua vez, esses problemas contribuem para o agravamento da oferta de serviços básicos, fomenta a especulação imobiliária, intensifica a altos níveis a intermediação no campo, enfraquece a mobilidade social e deteriora a qualidade de vida das populações. (Itayguara, 1980 : 3/Março).

Essa região foi inicialmente colonizada por elementos procedentes do Nordeste brasileiro, e esperava-se que ela servisse de **celeiro** abastecedor de Belém. Essa função todavia, aos poucos esvaziou-se, pela falta de assistência, dificuldades ecológicas (a capoeira substituiu a floresta e os solos depauperaram-se) etc., (BASA, 1975:2).

(7) — Aqui entendido enquanto os membros do grupo doméstico (pai, mãe, filhos e parentes) componentes das unidades residenciais.

A economia dessas regiões encontra-se ou especializada em algumas poucas culturas industriais e de exportação, como a malva, algodão, fumo, pimenta-do-reino, mamão, ou principalmente na agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão, arroz) e ainda na pesca artesanal, esta grandemente afetada em sua produtividade pelos problemas que vem enfrentando em termos de ausência de crédito ao pequeno produtor e problemas ecológicos oriundos da exploração predatória por parte da pesca industrial.

A situação dessa região, obviamente, vem há muito suscitando programas que atendam concretamente às necessidades, tão urgentes de respostas, de modo a atacar os pontos nevrálgicos que bloqueiam, de modo geral, o bem estar de seus habitantes.

Neste espaço a população explora variavelmente diversos setores produtivos como a agricultura, a pesca, a pecuária, a indústria e os serviços. Conforme a vocação do meio natural e as variáveis da natureza histórica e econômica atuantes, as zonas que compõem a região enfocada, tendem a uma especialização quanto às bases econômicas em que se assenta a subsistência de seus habitantes.

O panorama desses setores de atividade produtiva, contudo, parece não ter uma dimensão equilibrada na área. Assim, algumas zonas se apresentam ou tendem à expansão ou à retração, ou mesmo à estagnação. Examinaremos ligeiramente a situação desses setores baseada na leitura de um resumo do Programa de Recuperação do Nordeste Paraense (SUDAM, 1976:1) e nas nossas próprias observações feitas na referida área.

a) **O Setor Agrícola**

Neste setor predominam as culturas de subsistência (mandioca, milho, feijão, arroz) com base no sistema de rotatividade da terra e da utilização da tecnologia simples tradicional de *derrubada* e *queimada*. A Bragantina e o Sal-

gado, principalmente, dão exemplo desse quadro situacional da agricultura na região, cuja atividade econômica se apresenta de modo geral em estagnação, pois o grosso da população cabocla, desprovida de condições objetivas de trabalho que lhe possibilitem uma diversificação e uma maior produtividade, permanece em geral, no estágio do cultivo simples sem implementos, sem assistência técnica efetiva, sem o acesso aos fertilizantes necessários à correção do solo da região, em contraposição a uma minoria que desenvolve a agricultura de caráter intensivo,⁽⁸⁾ aos poucos contribuindo para modificar a paisagem física e social da região do Nordeste Paraense. Daí se dizer que em determinadas faixas da região, não só na Bragantina como na Guajarina também, esse setor vai se expandindo como nas áreas circunjacentes a Castanhal, Igarapé-Açu, Tomé-Açu, pelo vale do Guamá e um trecho da BR-316 no Município de Vizeu, num caráter de intensividade agrícola com métodos mais modernos e mais produtivos. Neste caso se acham as culturas de pimenta-do-reino, algodão, milho, arroz, feijão, melão, maracujá, mamão e outras como a heveicultura e as plantações de pinho, para fins de exportação.

O quadro diferenciado revelado pelo setor agrícola do Nordeste Paraense a nosso ver se deve também às oportunidades de mercado para os produtos cultivados na região do que propriamente à fertilidade de solo nas faixas de evidência. Sabe-se que os solos dessa região, de modo geral são pobres, de baixa fertilidade com um considerável grau de esgotamento, exigindo por isso altas doses de nu-

(8) — Aqui as expressões agricultura *extensiva* e *intensiva* têm a mesma conotação dos conceitos de “Cultura Extensiva” e “Intensiva” formulados por Mendras que, segundo ele, “cultura extensiva” se caracteriza por uma ocupação descontínua no tempo e no espaço do território do qual vastas extensões não estão continuamente cultivadas, isto é, não mobiliza todos os recursos de espaço cultivado como o faz a “cultura intensiva” a qual mobiliza ao máximo esses recursos graças a um sistema de cultivo muito complexo e à utilização de um máximo de fertilizante, de trabalho humano, animal e mecânico (1978 : 37).

trientes cujo custo fica inacessível à maioria dos indivíduos que dependem desse setor. Sem ter um mercado que justifique um investimento em insumos, a fronteira agrícola provavelmente não se expandiria nessa região. Note-se que os principais produtos resultantes das plantações que representam a expansão dessa frente, são, na maioria, exportados para fora do Pará. Para dar exemplo, o algodão é exportado para o Rio Grande do Norte através da firma "Algodoeira São Miguel" do grupo das "Linhas Correntes Brasileiras", que lá beneficia e reexporta para São Paulo onde é industrializado para fabricação de linhas;⁽⁹⁾ a pimenta-do-reino é encaminhada às casas exportadoras sediadas em Belém com vistas ao mercado estrangeiro; o mamão (conhecido como **mamão havaí**) em geral visa o mercado de São Paulo através de importadoras paulistas com centros de comercialização na CEAGESP. As empresas desse setor em expansão além de receberem orientação técnica via EMATER, vêm empregando mão-de-obra assalariada, fertilizantes de natureza orgânica e química a elevados preços, mecanização e armazenagem, envolvendo custos que escapam ao poder aquisitivo dos pequenos produtores da região. Esses fatores têm concorrido para a formação de um contingente populacional que se vê obrigado a recorrer ao trabalho assalariado em forma de trabalhador em detrimento do trabalho autônomo quer como pequenos proprietários, quer como parceiros ou arrendatários. Hoje já se tornam perceptíveis nas áreas em que a lavoura é mais **moderna** (em relação à tradicional da região) turmas de trabalhadores, incluindo homens, mulheres e crianças que se deslocam de seu local de residência para trabalharem nas propriedades agrícolas de pimenta-do-reino, algodão, mamão, milho e outras mais, nas fases de plantio, capina, colheita e outros tratamentos agrícolas de modo semelhante aos que vêm ocorrendo em outras regiões brasileiras.

(9) — Informações prestadas por um funcionário das "Linhas Correntes", em Igarapé-Açu.

Numa época em que se processava a colheita de pimentão-do-reino, em Igarapé-Açu (outubro de 1980) informava um dos empresários locais que *bastava ir todos os dias por volta das cinco horas de manhã, à frente de sua casa para ver todas as suas carretas cheias de bóia-fria*. Indaguei sobre a definição do termo e ele respondeu que *é o pessoal que não tem em que trabalhar, mora aqui na cidade e vai trabalhar na colheita, eles vão de manhã e voltam à tardinha*. Outras informações e observações pessoais confirmaram o discurso do nosso informante e nos remeteram para um estudo da situação sócio-cultural desse segmento que ora esboçamos nesta comunicação o qual será aprofundado em trabalho posterior.

No que diz respeito à estrutura fundiária observa-se na região e lê-se também no relatório do PRONOPAR que ela é *bastante defeituosa* pois os latifúndios por explorar constituem mais de 85% (dos imóveis) da área cadastrada e os minifúndios apesar de representarem 75% dos imóveis rurais abrange uma área correspondente a menos de 10% do total. Além desses fatores o setor agrícola do Nordeste Paraense se vê a braços com a lentidão do processo de legalização da terra e que, por sua vez concorre para a inaccessibilidade ao crédito bancário almejado pelo lavrador. Por esse motivo (falta de crédito) muitos pequenos produtores desencantados com o nível de sua produção que, de certa forma lhes bloqueia a ascensão de seu nível de aspiração, tende a vender sua propriedade, ainda que pequena, a qualquer preço e passa a viver do trabalho assalariado, fato que vem sendo notório na antiga área de colonização da região Bragantina às cercanias do Município de Igarapé-Açu.

A situação descrita tem alimentado o sistema de intermediação vigente no processo de comercialização dos produtos da região, não somente os oriundos desse setor como do setor pesqueiro também. Nesse sistema o intermediário entre o produtor e o consumidor, num certo sentido

exerce um papel importante e porque não dizer essencial visto que ele é, em geral, a ponte que estabelece o nexo entre o produtor e o mercado. Esse papel lhe tem sido garantido pelos recursos ausentes a nível do pequeno produtor tais como: escassez de crédito, carência de meios de armazenamento e transporte para a alocação do produto no mercado consumidor e acesso direto aos meios de produção⁽¹⁰⁾.

Apesar dessas características, o Nordeste Paraense é uma das regiões do Estado do Pará que apresenta maior diversificação no setor agrícola. Sempre foi considerada como a principal área de exportação de produtos agrícolas e hortigranjeiros do Estado para o mercado de Belém.

Os produtos agrícolas que qualificam essa diversificação no Nordeste Paraense e lhe atribuem feição particular em relação às suas congêneres regionais, estão assim distribuídos, conforme o quadro a seguir:

PRODUTOS	AREA DE MAIOR INCIDÊNCIA	ZONA
pimenta-do-reino	Igarapé-Açu Tomé-Açu Rodovia Castanhal/Curuçá	Bragantina Guajarina Bragantina/ Salgado
feijão	Marapanim	Salgado
milho	Rod. Igarapé-Açu/Maracanã Igarapé-Açu	Bragantina Bragantina
algodão	Igarapé-Açu e circunjacências Vizeu	Vizeu Vizeu
arroz	Igarapé-Açu Capitão Poço Maracanã	Guajarina Salgado
mamão (Havai)	Igarapé-Açu e circunjacências	Bragantina
maracujá	Tomé-Açu	Guajarina
mandioca	porção interior da zona do Salgado praticamente em toda a região Bragantina	Bragantina/ Salgado

(10) — Sobre o papel do intermediário no processo de comercialização no Nordeste Paraense sugerimos a consulta em Silveira (1979a : 7-14) e Furtado (1980 : 311-330).

b) O setor pesqueiro

Quanto a esse setor, a área em foco destaca-se entre as congêneres do Estado do Pará. Seu posicionamento *geográfico* a torna privilegiada. Há duas vantagens a serem consideradas para a sua situação de relevância: 1) a sua localização próxima a costa marítima do Pará e 2) a rede hidrográfica que possui sulcando suas terras, permitindo dessa forma que duas modalidades de pesca se processem. Uma de natureza marítima ao longo de 562km que correspondem ao litoral do Pará e outra, nos 40 rios que banham suas terras, ainda que feitas de modo artesanal. É dessa região que flui grande parte do pescado que abastece internamente a região e o mercado e ainda em tempos de grandes safras, chega a exportar para outros Estados como Piauí e São Paulo.

O posicionamento do Nordeste Paraense indica que essa região apresenta não somente uma vocação para a agricultura, mas também para a atividade pesqueira e tem na zona do Salgado seu principal indicador.

Embora a atividade pesqueira do Nordeste Paraense se diversifique em pesca marítima e fluvial, cumpre esclarecer que é da atividade marítima que flui o pescado que é comercializado com Belém; a atividade fluvial é via de regra, para o consumo interno da população, não porque os rios possuam baixo nível de piscosidade, mas porque há normas da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) que proíbem a atividade pesqueira intensiva nessa área, visto que tais rios servem de locais de desova e reprodução dos estoques pesqueiros. Por isso quem percorre rios do porte do rio Marapanim, cujas cabeceiras estão na zona Bragantina nas circunjabências de Jambur-Açu no Município de São Francisco do Pará (antigo Km 95 da Estrada de Ferro de Bragança) notará que a atividade pes-

queira limita-se à utilização de *cacuris* (11), *tiradeiras*(12), *tarrafas* e *munsuás*(13), como instrumentos de pescaria, os quais, não apresentam um volume de produção que satisfaça a demanda diária do mercado consumidor extra-local e, por outro lado, não exercem nenhuma ação predatória contra os estoques ictiológicos.

O pescado produzido é constituído de peixes, crustáceos e moluscos. Os peixes diversificam-se em espécies adaptadas às modificações sazonais do teor de salinidade influenciadas pelo regime de vazão do rio Amazonas(14). Assim encontramos na costa do Pará peixes que são próprios da *água salgada*, da *água temperada* e da *água doce*, estes incidindo, obviamente no estuário amazônico. Na orla costeira do Nordeste Paraense abundam peixes entre eles o cação (Carcharhinidae), o bagre (*Arius couma*), a tainha (*Mugil brasiliensis*), o serra (*Scomberomus* sp.), a pescada amarela (*Cynoscion steindachneri* e *C. acoupa*) a corvina (*Micropogonias furnieri*), o Xaréu (*Carany hippos*), o merc (*Epinephelus itajara*), o cangatá (*Arius* spp.), a gó (*Macrodon ancylodon*), a pratiqueira (*Mugil curema*) e a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*).

Entre os crustáceos o caranguejo já é encontrado nas áreas de mangais do litoral. Os moluscos são representados pelo *mexilhão* (*Mytella* sp.) e *sernambis* (*Anomalocardia brasiliensis*). O primeiro é freqüentemente encontrado à venda nos supermercados de Belém e o segundo é mais usado no consumo das populações locais do litoral.

(11) — Pequena armadilha de pesca, fixa ao longo dos rios. Feita geralmente de talas de tambu ou de mangueiro e atadas com cipós.

(12) — É o mesmo que espinhel. Uma linha em que são dependurados os anzóis e ao ser jogada na água flutua sob o controle de bóias feitas de carapaças de um fruto que abunda na região.

(13) — Cesto de talas de bambu em forma cilíndrica para coletar pequenos peixes.

(14) — Aquelas que coincidem respectivamente com o período de variação da salinidade da água na região do litoral.

Conquanto a zona costeira do Nordeste Paraense seja o fulcro da atividade do sector pesqueiro, ainda não conseguiu lograr a infra-estrutura desejada pelos pescadores artesanais. Assim o processo de armazenamento e conservação são bastante precários. O sistema de comercialização ainda não se libertou do processo de intermediação vigente o qual encarece o preço do produto ao consumidor e não assegura preços justos a nível dos produtores. Nada se pode dizer ainda de, com a implantação dos entrepostos pesqueiros previstos pela SUDEPE nos municípios de Vigia e Marapanim, com recursos do PRONOPAR com a finalidade de armazenar o produto dos pescadores artesanais para que o mesmo, por falta de condições para a conservação, seja vendido a qualquer preço ao intermediário, as conseqüências negativas do sistema de intermediação serão ou não minimizadas, como não podemos prever também que a nível de consumidor se tenha a mesma perspectiva, pois esses entrepostos ficam localizados nas sedes municipais dos respectivos municípios a uma distância de 150 km de Belém respectivamente e, em distâncias variáveis dos outros centros menores, que dependem do escoamento por via rodoviária, o que acarreta ônus sobre o produto. De qualquer forma, se essa medida for adequadamente planejada levando-se em conta as especificidades da realidade regional já consistirá talvez numa tentativa de proteção à atividade pesqueira na região⁽¹⁶⁾. O escoamento por sua vez, é feito em moldes precários sem os devidos cuidados de higienização

(16) — Espera-se, entretanto, que esses entrepostos atinjam suas reais finalidades e que não tenham eles o mesmo destino que tomou o entreposto de Soure, na ilha de Marajó, o qual, segundo Penner (1980: 125), não obstante as modernas instalações que possui, *teve sua finalidade completamente desvirtuada, uma vez que está funcionando apenas como fábrica de gelo, gelo este que é vendido às geleiras pertencentes a intermediários*. Diz mais, *os grandes armazéns para depósito de pescado continuam vazios, embora o entreposto tenha sido inaugurado há vários meses, enquanto as fábricas de gelo, com capacidade para fabricação de vinte toneladas de gelo por dia, em pleno funcionamento* (Ibidem).

e acondicionamento do pescado para os centros consumidores. Os pontos de desembarque locais são feitos geralmente nas praias e, quando muito, em *trapiches* em má conservação. O processo de localização dos cardumes baseiam-se no conhecimento empírico o qual se pode rotular de método das tentativas que se caracteriza pelas observações circunstanciais como presença da *cumidia*(17), pela *lizeira*(18) e pelo odor característico — *pítíú* — que exala fortemente de determinadas áreas marinhas; ressalta-se que tal método é resultante de uma profunda interação entre o homem e o seu *habitat* conseguido através das gerações sucessivas. O processo de captura repousa em bases artesanais na qual o pescador é, praticamente, o fabricante de maioria de seus instrumentos de trabalho. Nesse processo de captura são utilizadas canoas movidas à vela com variações em porte e sistema de propulsão, currais de pesca, que também variam em dimensão, forma e localização. Em um trabalho sobre a atividade pesqueira no litoral do Pará, dedicamos um capítulo no qual são focalizados os implementos utilizados pelos pescadores em seu processo de captura (Furtado, 1980: 190-240) e Silveira (1979b) apresenta uma tipologia das embarcações utilizadas nas pescarias entre os pescadores de Quatipuru, na região inclusiva.

O pescado produzido pelas atividades dos pescadores artesanais do Nordeste Paraense destina-se quase que totalmente ao abastecimento interno da população e para os centros da região metropolitana de Belém.

A pesca industrial efetivamente instalada a partir de 1968 como uma resultante direta da política de incentivos fiscais para a Amazônia, esta, legitimada pela Lei Federal,

(17) — *Cumidia*, termo atribuído pelos pescadores aos cardumes de sardinha ou outra espécie de peixe que serve de comida aos peixes por isso atraindo seus cardumes. A *cumidia* se faz visível pelos saltos dados à superfície da água.

(18) — *Lizeira*, espaços espelhados na superfície líquida, que segundo a concepção do pescador indica que há presenças de peixes nas áreas em que aparecem.

de 22 de outubro de 1966 e pelo Decreto Lei nº 221⁽¹⁹⁾, em geral não absorve a produção dos pescadores artesanais do Nordeste Paraense, pois as empresas de pesca industrial, em sua maioria sediadas em Belém, possuem barcos especializados para a pescaria. Todavia a atuação desses barcos tem se refletido negativamente na atividade pesqueira do pescador artesanal, principalmente no que diz respeito a predadoriedade ambiental no domínio de atuação deste pescador. Por outro lado, a pesca empresarial tem desviado para outros mercados, especialmente para o exterior, como é o caso da piramutaba (*Brachyplatistoma* sp.) que é beneficiada industrialmente em Belém para o estrangeiro, especialmente para os Estados Unidos. Penner (1980:87-89) afirma que a pesca empresarial para a captura da piramutaba é praticada ao longo do litoral, desde o Oiapoque até a foz do rio Gurupi, na fronteira com o Estado do Maranhão, concentrando-se em águas estuarinas utilizando o processo de arrasto de parelha (20).

Por ordem de expressão na produção pesqueira do Nordeste Paraense assim se situam as zonas integrantes: Salgado, Bragantina, Guajarina e Vizeu. E os municípios que assumem posição mais relevante não somente em relação

(19) — A Lei Federal nº 5.174 concede incentivos a empreendimentos localizados em áreas de jurisdição da SUDAM e o Decreto-Lei nº 221 confere às empresas industriais: 1) isenção do imposto de importação e taxas aduaneiras para materiais utilizados nas capturas, no processamento e na comercialização do pescado; 2) isenção de imposto sobre produtos industrializados; isenção de impostos e taxas federais sobre a venda do pescado destinado ao consumo interno e à exportação; 3) dedução de imposto de renda para investimentos em prol da pesca. A dedução prevista é de 25% atingindo até 50%, no caso de projetos localizados em áreas jurisdicionadas pela SUDAM (e da SUDENE) e 100% quando se tratar de pessoas que já exerçam atividade pesqueira (Britto, 1975 : 4 *apud* Penner, 1980 : 85).

(20) — A autora descreve o *arrasto de parelha* como o instrumento que é fixado em barcos paralelos que deslocam até 5 ou 6 milhas no sentido da correnteza a uma velocidade superior a esta. Em cada viagem são feitos cerca de 50 lances e cada lance tem a duração de 2 a 2:30 horas e os cardumes são localizados através de Sonar.

à zona inclusiva (no caso a do Salgado), mas também em relação ao Estado do Pará, são: Vigia, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Maracanã e Primavera. Segundo informes contidos no documento do PRONOPAR, conquanto o Nordeste Paraense expressa em papel relevante no setor pesqueiro através, principalmente, da produção da zona do Salgado a produtividade dos pescadores regionais ainda pode ser considerada **extremamente baixa** ainda que esteja superior ao conjunto do Estado, porque no período de 1969/73 a produtividade dos pescadores foi em média de 1.993 kg/pescador, enquanto a estadual foi de 1.031/kg/pescador: A citada fonte alega como justificativa desse nível de produtividade o rudimentarismo que *caracteriza a pesca local que exige mão-de-obra numerosa*, a falta de conhecimento científico *dos estoques pesqueiros e o empirismo na localização dos cardumes* (Ibidem). Tais argumentos, etnocentristas, diga-se de passagem, não explicam a realidade, constituem uma visão inadequada da questão. Primeiro, porque, comparativamente, a produtividade a nível local e a nível estadual desfrutariam também desse mesmo *rudimentarismo*, dessa mesma *falta de conhecimentos científicos* dos estoques pesqueiros e desse mesmo *empirismo na localização dos cardumes* (sic), logo tais argumentos não parecem servir de parâmetros para chegar-se a essa imagem em nível conclusivo. Na região do Marajó, onde a pesca é exercida largamente com fins à comercialização, as características apontadas pelo citado documento estão longe de ser descartadas. Brabo (1981:7-11), descrevendo a tecnologia utilizada pelos pescadores de Cachoeira do Arari (Município que baseia sua economia na pesca e na pecuária), aponta como instrumentos de trabalho a rede de malhar, a tarrafa, a canoa, o remo e o puçá, instrumentos esses encontrados na pesca do lago Arari por Pinto (1956: 373-407).

No discurso dos pescadores da região de Cachoeira do Arari apresentado por Brabo (Ibid.) vê-se que o reconheci-

mento dos pontos de maior piscosidade pelo sistema visual é o mesmo utilizado pelos pescadores da costa do Pará e a composição das tripulações em termos numéricos não fica muito distante da vigente no Nordeste Paraense. Assim, *numa pescaria é necessário seis a quatro homens na época de verão, agora no inverno, um ou dois pode fazer o serviço porque o peixe dá menos, agora no verão o peixe é mais abundante*(21). Portanto pode-se concluir que os elementos apresentados pelo documento do PRONOPAR, não podem ser suficientes para justificar que a produtividade pesqueira do Nordeste Paraense seja ainda *extremamente baixa* (sic). Na verdade, o que mascara a realidade produtiva do setor pesqueiro nessa região é a ausência de uma estatística sistemática, já por muito tempo ausente na região. Embora, a partir de 1975, a SUDEPE, através do Programa de Desenvolvimento Pesqueiro (PDP), tenha iniciado uma estatística da produção pesqueira, acreditamos que em *muitas comunidades* de pescadores ela ainda se faz ausente. Esse trabalho nos parece relevante para atribuir o real posicionamento do setor pesqueiro na economia estadual.

A falta ou a precariedade de uma estatística tem acarretado sérios prejuízos ao setor pelas razões que seguem: 1) porque deixa de registrar o real fluxo produtivo diário nos centros pesqueiros da região, encobrendo dessa forma também a diversificação do estoque ictiológico existente; 2) coloca dúvidas sobre a produtividade derivada da tecnologia que os pescadores artesanais dispõem e com a qual em décadas sucessivas vêm abastecendo o mercado consumidor; 3) esconde a eficácia dessa tecnologia no processo produtivo do pescador. Evidentemente que uma tecnologia de caráter "moderno", isto é, que envolve barcos pesqueiros sofisticadamente aparelhados, com possibilidades para

(21) — No Nordeste Paraense, a composição das tripulações das canoas pesqueiras e da pescaria de *curral de peixe* varia de 2 a 5 homens, não obstante o número genérico ser de 3 homens na tripulação das canoas que fazem a pesca de rede.

uma maior tonelagem, com capacidade de maior permanência nos pontos piscosos, dotados com aparelhos que possam modernizar o método de detecção dos cardumes etc., apresentará uma produtividade por pescador bem mais superior que a vigente na pesca artesanal⁽²²⁾.

c) O setor pecuário

A atividade pecuária do Nordeste Paraense vem evoluindo nos últimos anos e sua maior expressão está na zona Guajarina secundada pela Bragantina. Até mesmo na do Salgado o setor vai se expandindo através de propriedades de médio porte como se pode observar nos eixos rodoviários Castanhal/Curuçá/Marapanim, BR-316/Vigia e Iga-

(22) — Estabelecer os pontos de coleta em todos os pontos pesqueiros de desembarque de pescado, para a elaboração de uma estatística sistemática e contínua, parece-nos ser uma alternativa para encontrar-se o real panorama do setor pesqueiro do Nordeste Paraense em termos de sua produtividade. No Município de Marapanim, por exemplo, existem várias localidades em que, em primeira instância se dá desembarque para daí partirem através de intermediários, para a sede municipal e para outros centros de consumo. A partir de 1975 a SUDEPE, através das Capatazias de pesca localizações nestes pontos de desembarque e, através dos pontos na sede municipal, iniciou a coleta de dados diários para a elaboração de uma estatística que informa a quantidade de pescado, a espécie e o tipo de aparelho utilizado na captura. A compartimentação da coleta de dados, isto é, feitas nos pontos imediatos de desembarque e nos secundários é importante e indispensável se se quiser ter uma visão concreta e não hipotética ou conjectural da produção na região, pois a estatística apenas baseando-se nos dados obtidos nos pontos secundários ela, com certeza, mascara, como tem mascarado, essa realidade porque tende a escamotear o volume total produzido após a pescaria, como vem acontecendo.

Um serviço de estatística sistemática contínua, atendendo para esses detalhes torna-se imprescindível ao setor pesqueiro como em outro qualquer. De um lado beneficiará o setor macro-econômico do Estado em termos do conhecimento das reais potencialidades regionais e de outro, beneficiará o pescador artesanal do ponto de vista de sua produtividade e da evidência da eficácia de seus métodos tradicionais, que inadequada, injusta e etnocentricamente têm sido rotulados de *rudimentares*.

rapé-Açu/Maracaná/Capanema/Primavera, apenas para citar alguns exemplos imediatamente perceptíveis.

Esta atividade é a que mais se apresenta desequilibrada em termos de sua ocorrência na região inclusiva, mesmo assim vem se expandindo.

O caráter expansionista da pecuária na região do Nordeste Paraense pode ser buscado, principalmente na política de Incentivos Fiscais gerada pela SUDAM a qual, até 1975, já tinha aprovado 24 projetos agropecuários com investimentos brutos a preços correntes superiores a 280 milhões de cruzeiros, prevendo para 1980 um aproveitamento de 440 mil hectares de terra, aproximadamente, com um efetivo de 285.000 cabeças de gado; metade dessa área foi prevista para implantação de pastagens artificiais.

Ao analisar a *relação das empresas beneficiadas dos Incentivos Fiscais*, elaborada pelo Departamento de Administração de Incentivos, da SUDAM, até o dia 16 de outubro de 1980, o Nordeste Paraense contava com 28 estabelecimentos agropecuários beneficiados pela política de incentivos fiscais para a Amazônia. No conjunto as liberações do Incentivo a esses estabelecimentos totalizaram Cr\$ 562.257.792,00.

No quadro a seguir pode-se observar a distribuição desse montante segundo as zonas integrantes do Nordeste Paraense e, por outro lado, se verá também o investimento total dos projetos agropecuários, por zonas e, ao mesmo tempo a capacidade de absorção de mão-de-obra prevista pelos respectivos empreendimentos.

O quadro confirma o que foi dito anteriormente com relação à concentração dos estabelecimentos agropecuários na zona Guajarina. E mostra também que o aumento de estabelecimentos agropecuários na região, envolvendo altos investimentos, parte dos quais apoiados pela política dos Incentivos Fiscais, em termos de geração de emprego, não se tem revelado promissora para uma área que vem justa-

Distribuição dos benefícios oriundos da política de incentivos fiscais, administrada pela SUDAM, segundo as zonas ou "micro-regiões" do Nordeste Paraense⁽²³⁾

Zona ou "Micro-Região"	N.º de estabelecimentos incentivados	Área do empreendimento	Mão de obra	Totais dos investimentos (Cr\$)	Liberações do IF pela SUDAM (Cr\$)
Guajarina	24	409.770	1.197	1.882.837.010	494.873.808,00
Bragantina	3	6.240	267	126.230.981	57.132.986,00
Vizeu	2	30.000	312	53.747.647	10.250.997,00
Salgado	—	—	—	—	—
TOTAL	29	446.010	1.776	2.062.815.638	562.257.792,00

mente sofrendo problemas de desemprego. Observe-se que na zona Guajarina, os 24 estabelecimentos, no seu conjunto têm apenas uma oferta para 1.197 trabalhadores, enquanto que na Bragantina, os três empreendimentos geram apenas 267 e em Vizeu, 312.

Por outro lado, não é promissora também em termos ecológicos, pois a devastação da mata, ainda que esta seja de natureza secundária, tem feito desaparecer a caça que tradicionalmente complementava a dieta alimentar tanto da gente que vive no litoral como daquela que habita as áreas de terra-firme, no interior.

Esse quadro só inclui os estabelecimentos beneficiados pelos incentivos fiscais. Fica claro desde já, que outros estão em funcionamento contribuindo para a expansão do setor pecuário nessa região.

(23) — Fonte: *Relação das Empresas beneficiadas dos Incentivos Fiscais*. SUDAM, Belém, 1980, 15 p.

Com base nas observações e na nossa vivência na região do Nordeste Paraense, depreende-se que o setor pecuário, entre os outros é aquele que mais apoio financeiro tem recebido para o seu crescimento, o que, como já foi dito, tem contribuído largamente para modificar a paisagem regional com a exigência de grandes áreas para a formação de pastagens, e que, por sua vez, implica na devastação da vegetação. Se há alguns anos atrás ao se viajar pelas estradas da região podia-se ver a vegetação de capoeiras altas ou até mesmo de florestas junto ao leito da estrada, hoje em dia o panorama é completamente outro. O horizonte adentrou-se, transformando a paisagem física, levando consigo os capoeirões e a caça neles existentes que subsidiavam a alimentação do caboclo nessa região(24). Para dar exemplo, por volta dos meados de 1971, a rodovia Castanhal/Curuçá/Marapanim era acompanhada em quase todo o seu percurso, por densa capoeira. Hoje, essa paisagem cedeu lugar às fazendas de gado com pastos cultivados e cerca de arame farpado.

Com relação à oferta de emprego neste setor, pela própria natureza de suas atividades, o mercado de trabalho para a população local é extremamente limitado, o que a nosso ver não está contribuindo para resolver ou pelo menos minimizar o desemprego presente em toda essa região, que inclusive vem se colocando como um dos determinantes do fluxo migratório campo/cidade. Para se concluir estas confirmações e para se ter uma idéia mais concreta da relação empreendimento agropecuário-oferta de emprego, apresentamos um quadro no Anexo I em que são definidos os empreendimentos da iniciativa privada com apoio estatal, a área ocupada e a mão-de-obra utilizada.

Não queremos aqui menosprezar as iniciativas públicas e/ou privadas neste setor ou em outro qualquer, mas

(24) — O termo caboclo aqui empregado, apesar da conotação étnica que possa conter significa genericamente o habitante rural da região.

apontar que os empreendimentos agropecuários resultantes da associação entre as iniciativas pública e privada não têm correspondido às expectativas da população regional mais diretamente afetada por eles. Expectações em termos de geração de emprego sobretudo, e de fonte de abastecimento alimentar a nível intra-regional. Primeiro porque, entre os mais sérios problemas presentes na região destaca-se a falta de emprego ou a existência do subemprego para uma população que cresce⁽²⁵⁾, e assim sendo, as expectativas giram em torno de empreendimentos que venham de fato suprir esta situação lacunar. Por outro lado os empreendimentos instalados nessa região com recursos dos Incentivos Fiscais, em geral têm sua produção voltada para a exportação.

Observando-se o quadro de absorção de mão-de-obra vemos que, em 1980 na Bragantina foram absorvidos 267 pessoas, em Vizeu 312 e na Guajarina 1.197 e no Salgado nenhuma.

Em sucessivas viagens feitas ao Nordeste Paraense tem-se acumulado informações a respeito da expropriação da terra por compra por parte dos empresários estabelecidos nessa região aos pequenos produtores locais. Desse fato emerge a hipótese de que esses empreendimentos também estão gerando o subemprego na medida em que a

(25) — Para se ter uma idéia do crescimento, apresentamos o quadro a seguir dos anos de 1960 e 1970 do IBGE, de acordo com as zonas, com acréscimo nosso das duas últimas colunas.

ZONA	1960 (hab.)	1970 (hab.)	Índice de cresc.	N.º absol (hab.)	Estabele- cimentos Incenti.	Oferta de emprego
Salgado	131.167	148.508	111,22	17.347	—	—
Bragantina	205.896	237.917	115,55	32.021	3	267
Vizeu	27.767	33.014	118,90	5.247	2	312
Guajarina	33.666	146.820	175,48	63.154	24	1.197

compra da terra ao pequeno produtor expropria-o do seu meio de produção básico que o sustenta enquanto proprietário e trabalhador autônomo e o transforma em trabalhador dependente nos estabelecimentos agropecuários, agroindustriais. Nestas condições ele se torna um trabalhador assalariado caracterizado como *diarista* trabalhando como **volante** nas plantações ou nos processos de beneficiamento da matéria-prima. Um exemplo disso pode ser encontrado na região Bragantina-Salgado, sobretudo nas plantações de pimenta-do-reino, mamão e algodão. Estas alocações da mão-de-obra, liberada dos segmentos sociais enquanto proprietários, na verdade não satisfazem o grau de aspirações dos indivíduos e sobretudo no que concerne à subsistência. Em conseqüência vai se tornando num dos determinantes do processo migratório a caminho da cidade. Esta hipótese, todavia será testada no decorrer dos trabalhos de campo em andamento⁽²⁶⁾.

AS FEIÇÕES DO TRABALHO NA REGIÃO: TRABALHO AUTÔNOMO E TRABALHO SUBORDINADO.

Como foi visto na unidade anterior deste artigo, a região aqui enfocada apresenta uma diversificação de setores produtivos no qual repontam os setores da pesca e da agricultura de caráter extensivo não obstante a expansão da agricultura de caráter empresarial, a qual vem sendo feita sob a égide da política de incentivos fiscais para a Amazônia. Tal diversificação corresponde à influência conjugada de fatores ambientais, econômicos, sociais e históricos.

Tais características nos fazem lembrar que a região do Nordeste Paraense é uma das áreas que pode ser tomada como exemplo da diversificação ecológica da Amazônia.

(26) — Em caso de sua afirmação há que ser repensada a política de desenvolvimento para as áreas rurais amazônicas de modo a levá-la de modo harmônico no sentido de beneficiar o pequeno produtor das áreas onde as manifestações dessa política se fazem presentes.

Num trabalho de grande mérito, o antropólogo Eduardo Galvão (1976:7) diz que *paisagens diferentes exigiram adaptações diversas e, contingentes humanos de várias origens imprimiram sua contribuição a cada uma das áreas regionais*. Nesse sentido o Nordeste Paraense expressa esse conceito ao manifestar uma diversidade de adaptação a qual corresponde às particularidades da paisagem física regional, ao apresentar traços evocativos dos contingentes humanos que para lá se deslocaram, os quais perpassam hoje o espaço geográfico em que tais contingentes se fixaram.

Se repensarmos novamente na diversificação dos setores produtivos apresentada anteriormente, certamente distinguiremos duas áreas em que o processo de subsistência dos pequenos produtores se apresenta relativamente distinto em termos dos recursos naturais disponíveis, das modalidades de apreensão desses recursos, e da organização do trabalho, embora estas áreas tenham nas relações de mercado, onde o sistema de intermediação é o elo de contato com o sistema social abrangente, e na base cultural, os seus denominadores comuns. Uma destas áreas envolve uma população que tem sua base econômica assentada na pesca artesanal utilizando a *rede* e o *curral* como seus principais instrumentos de trabalho. Abrange a faixa litorânea das zonas do Salgado, Bragantina e Vizeu. Comumente chamada de *zona pesqueira*. A outra área é constituída de uma população em que a economia é orientada pelo cultivo da lavoura à base do sistema tradicional de *derrubada* e *queimada*. Abrange parte da zona do Salgado, da Bragantina e de Vizeu e a totalidade da Guajarina nos terrenos de terra-firme do Nordeste Paraense. Esta área é comumente chamada de *Zona Agrícola*. Ao lado desse sistema tradicional vem se expandindo a agricultura de caráter empresarial, ocupando grandes extensões de terras para cultivo de produtos de exportação como pimenta-do-reino, algodão e mamão. Sistema este que contrasta com a lavoura do pequeno produtor no que concerne aos *tratos agrícolas* e as relações de tra-

balho tradicionalmente vigentes na região. Num levantamento feito na região de Igarapé-Açu⁽²⁷⁾ constata-se que essa faixa pioneira de agricultura intensiva ou empresarial vem crescendo especialmente pela anexação de terras compradas dos pequenos produtores locais, dos quais a maioria hoje é empregada como *diaristas* exercendo trabalho volante, definidos regionalmente como *peões*.

Com esta descrição já se pode perceber que, pelo menos, duas formas de trabalho produtivo realizado pelos pequenos produtores aqui considerados, coexistem nessa região. Uma em que o pequeno produtor seja pescador ou lavrador, mantém o controle de seus meios de produção quer como proprietários, parceiros ou arrendatários. E outra em que esse controle escapa de suas mãos que é o caso dos peões, na qual somente dispõem de sua força-de-trabalho.

Uma descrição geral será feita a seguir para que se tenha uma noção mais concreta dessa realidade, ressaltando sempre seu caráter preliminar porquanto nossa maior experiência tem sido com segmentos de pescadores, iniciando-se agora nossa experiência mais sistemática no setor agrícola.

Tomando-se os pequenos produtores do Nordeste Paraense do quadro de populações de **cultura rústica**⁽²⁸⁾ viu-

(27) — Igarapé-Açu é uma das principais cidades da Zona Bragantina que cresceu economicamente, em relação às suas congêneres, graças a atração proporcionada pelo cultivo da malva e da mandioca para a produção de farinha. Atualmente é uma área produtora de algodão, milho, pimenta-do-reino e mamão. Originou-se do maior núcleo colonial da Zona Bragantina em 1895, naquela época denominada Jambu-Açu, importante estação da Estrada de Ferro de Bragança.

(28) — Empresta-se aqui o termo utilizado por Antônio Candido (1971) para representar o universo das populações rurais onde as relações entre os indivíduos são altamente personalizadas, o modo de vida caracterizado por um acentuado grau de solidariedade; as relações econômicas altamente permeadas pelas relações de parentes e compadrio, enfim, com um *ethos* próprio que as distingue dos segmentos sociais urbanos.

se que a autonomia, enquanto forma de manter-se livre diante do processo produtivo e característica desse quadro, é um elemento forte nas suas idealizações. Ela é buscada sob todas as formas como um mecanismo para preservar a interação entre o indivíduo e os seus meios de produção, ou para manter sua interação constante com o meio natural e imediato — própria do contexto da **cultura rústica** — de onde o trabalho flui como uma categoria não externa ao indivíduo. Essa busca se dá pela rejeição ao trabalho assalariado, ou à situação de empregado. Os regimes de parceria (sobretudo na atividade pesqueira) e do arrendamento na lavoura são arranjos que ilustram essa rejeição e que legitimam as expectativas de autonomia nas relações de trabalho entre os pequenos produtores da região enfocada.

Estas expectativas foram constatadas nas diversas entrevistas que realizamos com pescadores e com lavradores que desfrutam dessa situação, isto é, que ainda exercem o controle dos meios de produção, em outras palavras, que ainda não abandonaram totalmente sua condição de proprietários dos meios de produção, quer como parceiros ou como arrendatários, para se tornarem empregados assalariados.

Como exemplo, toma-se o caso do regime de parceria na pesca. Por isso escolheu-se um grupo de pescadores, com o qual se tem trabalhado mais, situado na praia de Marudá, Município de Marapanim, no litoral do Estado do Pará. Estes pescadores utilizam como seus principais instrumento de trabalho a **rede malhadeira**⁽²⁹⁾ e as pescarias com ela, são feitas em canoas⁽³⁰⁾ que naquela região do litoral paraense são chamadas de **montarias pesqueiras**. Definem uma atividade móvel que exige o deslocamento dos pescadores conforme a movimentação dos cardumes de in-

(29) — Outras modalidades de pescarias são praticadas com a *tarrafa*, *linha de mão*, o *espinhel* ou *tiradeira*, cujos resultados porém não chegam a se incluir no fluxo de comercialização com a *rede* e o *curral*.

(30) — São embarcações pequenas feitas em madeira e movidas por uma única vela em formato latino.

teresse comercial para o abastecimento local e dos centros da área metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará. Esse deslocamento se realiza diariamente de acordo com o regime das marés. Assim o pescador sai para a pescaria com a **vazante da maré** e volta com a **enchente**. Sua jornada de trabalho é cumprida em mais ou menos cinco horas no mar. Esses deslocamentos diários da praia para os pontos de pesca tomam, sazonalmente, duas direções. No **verão amazônico** ou estação de estio — nos meses de julho a dezembro — os pescadores dessa vila tomam a direção Norte e no **inverno** — ou estações das grandes chuvas — nos meses que vão de janeiro a junho, aproximadamente — o fazem para o rumo Sul. Tal deslocamento, ao qual os pescadores chamam de **rodígio**, articula-se com o regime de vazão do rio Amazonas. Segundo este regime, na primeira estação (no **verão amazônico**) quando a vazão desse rio é menor, as águas salgadas do Atlântico penetram mais facilmente no espaço da pesca artesanal trazendo os peixes valorizados para a comercialização. E na segunda, quando a vazão é maior, ou seja, onde as correntezas são mais fortes, a salinidade característica da costa é atenuada fazendo deslocar os cardumes para o Sul. Esse itinerário é feito apenas pelos pescadores que em geral trabalham com a **rede** ou com o **espinhel**⁽³¹⁾ — este em outras áreas do litoral paraense. Percebe-se que o uso da **canoa**⁽³²⁾ é indispensável nestas operações como o é uma tripulação composta por três homens, em geral, os quais ocupam lugares determinados e desempenham atividades teoricamente diferenciadas o que corresponde a uma distribuição do produto

(31) — Uma linha de pesca contendo anzóis distribuídos longitudinalmente os quais penetram a água numa profundidade relativa à passagem dos cardumes. Na superfície ficam os flutuadores (ou bóias de um fruto abundante da região) que determinam o posicionamento horizontal da linha.

(32) — Embarcação de pequeno porte movida a vela, cuja fabricação se faz na região por pessoas especializadas na construção de canoas.

também relativamente diferenciada (33). Estas tripulações representam as unidades de produção vigentes na economia pesqueira do litoral paraense, no trecho observado.

É exatamente no contexto destas unidades de produção que se pode identificar uma relação de trabalho autônomo, no sentido que estou considerando. Isto é, uma relação de certa independência no acesso aos meios de produção e aos resultados dela.

Não obstante encontramos um certo número de produtores detendo a propriedade dos meios de produção — no caso, canoa e rede — estes se associam àqueles que não os detém, numa relação típica de parceria. Esta relação não se dá apenas nesse nível da produção, mas atinge também o da comercialização como veremos a seguir.

No nível da produção temos proprietários e não-proprietários, estes em geral, definem as unidades produtivas e são os componentes das tripulações de pesca. Os primeiros e os segundos buscando uma complementação de recursos para o processo produtivo, associam-se livremente onde o capital (representado pelos implementos de pesca) e o trabalho (pela mão-de-obra disponível) são os móveis dessa associação. Circunscrevem-se assim um sistema de parceria cujos resultados são vistos assim na distribuição do produto: por um consenso geral no grupo de pescadores, o proprietário dos **trastes**(34) toma posse de 2 partes do produto total da pescaria pela rede 1 parte pelo uso da canoa; ao **proeiro** (que é quase sempre o encarregado da tripulação) cabe 1 parte e meia, ao **piloto** 1 parte e ao **meieiro** 1 parte. Se o proprietário é o próprio encarregado este ga-

(33) — Os componentes são: *Proeiro* (geralmente o encarregado ou chefe da tripulação) vai na proa da canoa; o *piloto* conduz o leme da canoa e vai na popa da embarcação; o *meieiro*, vai no centro como ajudante na jogada e puxada da rede, retirando a água que se acumula no fundo da canoa e ajudando nos movimentos da vela.

(34) — Terminologia usada nas *comunidades* de pescadores para indicar os instrumentos de pesca: rede, canoa, remos etc.

nhará a parte ou **quinhão** que caberia ao encarregado, se este estivesse em seu lugar. Além destes **quinhões**, que na falta de termo melhor, poderíamos chamar de "quinhão de recompensa" há ainda o **quinhão da bóia** que cabe a cada um tripulante. Este consiste na retirada de uma certa quantidade de peixe de acordo com as necessidades sociais dos tripulantes. Há que ressaltar que este **quinhão** destinado a alimentação diária do pescador e sua família não atribui nenhum desconto ao que ele recebe como quinhão de recompensa. O **quinhão da bóia** é uma espécie de suporte da subsistência que afasta o fantasma da escassez. Se numa pescaria o resultado obtido não foi suficiente para a comercialização no barracão do intermediário, o que foi conseguido fica destinado exclusivamente à distribuição entre os tripulantes e os proprietários dos **trastes**. A associação portanto, entre proprietários e não-proprietários sustenta-se, não num contrato formal, mas nessa livre associação que, por outro lado, é permeada pelas relações de parentesco e compadrio que contribuem para sacralizar as relações meramente econômicas.

No nível da comercialização o sistema de parceria pode ainda ser vislumbrado nitidamente. Do mesmo modo que os pescadores se unem em livre associação, para realizarem o processo produtivo, estes para alcançarem os mercados consumidores vinculam-se, por falta de meios, aos donos de **barracão** conhecidos regionalmente como **marreteiros** ou intermediários. Estes por sua vez, não dispendo de meios materiais para a coleta de peixe, obviamente necessitam do concurso dos pescadores com a tecnologia já descrita. Os donos de **barracão**⁽³⁵⁾ utilizam o sistema de aviamento bas-

(35) — Apenas para exemplificar com este caso pois há outros tipos de intermediários menores que são também agentes da comercialização. Entre estes há **marreteiros** de caminhão residentes em outras localidades; os **bicicleteiros** que transportam o pescado em bicicletas e os **marreteiros** que utilizam o ônibus como transporte para pequenas quantidades de produto para venda.

tante conhecido nas transações comerciais das populações caboclas da Amazônia. Este consiste na troca e adiantamentos em dinheiro para aquisição dos instrumentos de trabalho ou mesmo do próprio instrumento por parte do dono do **barracão** ao pescador, pela produção diária do pescador, cujo acerto de contas se faz ao final de cada semana.

Os donos de **barracão** alegam não terem “capital” de giro para obter diretamente o produto e pagarem os pescadores no ato da entrega diária do produto. Por outro lado, os pescadores não dispoem de meios de transporte para alocação do peixe no mercado, financiam por assim dizer, as transações comerciais dos intermediários, com a entrega do pescado para em contrapartida receber o dinheiro semanalmente. Assim, ambos se beneficiam mutuamente. Não obstante o pescador reconhecer as vantagens da intermediação, reconhece que sem ela ele ainda poderia ser melhor aquinhado. Todavia essa idealização se atenua na medida em que ele próprio percebe que é através do intermediário que ele entra em contato com o sistema econômico abrangente e através dele flui o dinheiro para ser reinvestido em bens materiais e sociais.

Esta associação também se reveste de relações que ultrapassam os elos econômicos. Nessa díade circulam além dos bens materiais, bens sociais, fortes laços de amizade, não raro de parentesco, compadrio e lealdades que reforçam as relações econômicas e reproduzem socialmente o sistema vigente.

Esta situação de parceria vislumbrada na atividade pesqueira no litoral paraense, representa a nosso ver um estágio da situação de autonomia em que atualmente vivem certos segmentos da população rural na Amazônia. É uma forma de resistir à situação de assalariados que aos poucos vai tomando corpo na região. Estas situações, todavia, ten-

dem a se modificar na medida em que a propriedade dos meios de produção for se concentrando em torno de uma minoria ou pelas alterações na tecnologia que eles dispõem, de modo a liberar crescentemente a mão-de-obra disponível, tendendo a engendrar-se assim a proletarização do pescador. Essas modificações entretanto, na área do litoral por nós estudadas, não chegaram a ser substanciais a ponto de haver uma transformação na estrutura da situação vigente. O processo de proletarização, ou seja, a transformação do parceiro na pesca para uma situação de assalariado, por outro lado, aos poucos vai se dando nas regiões onde a pesca industrial estará se instalando, dificultando as operações de pesca artesanal. Os pescadores sentindo baixar sua produtividade aos poucos vão abandonando suas atividades migrando para outros locais em busca de novas atividades de subsistência. Não raro tem havido casos de migração para as cidades onde condições de vida, praticamente subumanas, lhes aguardam. Proletarizam-se gradualmente na cidade.

No que concerne a situação de subordinação, que aqui é entendida como aquela situação em que os pequenos produtores tendo perdido o controle dos meios de produção passam a depender de um assalariamento por parte do patrão na pessoa do empresário agrícola, citamos o caso dos *peões* da lavoura algodoeira residentes na periferia da cidade de Igarapé-Açu.

Os *peões* de Igarapé-Açu tipificam a condição de trabalhador volante que emergiu na região do Nordeste Paraense com a expansão da agricultura em parte mecanizada e de exportação.

Um breve retrospecto histórico sobre essa região, ajudará a entender essa situação. Por volta da segunda metade do século XIX a região que medeia entre Belém e a capitania de Souza do Caeté, hoje cidade de Bragança, era com-

pletamente despovoada. Entre as duas cidades houve a necessidade de se fazer um elo de ligação para transportes de gêneros alimentícios importados do Estado do Maranhão que até então eram transportados dessa cidade por via litorânea. Na trilha de um caminho aberto para ligar as duas cidades por via terrestre foi construída mais tarde uma ferrovia denominada Estrada de Ferro de Bragança. Ao longo dessa ferrovia foi planejado o assentamento dos colonos para povoar e cultivar as terras a ela marginais. Uma intensa propaganda fora feita inclusive na Europa para atrair contingentes humanos interessados na colonização. Terras seriam doadas a quem quisesse vir para as **colônias**. Os primeiros contingentes foram de origem estrangeira cuja presença não surtiu efeito pela inadequada seleção e pela inadaptação dos elementos alienígenas ao novo ambiente. Tentou-se então a colonização com nacionais vindos do Nordeste Brasileiro, principalmente do Estado do Ceará premiados pelas fortes secas que os assolavam. Muitos todavia, preferiram a vida do seringal porque naquela época era uma fonte viva de dinheiro. Terminado o esplendor da borracha na Amazônia vários contingentes de nordestinos (cearenses, paraibanos, riograndenses do norte) instalaram-se na região recebendo lotes de terra. Inicia-se assim um processo de cultivo em que a queimada e derrubada foram a tônica da lavoura.

O roçado de mandioca, feijão, milho, malva e outras pequenas culturas eram trabalhados pelos **colonos** e suas famílias por longos anos cujo legado ainda se faz presente na região não obstante esse processo vir pouco a pouco se transformando numa atividade agrícola mais moderna onde as unidades de produção, baseadas na tradição familiar, vão cedendo lugar ao individualismo, pois a propriedade vai se retalhando, vai sendo vendida liberando uma mão-de-obra que busca alternativas de subsistência no espaço dos centros

mais complexos ou nas lavouras de exportação da região. É exatamente à mão-de-obra que se vincula à lavoura de exportação que foi atribuído o termo **peão**.

Entre os **peões** entrevistados muitos são oriundos de outras regiões porém a maioria descende de antigas famílias de colonos⁽³⁶⁾ da Zona Bragantina proprietárias de lotes de terras marginais a antiga ferrovia, hoje extinta. São pessoas que possuíam, por herança, terrenos no interior da área de Igarapé-Açu e/ou circunvizinhanças. Estes se autodenominavam de **colônios**⁽³⁷⁾ cuja atividade, antes de se tornarem **peões** girava em torno do cultivo de seus próprios roçados onde as unidades de produção eram ao mesmo tempo unidades de consumo. Não obstante levarem uma vida mais fechada, isto é, cuja sociabilidade girava mais em torno da vizinhança alicerçada num forte grau de solidariedade fundada no princípio da reciprocidade, diziam ter um ritmo de vida menos febril do que atualmente e onde havia mais fatura porque a roça praticamente lhes fornecia **sustento** básico (farinha de mandioca ou farinha d'água, **farinha de carimã**⁽³⁸⁾, feijão, arroz, milho, frutas) só comprando os itens que eles mesmos não produziam. A roça era sua *dispensa*. Os produtos cultivados nas roças eram vendidos para o mercado local diretamente às casas comerciais, para as feiras semanais e para o mercado extra-local para onde era escoado inicialmente pela ferrovia e posteriormente pela rodovia nos chamados **paus-de-arara** hoje substituídos pelos caminhões de carga.

(36) — Colono — designação dada àqueles que receberam lotes de terra nos núcleos coloniais instalados pelo Governo do Estado do Pará nas terras marginais à Ferrovia Belém-Bragança.

(37) — *Colônio* é a designação dada pelos moradores das cidades da Zona Bragantina aos moradores das terras interioranas dessa zona.

(38) — Uma farinha especial para mingaus especialmente para crianças nos primeiros dias de vida.

Entre os **peões** entrevistados alguns ainda possuem pequenos lotes de terra nas **colônias**⁽³⁹⁾ mas em geral em vias de transação comercial. Sua maior subsistência, entretanto, é retirada do trabalho assalariado, ora nas plantações de pimenta-do-reino, ora nas de mamão, ora nas de algodão.

Para exemplificar tomemos o caso dos **peões do algodão**. A cultura algodoeira no Nordeste Paraense vem assumindo uma posição relevante no processo econômico da região como alternativa imediata para a substituição do cultivo da pimenta-do-reino que lá, como em outras regiões do Pará está em decadência pela fusariose que vem dizimando os pimentais. Atualmente encontram-se remanescentes desse cultivo, que, segundo os produtores, não terão prosseguimento pela razão já apontada. Em lugar dela cresce o cultivo do algodão de uma espécie que se adaptou ao clima e ao solo da região — a **Acaladel Cerro** — procedente da Venezuela introduzida pela *Algodoeira São Miguel* com sede em Natal (Rio Grande do Norte). É uma espécie herbácea e de natureza temporária. O algodão é geralmente plantado num período que vai da segunda quinzena de maio até a primeira de junho. A colheita é feita no período da estiagem para evitar danos na qualidade do produto. Por isso o período se verifica em geral nos fins de outubro e princípios de novembro. É tida como um cultivo de entre safras de produtos tradicionais da região.

O processo produtivo do algodão e sua conseqüente comercialização se dá como aparece nos diagramas a seguir:

(39) — Expressão ainda hoje utilizada para designar as regiões interioranas da Zona Bragantina onde em geral se pratica a agricultura de roçados. Nesse sentido as *Colônias* se caracterizam pelo espaço da fartura, da autonomia, da liberdade. Em oposição, na concepção dos *peões*, está a *Rua*, o espaço que é representado pela cidade de Igarapé-Açu ou por suas congêneres; é o domínio do trabalho dependente, subordinado; é o espaço da luta, da dificuldade de sobrevivência, da exploração do trabalho do homem; da falta de solidariedade.

DIAGRAMA I:

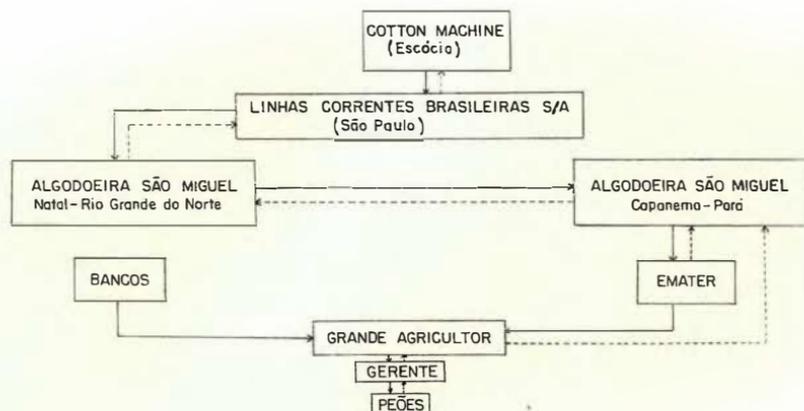


DIAGRAMA II:

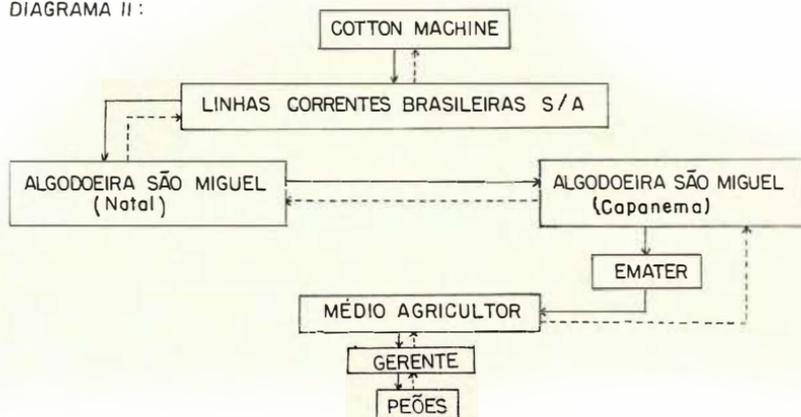
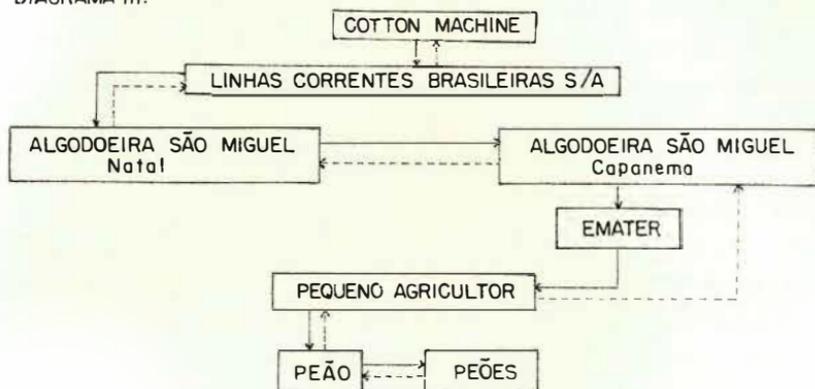


DIAGRAMA III:



ou neste estágio :

DIAGRAMA IV:



Estes diagramas representam as situações que foram encontradas em Igarapé-Açu nessa fase preliminar do estudo das relações de produção no setor agrícola do Nordeste Paraense. As setas com linhas cheias representam a relação de poder existente e as setas com linha tracejada o fluxo do produto.

Como se pode notar nas três situações, as relações de comércio, contidas na produção, estão sujeitas ao monopólio da Cotton Machine Inc. sediada na Escócia, através da empresa paulista Linhas Correntes Brasileiras S/A e suas subsidiárias de Natal (Rio Grande do Norte) e Capanema (Pará) — *Algodoeira São Miguel*. Na usina de Capanema é processada a matéria-prima e embalada em fardos e, ao mesmo tempo, feito os tratos preliminares e embalagem das sementes para, em Natal, processarem a fiação de algo-

dão e o preparo de óleos comestíveis e torta para gado dos rejeitos dos caroços. A preparação de óleos é feita das sementes não selecionadas para o replantio. Lá também é feito o processo de selecionamento de sementes e acondicionamento das mesmas para serem distribuídas aos agricultores através da EMATER.

A EMATER, empresa de assistência ao produtor rural, repassa gratuitamente as sementes ao produtor. Distribui também o adubo adequado à planta. Porém, o valor do adubo é descontado do produtor no ato da venda direta à *Algodoeira São Miguel*, que recolhe em carros próprios toda a produção do município e de outros que cultivam o algodão.

Esse esquema de comercialização e distribuição de sementes e adubos, segundo técnicos da EMATER e alguns agricultores informantes é vigente entre aqueles produtores que são **mutuários** da EMATER, isto é, entre aqueles que são cadastrados perante essa empresa. Dentre estes estão os grandes, médios e pequenos agricultores. O termo agricultor na região é genericamente empregado para aqueles que possuem terras cultiváveis. Os **peões** embora sejam agricultores *latu sensu*, não são considerados como tais, mas sim como trabalhadores braçais ou vulgarmente **peões**. Essa designação deriva da rotatividade ligada ao local de trabalho. O **peão** não se fixa a um determinado patrão, não porque assim o deseje mas pela própria natureza do trabalho na agricultura que se faz em etapas: plantio, adubação, capina, colheita. Essa sazonalidade não permite manter o trabalhador o ano inteiro fixo numa dada plantação. Por outro lado, alegam os patrões que os encargos sociais a serem assumidos em relação a um trabalhador são extremamente proibitivos para inserir o **peão** num nível empregatício. Quando acaba uma etapa aqui, eles recorrem a outro trabalho ali.

Como ainda não dispomos de dados suficientes para proceder uma análise comparativa das quatro situações

aqui apenas esboçadas, limitamo-nos a apresentá-las descritivamente tal como elas aparecem em Igarapé-Açu, abrindo assim, um caminho para futuro estudo comparativo.

Não obstante estas considerações, já é possível dizer que em todas elas o **peão** é o agente direto da produção e que, de uma forma extremamente desigual em relação a proprietários e/ou responsáveis pela empresa agrícola, participa da ação e dos resultados desse processo. Desigualdade essa manifestada a nível das condições objetivas do trabalho e a nível da sua remuneração como **diarista** ou mesmo como **empregado**.

O **peão** somente às vezes exerce um cargo de **gerente** nas condições em que mostraremos mais adiante. Entretanto, essa situação só foi encontrada em casos quando a empresa agrícola é de pequeno porte, ou seja, no caso em que o dono da plantação é um pequeno proprietário, como mostra o diagrama IV. Aí o **peão**, em sendo considerado como mão-de-obra mais desqualificado do que um **gerente** ou **capataz**, é preferido pelo proprietário em razão dos custos operacionais de sua contratação ficar mais acessível ao proprietário. Neste caso, o poder aquisitivo do dono de plantação que contrata **peões**, aliado à desqualificação profissional destes, parece ser uma variável importante para que o **peão** venha a se tornar um *gerente*. Todavia é uma hipótese que precisa ser testada com a continuidade.

No mais das vezes ele é mediatizado pelo **gerente** ou **capataz** no seu relacionamento com o proprietário da empresa e indiretamente com a rede comercial que se estabelece a partir deste.

A diferença que se observa entre as situações apresentadas nos diagramas I e II está nos seguintes fatos: os grandes agricultores operam com o Banco através da linha de crédito colocada à sua disposição e cujos critérios, muitas vezes, têm bloqueado o acesso de médios e, sobretudo, de pequenos agricultores. Daí porque se alinhar ao lado da

primeira, a situação exposta no diagrama II. Informes de vários médios agricultores dão conta de que tendo eles experimentado o crédito bancário não pretendiam mais "entrar nessa de empréstimo" dado que sua produção nem sempre alcança êxito satisfatório capaz de gerar meios suficientes para o cumprimento das exigências bancárias.

A não utilização de crédito bancário por parte do agricultor, no caso do diagrama II, não se restringe entretanto, apenas à causa já acenada anteriormente. Presume-se que a ela venha juntar-se uma outra motivação de natureza psicológica que é a situação de risco à qual pode estar sujeito o proprietário. O temor de perder uma safra por fatores não controláveis como o tempo, por exemplo, pode levar também o indivíduo a não se decidir por um financiamento bancário para sua produção e em consequência a recorrer apenas aos seus próprios recursos.

Os diagramas III e IV representam variações da situação de pequeno agricultor que igualmente se utiliza da mão-de-obra dos **peões**. No primeiro caso os proprietários não recorrem a bancos para financiamento da produção pelas razões já expostas e nem **gerentes** capazes de manejar com máquinas agrícolas como em geral é o caso daqueles que aparecem nos diagramas anteriores. Dentre os **peões** reconhecidamente experimentados em tratos agrícolas, escolhem um para dirigir todas as fases de trabalho na lavoura, desde o recrutamento ao pagamento. Neste caso este **peão** usufrui uma diária um pouco maior da que é paga aos trabalhadores que estão sob o seu comando. Esta categoria aliás, cor responde a situação A do quadro que trata dos valores de remuneração do **peão**. O comportamento do peão-gerente em relação a eles pouco difere daquele que é observado entre os **gerentes** ou **capatazes**.

No segundo caso — diagrama IV — o pequeno agricultor, como os médios e grandes proprietários estão comercialmente ligados à rede que envolve as firmas menciona-

das nos diagramas. Vendem seu produto diretamente aos depósitos da *Algodoeira*, mas não chegam a gozar satisfatoriamente do mesmo nível de assistência técnica dispensado aos de maiores posses. Enfrentam maiores dificuldades que estes, sobretudo no que concerne a aquisição de fertilizantes químicos para os tratos agrícolas — tão necessários aos solos degradados da região — dado seu alto custo. Sendo menor seu poder aquisitivo não tem o pequeno agricultor condições de manter um gerente ou mesmo um **peão** para assumir os encargos administrativos. Nestas circunstâncias ele mesmo exerce a administração das atividades desde a chamada de **peões** para realizarem os diferentes tratos agrícolas até ao pagamento dos mesmos, além do que trabalham, muitas vezes, ombro a ombro.

No que concerne ao **peão** sua situação pouco difere no quadro das quatro situações apresentadas, pois a condição de assalariado, sem qualquer vínculo empregatício (não possui carteira assinada) e a de trabalhador sob o signo da dominação e exploração são as mesmas, piorando até, nos casos em que entre ele e o *patrão* (o dono da propriedade em que está trabalhando) se interpõe um **gerente** o qual busca se afirmar pela via de autoritarismo.

No contexto dos grandes e médios agricultores o **peão** é *recrutado* por um **gerente** ou **capataz** como não raro são denominados na região. Este em geral é um empregado fixo com carteira de trabalho assinada e que tem como principal atividade: 1) recrutar **peões** para serviços de plantio, adubação, limpeza, colheita, roçagem, broca etc., ou como **diaristas** ou como empreiteiros; 2) vigiar⁽⁴⁰⁾ os **peões** no trabalho para não prejudicarem o andamento dos serviços; 3) fazer pagamentos ao fim da semana, enfim, representar o *patrão* perante os empregados. O relacionamento entre

(40) — Expressão utilizada pelos *gerentes* ou *capatazes* para definir a atividade de controle sobre o desempenho dos *peões* durante o trabalho.

gerente e **peão** é marcadamente hierarquizado e permeado por um forte autoritarismo.

Quando os **peões** moram distante do local de trabalho, o **gerente** é responsável pelo transporte deles em caminhões ou em carretas puxadas por tratores. Neste caso os **peões** são reunidos entre 5 e 6 horas da manhã num determinado local da cidade para iniciarem o trabalho às 7:00 horas. Às 8:00 horas há um intervalo de 15 minutos para a *merenda* levada pelos próprios **peões**. Esta consiste em peixe assado, farinha ou frutas (laranjas, bananas, mamões) ou café com pão, conforme os recursos disponíveis por eles. A seguir retomam as atividades e às 11:30 horas param o trabalho para o almoço, no próprio local. Esta refeição é levada também de casa já pronta e é consumida sem nenhum aquecimento. Os **peões** procuram uma sombra ao lado da capoeira para consumirem sua pequena refeição (feijão, farinha, carne ou peixe). O trabalho é retomado no mesmo ritmo às 13:00 horas para terminar às 17 horas. Novamente são conduzidos pelo **gerente** ao local onde foram reunidos. Geralmente é marcado um lugar onde todos se reúnem, tanto para irem ao trabalho como para o retorno à moradia.

Suas residências todas estão localizadas na periferia de Igarapé-Açu, como nas de outras cidades congêneres onde habitam. Suas moradias são casas simples de barro cobertas com **cavacos**(41). Uma sala, um ou dois quartos, uma cozinha e um corredor, são via de regra, os compartimentos dessas habitações, onde o espaço de privacidade é o pequeno quarto, no qual, muitas vezes uma empanada serve de porta.

A mulher, que na lavoura atua como trabalhadora-volante e autodenominada como **piôa** assume uma carga de trabalho diária muito maior em relação a do homem. Ela le-

(41) — Pequenos tacos de madeira de forma retangular, que à imitação da telha recobrem a maioria das habitações da região. A madeira é tirada das capoeiras próximas e trabalhadas manualmente.

vanta-se sempre antes do marido para fazer o café para o desjejum, preparar a comida para levar para o trabalho, dar os primeiros cuidados do dia aos filhos pequenos que vão ficar em casa. Ao chegar do trabalho, todo o trabalho doméstico lhe espera: casa para limpar, roupa para lavar, **janta**(42) para fazer, tratar dos filhos e inteirar-se dos eventos ocorridos em sua ausência. Ao marido cabe dar um auxílio nessas tarefas, porém a responsabilidade maior é dela, porque segundo o discurso dos maridos *são obrigação da mulher*.

Pela jornada de trabalho no contexto do trabalho-volante na lavoura existem variações na recompensa à mão-de-obra empregada. Para uma compreensão maior apresentamos a esquematização das situações encontradas:

A. **Diaristas** jornada de trabalho: 07:00 às 11:30 h
13:00 às 17:00 h

Situa- ções	Homens (peões)	Mulheres (piças)	Crianças (peões)
A	Cr\$ 600,00	Cr\$ 500,00	Cr\$ 300,00
B	Cr\$ 500,00	Cr\$ 300,00	Cr\$ 200,00

B. **Empreitada**

Em Igarapé-Açu observou-se duas formas de remuneração ao trabalho dos **peões**: a **diária** e a **empreitada**, conforme mostra o quadro anterior.

A escolha de uma destas categorias fica à decisão do **peão**, embora o valor em dinheiro, em última instância fique à mercê do proprietário da plantação.

O quadro citado não significa que, do ponto de vista da remuneração, existam em Igarapé-Açu duas formas es-

(42) — Habitualmente as pessoas na região rural da Amazônia atribuem ao jantar a expressão *janta*.

truturalmente diferenciadas. As situações A e B são simplesmente expressões das variações do valor das diárias, que em parte estão ligadas mais aos interesses dos proprietários agrícolas do que propriamente à sua generosidade. O que se tem portanto, é que em determinadas "plantações" o proprietário oferece uma diária maior que seus pares, no intuito de arregimentar um maior número de **peões** a fim de dar cabo, em tempo hábil, de determinadas tarefas. Como já foi dito, na situação A incluem-se aqueles **peões** que desempenham papel de **gerente**.

O trabalho da mulher sempre é concebido como inferior ao do homem. Mesmo na situação em que o proprietário remunera o trabalhador com uma diária mais alta, a diária atribuída à mulher é sempre mais baixa que a do homem. Segundo as **piôas** entrevistadas, elas trabalham tanto quanto o homem nas tarefas de **adubação, plantio, capina, colheita** e preparação do roçado. As únicas tarefas que, em regra, não realizam é a remoção de troncos de árvores em casos de **coivara**. Esta tarefa entretanto, praticamente vai desaparecendo na região visto as áreas de plantação estarem em terrenos de vegetação secundária, regionalmente conhecida como **capoeira**.

O trabalho das crianças foi observado em quase todas as plantações visitadas. Como os adultos, estão sujeitos a mesma jornada de trabalho (pelo menos vão e voltam no mesmo horário estabelecido para os adultos) e ao mesmo regime autoritário vigente. Sua remuneração é ainda mais baixa do que a da mulher não obstante realizarem as mesmas tarefas que homens e mulheres como por exemplo: limpeza do terreno ou **capina, adubação e plantio**.

Quando se trata de empreitada o tempo de duração do serviço não obedece necessariamente a mesma jornada de trabalho como na situação de **Diaristas**. O **empreiteiro** calcula um tempo máximo para a realização do serviço e pode ter seu início e término variável. Com relação ao valor to-

tal, é calculado de modo que o valor do dia de trabalho é um pouco maior que o valor de uma diária vigente no contexto do trabalhador-volante na região, como apresentamos no esquema anterior. Este raciocínio é válido em geral para as fases capina do terreno, plantações e colheita. No que se refere à plantação de mamão, a **empreitada** para uma capina por exemplo, é feita por pés de mamão plantados, calculando-se um valor para cada pé limpo para se avaliar o valor total da área plantada para o serviço por empreitada.

Tanto os valores da **diária** e da **empreitada (diara e empeleitada** como são indicadas na terminologia local), embora sejam propostos pelo trabalhador-volante, todavia a decisão para fechar negócio fica sempre do lado do patrão. Contava-nos uma **piôa** que um japonês contratou os serviços dela para limpar (capinar) 4 tarefas⁽⁴³⁾ de um mamoad contendo 400 pés de mamão. Esse serviço se compunha: 1) da **capinação**⁽⁴⁴⁾ ao redor do pé de planta; 2) fazer uma pequena cova para posterior colocação de fertilizante (esta atividade já seria feita por outro empreiteiro); 3) recobertura da pequena cova após a colocação do fertilizante. Para realizar esta atividade a informante pediu a quantia de Cr\$ 15,00 por cada pé limpo. O japonês não aceitou apesar da insistência dela e ofereceu-lhe a quantia de Cr\$ 10,00 por pé. Sem outra alternativa e premida pelas necessidades de subsistência, teve que se submeter a decisão impositiva do **patrão**. Ao fim do trabalho ela receberia tão somente a quantia de Cr\$ 4.000,00 num espaço de 8 dias de trabalho sob o forte sol tropical de julho, numa jornada que ia das 7:00 h às 14 h. Como ajudantes levou uma filha

(43) — Nas regiões rurais da Amazônia as unidades agrárias são calculadas pelos habitantes em termos de *tarefa*. Cada uma possui 25 *braças* quadradas, que também constituem unidades métricas tradicionais. Uma *braça* corresponde a mais ou menos 2 metros. Assim, cada *tarefa* no nosso sistema métrico convencional mede 50 metros quadrados, ou como se diz no discurso do *caboclo*: 50 metros em *quadro*.

(44) — Ato de *capinar* ou limpar um terreno.

adulta, uma filha pequena, um menino filho da vizinha. Com aquele dinheiro ela teria que pagar uma diária para a filha adulta e “dar alguma coisa” para o menino como recompensa ao trabalho dele.

Este exemplo ilustra bem as situações vividas pelos **peões** numa relação de trabalho subordinado onde eles, sem poder de decisão, e muitas vezes, sem alternativa para escolha de um outro serviço em que sua proposta de recompensa pela força de trabalho empregada seja aceita e, ainda, sem uma associação de classe que na prática faça valer ou legitimar os interesses e direitos do trabalhador-volante no meio rural, ficam à mercê das decisões do empregador.

As turmas de trabalhadores-volantes em Igarapé-Açu são extremamente mutáveis tanto a nível da própria turma como a nível do local de trabalho. Em outras palavras, uma turma que hoje trabalha aqui, amanhã está modificada em termos das pessoas que a compõem, não obstante algumas permanecerem. Isso a meu ver, neste momento de análise, contribui para a falta de coesão nas turmas de trabalhadores-volantes como elemento integrador e conseqüentemente como mecanismo para a tomada de uma consciência de classe para o encaminhamento de reivindicação visando solução de seus problemas e legitimação de seus direitos.

Há três categorias de trabalhador-volante, sem no entanto serem herméticas: 1) há os **peões** que, residindo na periferia das cidades como a de Igarapé-Açu, vão ao amanhecer para o trabalho nas plantações, e voltam à tarde à pé ou em transportes de terceiros; 2) há os **peões** que, igualmente morando na cidade, trabalham nas **Colônias**, lá passam a semana retornando no sábado à tarde para sua residência; 3) e há aqueles que se deslocam para outras regiões onde lá permanecem em temporadas. Em geral deixam as famílias no local de moradia. Na época em que estávamos em campo uma turma de 150 homens foi deslocada, por um **gerente** de uma empresa madeireira, para trabalhar

nas plantações de seringueira no rio Moju (rio que corre paralelo ao rio Tocantins afluente pela margem direita do rio Amazonas).

Do resto, vale dizer ainda que a situação sócio-econômica dos **peões** da região em estudo, se insere na escala mais baixa da vida material. Tal situação consiste numa ruptura das condições de vida tradicional partilhada na situação de **Colônios**, isto é, na situação de pequenos proprietários à semelhança dos *sitiantes* no Sul do Brasil, vivida há alguns anos passados. Esta situação, por outro lado, está intimamente ligada a venda da terra e ao processo migratório quer no sentido das **Colônias** para as cidades municipais, quer de região para região, sempre a procura de trabalho, escolas para filhos, melhoria das condições de vida material. Nesta incorporação lenta mas progressiva aos valores da vida urbana, algumas perdas vão sendo observadas sobretudo ao nível da vida material em que a ampliação das necessidades não é compensada pelo aumento do seu poder aquisitivo. A perda de traços da **cultura rústica** já referida em outro lugar desta exposição, a incorporação de novos traços, representados pelo elenco de indicadores há pouco apontados, representam a mudança em todos os níveis da sua cultura, inclusive no campo das representações mentais. Aqui evoca-se um texto de Candido (1971:194-195) quando se referia às transformações dos meios de vida na área rural do Estado de São Paulo, cujo sentido é aplicável, por analogia, ao caso que estamos estudando, onde a valorização do passado demonstra uma situação de crise no presente :

É claro que a fertilidade da terra decaiu, e as modernas condições econômicas levam a trabalhar para o mercado. Nas palavras do caipira (45), todavia, no “tempo de dantes”, ou “dos anti-

(45) — *Caipira* corresponde ao habitante rural do Estado de São Paulo e da faixa antiga de colonização. A situação sócio-cultural do caipira corresponde a da dita população *cabocla* da Amazônia. Aqui me refiro não ao sentido étnico da palavra, que certamente o termo incorpora, mas ao sentido sócio-cultural. (N.A.).

gos” era o próprio reino da fartura... a medida para semear não era o alqueire, mas o dedal. . Um dedal cheio de arroz dava para produção abundante, pois era imensa a força da terra. As colheitas eram tão grandes que nem se colhia tudo. Todos se ajudavam por amor, ninguém passava aperto.

Ninguém trabalhava alugado... era o “tempo das posse”.. Mas depois vieram os fazendeiros ricos e, como a caboclada era ignorante foram comprando barato de uns, tomando à força de outros (46).

Não obstante este pensamento ser uma imagem ideal, é como ainda diz aquele autor, *era sua maneira de criar uma idade de ouro para o tempo onde funcionavam normalmente as instituições fundamentais de sua cultura*. Este senso pode gerar, como mecanismo de compensação, miragens sociais e econômicas(47) originada estas da insatisfação e desejo de constante fuga, que levam aos indivíduos, como os **peões**, a buscarem novas zonas para viverem.

Ao cabo desta exposição, pretendida mais num caráter impressionista que propriamente conclusivo dado a recência de seu estudo na região, chega-se a pensar que, no Nordeste Paraense, tomando como ponto de referência os segmentos de pescadores e **peões**, o contraste entre autonomia e subordinação no processo produtivo, e entre as condições de vida numa e noutra situação, derivam de uma série conjugada de fatores. Nesta série repontam a marcha inexorável do capitalismo no meio rural; a venda compulsória da terra por parte do pequeno proprietário; a mecanização da lavoura que vai liberando mão-de-obra e reduzindo as possibilidades de emprego; o crescimento demográfico e o processo de urbanização que se apresenta ao indivíduo

(46) — Neste texto Antônio Candido se refere ao discurso de um informante.

(47) — As miragens econômicas, são definidas por Candido (1971 : 195) como sentimentos de *recuperação* baseadas na esperança de um dia se tornarem proprietários e recriarem as antigas condições de vida acenadas em seu saudosismo transfigurador. As miragens sociais são miragens de *superção*; podem ser a adesão definitiva ao mundo da cidade, abandonando os meios tradicionais de vida, como forma de resolver o problema.

do meio rural **propondo** e **impondo**(48) traços de cultura material e não-material, podendo surgir daí situações anômicas ou para-anômicas.

Dentro desse processo a parceria surge como uma situação transitória, não como uma atividade econômica, mas como uma situação social na qual o indivíduo, hoje parceiro, a vê como uma tentativa de recriar sua antiga situação de proprietário e, ao mesmo tempo, como um mecanismo negador da situação de assalariado como o trabalhador-volante, o qual vive sem terra e sem controle dos meios de produção e de seu próprio destino.

A situação dos segmentos sociais aqui esboçada, requer na prática, não só a multiplicação de pesquisas científicas que venham elucidar problemas e ajudar a compreender melhor em qualquer tempo ou lugar as condições de vida do homem, mas sobretudo, a adequação e revisão de programas e políticas que lhes são dirigidos, baseadas no conhecimento científico da região.

Os resultados dos estudos feitos e que se fazem no campo da Antropologia, da História, da Sociologia, da Geografia Humana, ou de outras ciências humanas, são relevantes nesse sentido e, se encarados real e conscientemente, podem traduzir-se como fonte de conhecimento da realidade e úteis como subsídios para a citada e esperada adequação a nível cultural e ecológico.

A prática antropológica tem mostrado que sem planejamento harmônico nesses dois níveis, sem racionalidade, a urbanização das zonas rurais da Amazônia tende a se processar cada vez mais como um traumatismo cultural em que a fome e a anemia continuarão a rondar os segmentos sociais envolvidos.

(48) — *Propõe* por exemplo a racionalização do orçamento. o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho e, *impõe* um novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas e novos bens manufaturados (Candido, 1971 : 218).

Uma periódica revisão crítica das políticas e programas pertinentes é necessária e útil como estratégia de correção e atualização e acompanhamento das metas neles contidas. A nosso ver é por aí que começa a harmonização dos interesses da população rural com os programas governamentais a que ela faz jus. Não se pretende aqui sugerir um retorno à antiga situação em que estes segmentos sociais mencionados e/ou congêneres viveram no passado, no "tempo de dantes". Trata-se sim de alertar para que não haja uma destruição irremediável de seu **ethos**, ou em outras palavras, para que não haja uma destruição total de suas instituições básicas sem que se lhes possa dar ou acenar as condições para ajustarem-se a outras com as quais entram em contato.

Uma revisão na política de expansão econômica para o meio rural do Nordeste Paraense, por exemplo, fundada em bases científicas, ajudaria: 1º) a preservar o equilíbrio ecológico, sendo o homem da região sobretudo, o seu principal beneficiário; 2º) a promover o desenvolvimento real, integral do homem no seu habitat como forma de freiar as migrações praticamente forçadas através das quais ele busca ilusoriamente condições de vida mais dígna alhures do que as que vive atualmente, e, ao invés disso encontra o caminho da proletarização; 3º) a evitar o empobrecimento do indivíduo no campo o qual tem se manifestado pela expropriação de seus meios de produção e que o obriga a uma mobilidade desgastante para suas condições de vida material e cultural; 4º) veria que a oferta de estímulos materiais e sociais ao pequeno produtor teria grande significado na recuperação da qualidade de vida desse segmento social.

Nessa revisão crítica, há que se ressaltar o significado que assume a participação do pequeno produtor. Ascultado (através de sindicatos, colônias etc.) como o legítimo interessado no processo, ajudaria a se corrigir pontos inadequados e a se estabelecer diretrizes positivas em seu próprio benefício e da comunidade regional como um todo.

SUMMARY

This paper treats several indicators of socio-economic change in the Northeast region of the State of Pará, Brazil. This region includes the so-called "Zona Guajarina", "Zona de Salgado", "Zona Bragantina" and "Zona de Vizeu" and has a total area of 91350 km², situated between 0°30' and 3°00'S and between 46°30' and 48°00'W.

The range of economic activities of this region is discussed with reference to the environment and the natural resources, in order to demonstrate the diversification of communities, according to their economic bases. A preliminary analysis of the pertinent social changes is made with respect to economic activities in which autonomy and subordination are present: fishermen's cooperatives and migrant agricultural labor ("peões").

This study is a segment of the project "Aspectos econômicos e sociais do *campesinato* no Nordeste Paraense" ("Economic and Social Aspects of the Rural Populations of the Northeast of Pará") of the Anthropology Section of the Department of Social Sciences of the Goeldi Museum of Pará, as part of the program "Man in the Amazon". Each study seeks to present the general characteristics of the region in terms of its human occupancy.

This study is based principally on direct observations and interviews, as well as on published data and statistics, mainly in the municipalities of Marapanim, in the "Zona do Salgado" and Igarapé, in the "Zona Bragantina".

An initial version of this paper was presented at the 44th International Congress of Americanists, in the Symposium on "Change in the Amazon Basin", in September of 1982, at the University of Manchester-School of Geography, England.

Based on the observed situation, some suggestions are presented to contribute to the systematic study of the Amazon, as well as for the solution to some of the critical problems of the area under study.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Zebino P. do *et al.*

1975 — *Capacidade de uso da terra das micro-regiões do Nordeste Paraense*. Belém, IDESP. 199 p. il. (Monografias, 17).

1975 — NORDESTE do Pará: mais 3 bilhões em investimentos *Carta Amazon.*, Belém. (37): 2-3, dez.

BRABO, MARIA José

1981 — Pescadores, geleiros, fazendeiros — os conflitos da pesca em Cachoeira do Arari (nota prévia). *Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi*, Nova Sér. Antropol., Belém, (77): 1-22, jan.

BRANT, Vinicius Caldeira

1977 — Do colonato ao bóia-fria: transformação na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estud. CEBRAP*, São Paulo, (19): 27-91, jan./mar.

FURTADO, Lourdes Gonçalves

1980 — *Currallistas e redeiros de Marudá: Pescadores do litoral do Pará*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 364 p. il. Tese Mestrado/mimeogr.

GALVÃO, Eduardo

1976 — *Santos e visagens; um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo, Ed. Nacional, 154 p. (Brasiliiana, 284).

ITAYGUARA, Antonio

1980 — A depressão econômica do Nordeste Paraense. *O Liberal*, Belém, 3 de março.

MENDRAS, Henry

1978 — *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 265 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

PENNER, Maria Eunice Soares

1980 — *A Dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 137 p. Tese Mestrado.

PENTEADO, Antonio Rocha

- 1967 — *Problemas de colonização e de uso de terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Belém, UFFa. 197 p. (Col. Amazônica, sér. José Veríssimo).

PINTO, Maria Madalena Vieira

- 1956 — Contribuição ao estudo da pesca na região do Arari (Ilha do Marajó). *Rev. Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, 18 (3): 373-407.

BRITTO, Rosian Campos de Caldas

- 1975 — *A pesca empresarial no Pará*. Belém, IDESP. p. 4.

SILVEIRA, Isolda Maciel da

- 1979 — Formas de aviamento num povoado pesqueiro da Amazônia. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Nova Sér. Antrop.*, Belém, (74): 1-24, set.
- 1979 — Quatipuru: agricultores, pescadores e coletores numa vila amazônica. *Publ. Avulsas. Mus. Para. Emílio Goeldi*, Belém, (34): 1-62.

SUDAM

- 1980 — *Relação de Empresas beneficiadas dos Incentivos Fiscais*. Belém.
- s.d. — *Programa de Recuperação Econômica do Nordeste Paraense (PRONOPAR)*. Belém.

(Aceito para publicação em 06/04/84)

ANEXO I — Distribuição das Empresas Agropecuárias no Nordeste Paraense beneficiadas pelos incentivos fiscais⁽⁴⁹⁾ através da SUDAM

EMPRESA	LOCAL	AREA (Ha.)	VOL. M. OBRA	TOTAL DO INVESTIMENTO	ZONA
Pará Pastoril e Agrícola S/A.	Paragominas	13.089	127	471.838.532,00	Guajarina
Agropecuária Novo Mundo S/A	S. Domingos do Capim	4.371	17	2.261.823,00	"
Agropecuária Parapora S/A.	"	17.398	34	8.548.490,00	"
Aquidauana Agropastoril	"	1.421	14	5.493.635,00	"
Cia. Agropecuária e Industrial Maringá-Capim	"	8.672	31	10.746.088,00	"
Cia. Agropecuária do Rio Jabuti	"	39.204	129	49.278.807,00	"
Fazenda Candim	"	9.951	43	35.880.432,00	"
Fazenda Paraguassu S/A. — Pecuária, Agric. e Comércio	"	14.740	46	45.941.446,00	"
Fazenda União	"	1.000	41	41.879.709,00	"
Fazendas Reunidas Emay S/A.	"	21.629	40	50.163.358,00	"
Agropecuárias Rio Cauaxi S/A.	Paragominas	27.225	72	99.860.864,00	"

(49) — Neste quadro só são apresentados os valores totais, sem menção da parte liberada pelos Incentivos Fiscais, baseados na "Relação..." (SUDAM, 1980).

ANEXO I — continuação

EMPRESA	LOCAL	AREA (Ha.)	VOL. M. OBRA	TOTAL DO INVESTIMENTO	ZONA
Agropecuária Santo Antônio S/A.	Paragominas	10.514	38	26.662.161,00	Guajarina
AGROPISA — Agropecuária Rio Piriá S/A.	"	8.562	26	5.698.320,00	"
Cia. Agropecuária do Pará	"	62.732	142	468.990.283,00	"
Cia. Rio Capim Agropecuária	"	40.986	71	355.452.485,00	"
Fazenda Agropastoril Santa Tere- zinha Agropasto	"	8.712	25	3.102.777,00	"
Fazenda Monte Azul S/A. — FAMOSA	"	4.397	12	1.585.372,00	"
Meinara Agropecuária	"	12.675	35	44.183.158,00	"
Orlândia Agro-Pastoril S/A. — OASA	"	4.372	16	1.808.011,00	"
Paragominas Agropecuária S/A.	"	4.131	17	2.981.490,00	"
Pastoril e Agrícola Vale do Rio Gurupi S/A.	"	17.424	33	9.372.857,00	"
Arapuã Norte Agropecuária de Exportação	Ourém	30.000	63	64.251.929,00	"

ANEXO I — continuação

EMPRESA	LOCAL	ÁREA (Ha.)	VOL. M. OBRA	TOTAL DO INVESTIMENTO	ZONA
Companhia Agropecuária Simisa	Ourém	30.060	75	31.559.525,00	Guajarina
Companhia Nacional de Pecuária	"	16.555	50	45.295.558,00	"
Cia. de Agropecuária Ind. Mineral do Estado do Pará — PROPARA	Vizeu	—	252	18.280.680,00	Vizeu
S/A. Agro-Pastoril GRUPIA — PROPORA	"	30.000	61	34.766.967,00	"
Jollybel S/A. Integração Agro- pecuária	Sta. Izabel	—	126	42.223.743,00	Bragantina
Empresas Rurais Notral	S. Miguel do Guamá	5.647	60	83.933.085,00	"
Enagro — Empreendimentos Agrá- rios S/A.	Sta. Izabel	593	81	74.153,00	"
T O T A I S		446.010	1.777	2.062.815.038,00	



Falangola editora

Trav. Benjamin Constant, 675
Fone; 224.8166 - Belém.PA.